

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM
SAÚDE E GESTÃO DO TRABALHO

FERNANDA PEREIRA

**O COTIDIANO DOS TRABALHADORES DE UMA CASA DE
PASSAGEM**

Itajaí
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

FERNANDA PEREIRA

**O COTIDIANO DOS TRABALHADORES DE UMA CASA DE
PASSAGEM**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Saúde e Gestão do Trabalho – Área de Concentração: Saúde da Família, e na Linha de Pesquisa “Promoção e educação em saúde” da Universidade do Vale do Itajaí.

Orientadora: Dr.^a Águeda L. P. Wendhausen
Co-orientadora: Dr.^a Yolanda Flores e Silva

Itajaí

2008

Ao meu marido, por mais esse momento
especial.

Agradeço por permanecer
ao meu lado, dividindo momentos difíceis e
de alegrias.

... escuta o que eu vou te falar

Eu te amo e vou gritar pra todo mundo ouvir/

Ter você é meu desejo de viver / Sou menina

e teu amor é que me faz crescer...

ROUPA NOVA

Compartilho contigo, mais esta conquista que também te pertence.

AGRADECIMENTOS

Com muito amor e carinho, agradeço ao Marcelo, por incentivar o ingresso no mestrado e por estar sempre presente.

Aos meus pais, pela vida, pelo apoio e por acreditar em mim.

Às orientadoras, amigas e companheiras, Águeda L. P. Wendhausen e Yolanda F. e Silva, pelo carinho, acolhimento e por todos os ensinamentos e riquezas dos nossos encontros.

Aos professores, que apontaram caminhos para a construção deste trabalho, Ingrid Elsen, Stella Maris B. Lopes e Rosita Saupe.

À professora e amiga, Marilene Maia, por aceitar o convite para compor a Banca de Defesa, pelo carinho, pelas conversas, apoio, disponibilidade e contribuições. Agradeço por fazer parte da minha trajetória acadêmica, desde minha graduação.

Aos amigos e colegas do mestrado, Jaqueline Conceição e Sabino Scipiecz, por dividirem os momentos de angústias e de alegrias proporcionados pelo curso e pelas dissertações.

À Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social da cidade pesquisada, por apoiar a realização deste trabalho.

À diretora, aos trabalhadores e às crianças da Casa de Passagem “Contos de Fadas” expresso todo o meu carinho pela troca de conhecimentos e por todo o aprendizado.

A todas as fontes de minha inspiração.

Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.

PAULO FREIRE

PEREIRA, Fernanda. O cotidiano dos trabalhadores de uma Casa de Passagem. (Mestrado Profissional em Saúde e Gestão do Trabalho). Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2008.

Orientadora: Dr.^a Águeda Lenita Pereira Wendhausen
Co-orientadora: Dr.^a Yolanda Flores e Silva

RESUMO

No Brasil existem milhares de crianças e adolescentes vivendo em Abrigos. Em Santa Catarina são mais de mil abrigados em função do abandono pelos pais, maus-tratos, violência sexual, trabalho infantil, miséria e outros. Muitos trabalhadores encontram-se despreparados para atuar nas Instituições. A partir dessa problemática, sentiu-se a necessidade de realizar um trabalho com os trabalhadores da Casa de Passagem “Contos de Fadas”, acerca de seu papel junto aos abrigados. A Casa localiza-se em um município do litoral centro-norte do Vale do Itajaí, a 60 Km de Florianópolis e abriga crianças e adolescentes de zero a doze anos de idade. Objetivou-se levantar junto aos trabalhadores problemas em seu cotidiano de cuidado às crianças, com vistas a formular proposta de intervenção, tendo como referência a Promoção da Saúde. A abordagem metodológica foi qualitativa, utilizando-se como método de coleta o Círculo de Cultura proposto por Paulo Freire. A análise deu-se a partir dos “temas geradores” levantados pelo grupo de trabalhadores, em três encontros consecutivos. Emergiram dois temas principais: 1. as necessidades dos trabalhadores em relação ao processo de trabalho e 2. como se sentem em relação ao trabalho com as crianças. Em relação às necessidades os trabalhadores sentem-se despreparados para trabalhar com as crianças, por falta de Políticas Sociais específicas e de um programa de educação permanente que os prepare para lidar com os diversos tipos de exclusão e violência a que estão expostas. Denotam pouco conhecimento e utilização do Estatuto da Criança e Adolescente. Em relação à atuação observou-se que as famílias das crianças não são integradas às atividades da Instituição, muito menos é trabalhado seu retorno ao seio familiar. A passagem pela Instituição continua gerando marcas psicossociais nas crianças e familiares que fortalecem a exclusão. O grupo se envolve emocionalmente com os abrigados, mas não têm suporte para lidar com seus sentimentos. Os resultados são marcas tanto nos trabalhadores quanto nas crianças. A partir desses achados elaboramos proposta de intervenção com o objetivo de melhorar a qualidade do trabalho oferecido às crianças, familiares e comunidade local. Como embasamento teórico, buscamos inspiração na Promoção da Saúde, Empoderamento e nos escritos de Freire; e como material empírico, os achados das oficinas e a experiência prévia de trabalho junto a Instituição. Defendemos que a intervenção deve ser realizada através de uma metodologia construtivista, fundamentada no diálogo e nas trocas de experiências dos trabalhadores, de modo a proporcionar aos trabalhadores a oportunidade de re-descobrir-se através da retomada reflexiva do processo de trabalho, ressignificando-o em seus potenciais e limites. A experiência, ao realizar este estudo, proporcionou-me conhecimentos em relação à realidade atual dos abrigados, do trabalho desenvolvido nas Instituições, das Leis destinadas a esse público e das técnicas dialógicas de Freire. Isto me instiga a continuar nessa área de atuação e a me tornar uma pessoa e profissional mais consciente e melhor. Esperamos que esta pesquisa potencialize um trabalho com mais qualidade na Instituição estudada e possa servir de referência para outras.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalhadores - Saúde; Criança; Promoção da Saúde; Abrigo.

PEREIRA, Fernanda. The daily lives of workers at a temporary children's shelter (Master's Degree in Health and Management of Work). University of Vale do Itajaí, Itajaí, 2008.

Supervisor: Dr. Águeda Lenita Pereira Wendhausen

Co-supervisor: Dr. Yolanda Flores e Silva

ABSTRACT

In Brazil, there are thousands of children and adolescents living in “casas de passagem” – temporary children's shelters. In the state of Santa Catarina, there are more than a thousand such children, who are there because of abandonment by the parents, ill-treatment, sexual abuse, child labor, and extreme poverty, among other reasons. Many workers are not properly equipped to work in these institutions. In view of this problem, a need was identified, for a project involving workers of the temporary shelter “Conto de Fadas”, focusing on their role among the children they work with. The home is located on the central-northern coast of the Vale do Itajaí region of Santa Catarina, 60 Km from Florianópolis, and houses children and adolescents, from birth to 12 years of age. The idea is to help the employees with the day-to-day problems they have to face when taking care of the children, seeking to formulate a proposal for intervention, based on a concept of health promotion. The methodological approach used was the qualitative one, with Paulo Freire's Circle of Culture as the data collection method. The analysis began with “generator themes” raised by the group during three consecutive meetings. Two main themes emerged: 1. the worker's needs in relation to the work process, and 2. how they feel about working with these children. In relation to the worker's needs, it was observed that they feel ill-equipped to work with these children, due to a lack of specific Social Policies and a program of permanent education that would prepare them to deal with the various types of exclusion and violence to which the children are exposed. They profess little knowledge and use of the Statute of the Child and Adolescent. In relation to their practices, it was observed that the families of the children are not integrated into the activities of the Institution, and that the children's return to the family is not dealt with in a proper way. The time spent in the Institution continues to leave psychosocial scars on the children and their families, which only serve to strengthen the social exclusion. The group of workers becomes emotionally attached to the children, but does not have the necessary support to deal with these feelings. As a result, both the workers and the children are left with psychological scars. Based on these findings, we made a proposal for intervention, with the goal of improving the quality of work offered to the children, their families, and the local community. As the theoretical basis, we looked for inspiration in the concepts of Health Promotion and Empowerment, and the writings of Freire, and for empirical data, the findings of the workshops and previous experience of working with the institution. We defend the view that any intervention must be carried out through a constructivist methodology, based on a dialog and exchange of experiences between the workers, in order to give them an opportunity to re-discover themselves, through a reflective analysis of the work process, attributing new meanings in terms of its potential and limits. The experience gained during the course of this study provided me with knowledge of the current reality of children living in the temporary shelters, the work of these Institutions, the laws relating to this public, and the dialogical techniques of Freire. This encourages me to continue in this area, and become a conscientious and a better professional. We hope that this research will not only enable a better quality work in the institution studied, but also serve as a reference for others.

KEY WORDS: Workers - Health; Children; Health promotion; “Casas de Passagem”.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Foto do primeiro momento de aproximação da pesquisa, pesquisadora e trabalhadores (I encontro)	10
Figura 02: Foto dos trabalhadores observando os Objetos de Cultura	20
Figura 03: Foto da codificação e descodificação dos temas geradores	33
Figura 04: Diagrama metodológico sobre o processo das oficinas	47
Figura 05: Foto da construção da rede de relações da Casa de Passagem	49
Figura 06: Foto da dinâmica “Problemas e potencialidades”	103
Quadro I: Ações Sociais Brasileiras destinadas às crianças	30
Quadro II: Dados referentes aos trabalhadores	56
Quadro III: Perfil dos trabalhadores da Casa de Passagem	57
Quadro IV: Tematização	64

SUMÁRIO

RESUMO.....	06
ABSTRACT.....	07
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	08
1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 <u>Objetivos</u>	19
2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS.....	21
2.1 <u>A exclusão/inclusão social</u>	21
2.2 <u>Abrigos: fatores de risco e de proteção</u>	23
2.3 <u>A Promoção da Saúde frente às crianças abrigadas</u>	26
3 PERCURSO METODOLÓGICO.....	34
3.1 <u>Paulo Freire: sua vida, sua trajetória</u>	34
3.2 <u>Paulo Freire e o Círculo de Cultura</u>	39
3.3 <u>A pesquisa realizada</u>	40
3.4 <u>Procedimentos éticos</u>	48
4 RESULTADOS: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO.....	50
4.1 <u>Caracterização sócio-espacial da Casa de Passagem</u>	50
4.2 <u>Desvelando a realidade através das oficinas realizadas</u>	55
4.3 <u>Um olhar para os sentidos construídos: os temas geradores e a análise dos discursos levantados</u>	63
5 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.....	104
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS.....	116
APÊNDICES	121
<u>Apêndice 1</u> Termo de compromisso da orientadora.....	122
<u>Apêndice 2</u> Termo de consentimento livre e esclarecido.....	123
<u>Apêndice 3</u> Dinâmica realizada para levantar os temas geradores.....	124
<u>Apêndice 4</u> Rede de relações da Casa de Passagem	125
ANEXO	126
<u>9.1 Anexo I</u> Parecer comissão de ética	127



Figura 1: Foto do primeiro momento de aproximação da pesquisa, pesquisadora e trabalhadores (I encontro).

Fonte: Dados de campo (2007-2008).

Ao fundar-se no amor, na humildade, na fé, nos homens, o diálogo se faz uma relação horizontal, em que a confiança de um pólo no outro é consequência óbvia.

PAULO FREIRE

1 INTRODUÇÃO

Para contextualizar esta dissertação, iniciarei com uma breve apresentação de minha trajetória acadêmica, bem como, o motivo da escolha do tema da pesquisa. Cursei a graduação na área da saúde, Nutrição, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS/RS. Na Universidade tive a oportunidade de participar de um Programa de Extensão de Unidades Móveis em Saúde Coletiva (PRUMO). O PRUMO atuava em quatro comunidades carentes da cidade, nas quais, oficinas com grupos de crianças, adolescentes e mulheres adultas eram desenvolvidas. O trabalho era baseado nos princípios da Saúde Coletiva, sempre com planejamento flexível e construído interdisciplinarmente. A participação nesse programa possibilitou uma formação diferenciada e o surgimento de uma paixão pelo trabalho social, pela educação popular e pelos ensinamentos de Paulo Freire, entre outros. No final do ano de 2006, me mudei para uma cidade litorânea de Santa Catarina, onde fui em busca de emprego. Aceitei um contrato para prestar serviço na Prefeitura Municipal, na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, para atuar no Programa Governamental de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). No PETI, desenvolvi inúmeras atividades, dentre elas: acompanhamento do preparo das refeições servidas, acompanhamento nutricional das crianças e realização de oficinas sobre saúde.

Posteriormente, fui encaminhada para a Casa de Passagem “Contos de Fadas”¹. A Casa de Passagem é uma Instituição que serve para abrigar crianças em situação de risco ou que sofreram maus tratos. Nessa Instituição o trabalho é diferenciado, pois a prioridade são as crianças. Isto significa que, em muitos momentos, antes de sermos profissionais, temos que ser amigos, pais, confidentes e outras atribuições. Pude trabalhar com as crianças abrigadas, em conjunto com uma psicóloga, uma enfermeira e demais trabalhadores da época. Acompanhava a alimentação, o desenvolvimento nutricional das crianças, e levava as mesmas para “aprender - fazendo” sobre alimentos na horta e outros.

Em busca de mais conhecimento, quis realizar um curso de pós-graduação. Interessei-me pelo Mestrado Profissional em Saúde e Gestão do Trabalho, oferecido

¹ O nome da Instituição estudada foi alterado para Casa de Passagem “Contos de Fadas” por questões éticas.

pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI/SC. Em função de minha experiência de trabalho na Casa de Passagem, resolvi dedicar-me a investigar como os trabalhadores pensam seu papel junto às crianças abrigadas. Existem muitas questões, no cotidiano de trabalho, que necessitam ser investigadas e refletidas. Dentre os problemas, que me preocupam, está o despreparo dos trabalhadores para atuar com as crianças e seus familiares. Então, minha proposta é a de conhecer mais sobre este universo e assim poder contribuir com a melhoria do trabalho na Casa, a partir da reflexão sobre os achados deste estudo.

O que mais me motivou a realizar este trabalho foi o convívio com estas crianças. Principalmente após conhecer um pouco sobre a história de cada uma, seus familiares, como funciona o sistema de uma Instituição do tipo “Abrigo”, os motivos pelos quais são abrigadas, pelos diálogos realizados entre os trabalhadores e os abrigados, enfim, pela realidade em que vivem/vivemos e a leitura de mundo que realizamos.

Para entender melhor esta trajetória é necessário incluir alguns dados do município e de como surgiu a Instituição estudada. A cidade litorânea catarinense recebe muitas famílias procedentes da periferia de outros municípios. As pessoas escolhem para residir em função da alta temporada (verão), na ilusão de conseguir um bom emprego e melhorar de vida. Na cidade, residem cerca de 30 mil habitantes (IBGE, 2001), sendo que, na temporada, transitam cerca de 300 mil turistas dos mais variados estados e países (PREFEITURA MUNICIPAL, 2008), e a principal fonte econômica é o turismo. No município, não existem opções suficientes de fábricas ou empresas, por isso, as pessoas, na pós-temporada, tornam-se desempregadas e são obrigadas a buscar trabalhos alternativos como a coleta de resíduos para geração de renda. Sabe-se que o desemprego, a falta de oportunidade e a desigualdade social são alguns aspectos excludentes e que podem contribuir para a violência, uso de drogas, trabalho infantil e outras expressões das questões sociais.

A partir dessas questões, um grupo de pessoas, ligadas à defesa das crianças do município, teve a idéia de construir um Abrigo. A Sociedade Amigos das Crianças do Município (Projeto SACI) foi criada com a missão de zelar pelas crianças abandonadas, vítimas de maus tratos e em situações de risco. Por isso, instituições governamentais e não-governamentais, associações, entidades e inúmeras pessoas da própria comunidade reuniram-se através do Projeto SACI e

originaram a Casa de Passagem “Contos de Fadas”, inaugurada no ano de 2005. A Casa teve o terreno doado pela Prefeitura Municipal e muitas outras doações foram realizadas por empresários locais, profissionais liberais e pela comunidade. A Instituição tem capacidade para acolher vinte e cinco crianças até doze anos de idade, da cidade e de municípios vizinhos, que se encontram em situações de risco ou vítimas de maus tratos (GOBBO, 2001).

Segundo o art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)², consideram-se crianças as pessoas com até doze anos incompletos e adolescentes, aqueles entre doze e dezoito anos de idade (BRASIL, 1990). Para a Casa de Passagem, são consideradas e aceitas crianças com até doze anos de idade completos, por isso utilizaremos neste trabalho o termo crianças, conforme adotado pela Instituição.

Silva (2003), ao coordenar um levantamento nacional de Abrigos para crianças e adolescentes da Rede de Serviços de Ação Continuada (SAC), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), contabiliza que, no Brasil, existem milhares de crianças vivendo em Abrigos. Somente em Santa Catarina são 1.078 crianças e adolescentes. Dos cerca de 80 mil abrigados no país, 87% possuem família. Os motivos que levam as crianças aos Abrigos são inúmeros: carência familiar, abandono pelos pais, vivência de rua, tráfico de drogas, trabalho infantil, mendicância, maus-tratos físicos e violência sexual. Na maioria dos casos, os pais não são só desprovidos de recursos materiais, mas também de poder e auto-estima em função da exclusão social. Infelizmente, sabemos que essa população é vítima de uma violência estrutural, sem o mínimo de recursos disponíveis para sobreviver. Por isso, as Instituições retratam um quadro de exclusão de famílias que não são incluídas pelas políticas públicas.

Pires (2007), presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)³ lançou a primeira fase de uma campanha intitulada “Mude um Destino”, cujo objetivo foi chamar a atenção da população sobre as condições de vida de cerca de 80 mil crianças e adolescentes que vivem abrigados no Brasil. Recentemente foi

² ECA – Estatuto da Criança e Adolescente. LEI Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral.

³ AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros. A associação foi fundada em 1949 para qualificar os magistrados. Congrega 36 associações regionais compostas por juízes (estaduais, trabalhistas, federais e militares). Site: www.amb.com.br.

lançada a segunda fase com o foco sobre a adoção legal realizada por meio do Poder Judiciário.

O problema se agrava com a falta de programas que ajudem na reestruturação emocional, no empoderamento e na geração de renda. Enquanto alternativas não forem apresentadas no âmbito governamental, com políticas públicas inclusivas e também com ajuda da própria população, os Abrigos continuarão sendo vistos como “depósitos” de crianças “problema” com possibilidade de integração cada vez menor.

Não dá para esquecer que essas crianças possuem direitos e sonhos, e isso nos remete a uma profunda reflexão: muitos abrigados desejam ser adotados, pois desejam ter uma “outra família”. Segundo especialistas do IPEA, a colocação em família substituta, na modalidade adoção, torna-se mais difícil em função da cor (negros) e a partir dos sete anos, e se inviabiliza quando atingem doze anos, mesmo por estrangeiros. Também, em função da burocracia, a Justiça tem uma rotina complicada e lenta. Por isso, apenas 10% dos abrigados estão prontos para serem adotados (SILVA, 2003).

No Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990) é previsto que “toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio de sua família...”. Considerando esta premissa, a prioridade é sempre resgatar os laços familiares. Mas o fato é que, em muitos casos, a passagem no programa de Abrigo não é temporária como previsto pelo Estatuto. A permanência depende da história singular de cada criança. Quanto ao retorno ao convívio familiar, questiono como isso é possível, já que grande parte dos Abrigos não trabalha e não oferece apoio aos familiares, mesmo sendo previsto no Estatuto. Partindo desse pressuposto, a promoção de ações efetivas de inclusão social deve ser um objetivo permanente nessas Instituições.

A atual realidade do grande número de crianças que se encontram abrigadas, e a experiência de trabalho junto a uma Casa de Passagem provocam-me inúmeras inquietações enquanto nutricionista e profissional da saúde. Acredita-se que nossas crianças serão o futuro. Questiono-me então: que futuro? Como estão sendo preparadas/empoderadas? Quais seus sentimentos? Seus sonhos? Suas perspectivas de futuro? E, principalmente, preocupa-me como a equipe de trabalhadores, que atende essas crianças, lida com as diversas situações geradas em seu cotidiano.

Penso que para realizar um trabalho de qualidade os trabalhadores sociais devem ser preparados de acordo com uma proposta de atendimento sociopedagógica de acordo com a Lei ^o 8.069/90, que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente (BRASIL, 1990).

Para Lessa; Parisoto; Andrade; Sequeira (2005), nessas Instituições, onde se objetiva modificações de valores, atitudes e comportamentos, os trabalhadores necessitam de habilidades, envolvimento emocional e qualificação para enfrentar os problemas do dia-a-dia. As crianças, em situação de risco pessoal ou social, precisam aprender a superar comportamentos, tais como: vivência de rua, evasão escolar, uso de drogas, atos infracionais, maus tratos, entre outros.

A falta de literatura sobre essa temática é sentida, pois com a inexistência de serviços padronizados para atender aos abrigados, os gestores precisam criar e experimentar seus próprios estatutos e regras de acordo com as situações específicas de cada região.

Alguns profissionais de Abrigos encontram-se despreparados para trabalhar com crianças vítimas de violência e não possuem clareza do verdadeiro papel da Instituição. Acredita-se que falta um trabalho estimulador por parte dos gestores e trabalhadores a fim de restabelecer seus papéis de acordo com a realidade na qual trabalham. É necessário que percebam o Abrigo como um espaço onde a criança tem a possibilidade de reorganizar e compreender os acontecimentos para posteriormente voltar ao seio familiar (LESSA; PARISOTO; ANDRADE; SEQUEIRA, 2005).

Dentre os diversos profissionais que devem atuar nas Instituições sociais está o nutricionista, que também tem o seu papel fundamental. O nutricionista pode trabalhar com essa população, promovendo saúde, subsidiando para o empoderamento e proporcionando geração de renda, através dos alimentos. Com isso, acredita-se na possibilidade de contribuir para reverter este quadro preocupante. Entende-se que o nutricionista, tendo uma visão, não só em relação à alimentação, mas integral e humanística, deve considerar as necessidades sociais de saúde, inserindo-se para atuar nesse contexto. Para isso, a formação profissional deve propiciar ensinamentos teórico-práticos na área social. As Universidades devem desenvolver estágios curriculares, atividades complementares, monitorias, programas de extensão, na área de atuação da nutrição social. Portanto, os acadêmicos devem ter contato direto com os mais

diversos equipamentos de saúde, com a equipe interdisciplinar e com a população que os utiliza. Desta forma, o nutricionista pode contribuir no processo de empoderamento das crianças abrigadas e de seus familiares, subsidiando o fortalecimento e a reorganização de alguns acontecimentos.

Considerando que, na área da saúde, a Promoção da Saúde vem sendo adotada pelo governo como uma importante estratégia na busca da qualidade de vida, sentimos a necessidade de relacioná-la à temática Abrigo. Acredita-se que com ações de Promoção da Saúde é possível melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores em relação à sua atuação na instituição e, conseqüentemente, das crianças perante aos enfrentamentos do cotidiano.

A importância de ações para a Promoção da Saúde pode ser comprovada através de seu conceito, acordado na I Conferência Mundial de Promoção da Saúde:

Proporcionar aos povos os meios necessários para melhorar sua saúde e exercer um maior controle sobre a mesma. Para alcançar um estado adequado de bem estar físico, mental e social um indivíduo/grupo deve ser capaz de identificar e realizar suas aspirações, de satisfazer suas necessidades e de modificar ou adaptar-se ao meio ambiente. A saúde não é, portanto, um objetivo, mas fonte de riqueza da vida cotidiana. Trata-se, de conceito positivo que acentua os recursos sociais e pessoais, assim como as atitudes físicas. Considerando que o conceito de bem estar transcende a idéia de formas de vida sadias, a promoção à saúde não concerne exclusivamente ao setor saúde (BRASIL, 1996, p.3).

A estratégia de Promoção da Saúde traz entre outros elementos, a possibilidade de modificar a exclusão social buscando a equidade e bem-estar, que no caso pode ser aplicada às crianças abrigadas. Para isso, ações de saúde inovadoras devem ser criadas em conjunto entre o poder público, profissionais da saúde e trabalhadores de Instituições, objetivando mudanças de hábitos e melhor qualidade de vida. Contudo, para que as estratégias de Promoção da Saúde sejam efetivas se faz necessário o empoderamento dos trabalhadores da Instituição.

Vasconcelos (2003, p.11) propõe um elemento facilitador que visa capacitar a pessoa a ser mais autônoma e a assumir suas responsabilidades: o empoderamento. O empoderamento constitui-se numa:

(...) perspectiva de fortalecimento do poder pessoal e coletivo de pessoas e grupos submetidos a longo processo de dor, opressão e/ou discriminação, incluindo desde pessoas portadoras de todos os tipos de doenças crônicas e de deficiências (e seus cuidadores e familiares), até grupos sociais mais amplos submetidos a diferentes formas de discriminação e opressão: mulheres, minorias étnicas, classes sociais oprimidas, etc.

Assim, achamos fundamental relacionar os temas: Abrigo, Promoção da Saúde e Empoderamento, pois suas características podem ser incorporadas nestas Instituições com o objetivo de reduzir a exclusão social e promover saúde aos abrigados.

A partir dessa problemática, sentiu-se a necessidade de realizar um trabalho em conjunto com os trabalhadores da Casa de Passagem, implementando um processo de ação e reflexão acerca de seu papel junto aos abrigados. Consideramos a possibilidade de terem uma maior consciência sobre seu trabalho e assim, influenciar positivamente no melhor atendimento às necessidades destas crianças. O estudo teve como proposta a utilização do Círculo de Cultura proposto por Paulo Freire, de onde levantamos os temas geradores com os trabalhadores, a partir das necessidades sentidas ao cuidar das crianças. Mas, parte do trabalho não pôde ser realizada, por conta das dificuldades de reunir o grupo de trabalhadores que atua na Casa de Passagem “Contos de Fadas”, conforme prevíamos. Inicialmente propusemos a realização de seis encontros quinzenais com os trabalhadores, porém, conseguimos pôr em prática três encontros consecutivos. De qualquer maneira, inspirados na metodologia proposta por Freire (2005b), iniciamos um diálogo com o intuito de construir conhecimentos para ampliar a visão a respeito das atividades que exercem, e assim, buscar soluções conjuntas para situações que enfrentam. Pressupomos que esse processo contribuirá para o empoderamento dos trabalhadores, refletindo num trabalho de maior qualidade, comprometimento com os abrigados e de mais satisfação para quem o executa.

Esta dissertação aborda em seu segundo capítulo considerações teóricas, e que são apontados temas relacionados com a proposta de trabalho: a exclusão/inclusão social; um levantamento sobre os Abrigos; e a Promoção da Saúde frente às crianças abrigadas. No terceiro capítulo, descrevemos o percurso metodológico da pesquisa, cuja trajetória de vida e o Círculo de Cultura de Paulo Freire são detalhados, assim como os procedimentos de coleta e análise dos dados referentes à pesquisa. No quarto capítulo, apresentamos uma caracterização sócio-espacial da Instituição e discutimos os achados do trabalho realizado junto aos trabalhadores. No quinto capítulo apontamos uma proposta de intervenção, com vistas a contribuir para a transformação da realidade que encontramos. Finalmente, no sexto capítulo tecemos algumas considerações finais.

Diante da realização da pesquisa com os trabalhadores da Casa de Passagem, foi possível identificar e levantar dezessete temas geradores que preocupam o grupo em seu cotidiano de trabalho; descrever com os trabalhadores a situação de trabalho na Instituição; e principalmente, oportunizar um momento único de reflexão sobre o trabalho, quando todos puderam falar sobre suas inquietações. A partir daí com a proposta de intervenção construída, acreditamos contribuir para a melhoria de trabalho dos atores que atuam no Abrigo. cremos que com os trabalhadores capacitados e com mais autonomia, tal processo refletirá nas crianças abrigadas, tornando-as preparadas para enfrentar as desigualdades socioeconômicas e melhorar a qualidade de vida através de ações de Promoção da Saúde. Esperamos que esta pesquisa possa servir de referência para outras Instituições, tendo em vista que não existe uma vasta bibliografia disponível sobre o tema em questão.

1.1 Objetivos

- Identificar e levantar os temas geradores que preocupam os trabalhadores da Casa de Passagem em seu cotidiano de cuidado às crianças;
- Descrever a situação de trabalho em uma Casa de Passagem, a partir da visão dos trabalhadores que nela atuam;
- Formular propostas de intervenção, a partir dos achados, tendo como referência a Promoção da Saúde.



Figura 2: Foto dos trabalhadores observando os Objetos de Cultura (II encontro).
Fonte: Dados de campo (2007-2008).

Toda ação educativa deve necessariamente estar precedida de uma reflexão sobre o homem e de uma análise do meio de vida concreto do homem concreto a quem queremos ajudar a educar-se.

PAULO FREIRE

2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Com o objetivo de melhor entender a realidade dos trabalhadores que atuam em uma Casa de Passagem, faz-se necessário aprofundar alguns temas da área da saúde e do setor social que possibilitam compreender teoricamente a realidade do segmento populacional, tais como, exclusão/inclusão social, a problemática dos Abrigos e a Promoção da Saúde.

2.1 A exclusão/inclusão social

Com a modernidade, surge o predomínio da produção e do consumismo, em que os valores humanos básicos foram substituídos pela hegemonia dos valores capitais. Com isso, a força do mercado pode trazer riscos e incertezas para a população, como processo de exclusão (inclusão) social. Segundo Young (2002), a transição da modernidade à modernidade recente pode ser vista como um movimento de uma sociedade inclusiva para uma sociedade excludente.

Zioni (2006), ao revisar alguns estudos, relata a existência de uma relação entre a exclusão social e as novas tecnologias e concorda que é uma nova forma de exclusão social. Entretanto, outros pesquisadores acreditam que os fenômenos descritos sob o nome de exclusão não podem ser imputados à simples transformações tecnológicas.

Carneiro Junior; Andrade; Luppi; Silveira (2006), ao observar as transformações sociais em uma grande metrópole, viram que são muitas e variadas em suas características. Os autores colocam que essa complexidade é marcada pela heterogeneidade dos grupos sociais, tanto no que se refere às suas condições socioeconômicas como aos seus ciclos de vida: crianças, jovens, adultos e idosos, e que requer dos serviços públicos uma organização complexa e dinâmica que atenda as diferentes necessidades da população.

Para Demo (1998), a exclusão social é estreitamente ligada à solidão e à desagregação social, mas o emprego do termo continua preponderante para definir a condição social do indivíduo. A exclusão não se esgota no afastamento do

mercado de trabalho, mas ganha significação drástica no processo de destruição de valores integrativos tradicionais, atingindo os patamares da precariedade marcada pela não-pertença e impotência.

Sposati (2000) apresenta o conceito histórico da exclusão social a partir de uma ética humana, onde diversas formas são supostas, dentre elas, a cultural, a econômica, a social e a política. A autora reconhece ainda, que a análise da exclusão é vinculada à inclusão, pois, toda exclusão ocorre de uma inclusão.

Para Young (2002), os excluídos criam uma identidade que é rejeitadora e excludente. Eles excluem outros mediante agressão e dispensa e são excluídos e dispensados por outros, sejam diretores de escolas, seguranças de shoppings ou supermercados e outros.

Zioni (2006, p.27) diz que mais do que um conceito, os vocábulos exclusão social podem ser entendidos como uma construção social. A pesquisadora aponta a exclusão como “... um produto histórico de mecanismos sociais, e não um estado resultante de atributos individuais e coletivos cuja visibilidade estava bastante associada, no Brasil, a uma distribuição perversa de renda”.

Como mencionado anteriormente, o conceito exclusão/inclusão é interdependente, caso contrário se trata da medida reducionista e tautológica como os estudos da pobreza que analisam os graus da pobreza sem referenciá-los ao que seria a não pobreza. Portanto, a análise da exclusão supõe objetivar a utopia da inclusão. A inclusão social, como heterotopia, é considerada como um lugar digno de: autonomia, desenvolvimento humano, qualidade de vida, equidade, democracia, cidadania, felicidade (SPOSATI, 2000).

A partir dos referenciais, entende-se exclusão/inclusão social como estados bem diferenciados, mas que, ao mesmo tempo, estão inter-relacionados. Portanto, pode-se dizer que, através da situação de abrigamento, as crianças podem ser excluídas/incluídas socialmente. O processo de exclusão ocorre em função dos indicadores que permeiam as condições de vida das famílias, como: baixo rendimento familiar, mendicância, condições precárias de moradia, violência e outros. Já a inclusão pode ser estabelecida se abrigados e seus familiares, através da Instituição, obtiverem acesso e “capacidades” adequadas para modificar a realidade em que vivem.

Os serviços públicos, em particular os de saúde, requerem políticas e práticas, que supram as necessidades dos diferentes grupos excluídos. O processo

de inclusão social pode ser potencializado de forma prática no interior dos diversos serviços públicos existentes com uma articulação em rede (CARNEIRO JUNIOR; ANDRADE; LUPPI; SILVEIRA, 2006).

Nesse sentido, os serviços de atenção primária em saúde são campos férteis para se operar práticas que visem ao enfrentamento dos desafios da incorporação da heterogeneidade, das desigualdades sociais e das diferentes necessidades de saúde, particularmente, nas áreas centrais de grandes metrópoles, por meio da organização da equidade ao acesso a esses serviços (CARNEIRO JUNIOR; SILVEIRA, 2003, p.33).

Campos (2006); Paim (2006) expõem que as questões equidade/iniqüidades estão cada vez mais presentes nos estudos e nos documentos norteadores do Sistema Único de Saúde. Os autores lembram que na Constituição de 1988, a equidade se refere a políticas dirigidas para a redução das iniquidades de saúde e de acesso aos serviços, pois reconhecem a existência de grupos sociais sem assistência à saúde. Sem a assistência adequada as pessoas tornam-se mais vulneráveis às doenças e até mesmo à morte.

Portanto, pensamos que os trabalhadores da Instituição, ao se tornarem pessoas com mais autonomia (empoderadas), podem ajudar as crianças no enfrentamento da iniquidade e na busca da equidade, ou seja, buscando reduzir as desigualdades sociais.

2.2 Abrigos: fatores de risco e de proteção

Inicialmente, resgataremos a história dos Abrigos no Brasil, pois se sabe que transformações vêm ocorrendo durante décadas de existência de tal política de atendimento às crianças em situação de risco.

Siqueira e Dell'Aglio (2006), através de seus estudos, explanam que estas políticas sociais saíram gradativamente do domínio da Igreja, passando por profissionais filantropos, até que o estado assumiu a responsabilidade. E ainda, que a prática de abandono de crianças ocorre desde o Brasil colonial.

Marcilio (1997) lembra que uma das mais duradouras Instituições de assistência à infância, vinculada à Igreja, foi à roda dos expostos, prática que tinha

como objetivo recolher crianças abandonadas anonimamente. Criada no período do Brasil - Colônia, a roda dos expostos foi extinta no ano de 1950. Na época, era praticamente a única Instituição de assistência às crianças abandonadas. Alguns bebês eram acolhidos por famílias substitutas, por caridade ou para servir de mão-de-obra familiar. Percebe-se então, que a prática de criar filhos “alheios” sempre foi difundida e aceita no país. Foi a partir de 1860, que surgiram, no Brasil, inúmeras Instituições de proteção à infância desamparada na forma de Abrigos. Durante as décadas seguintes, o advento da República ensejou uma revalorização da infância, uma vez que o imaginário republicano reiterava de várias formas a imagem da criança como herdeira do novo regime que se estabelecia.

Em meados de 1970, surgiu o enfrentamento da violência e abandono do menor republicano, principalmente por meio de denúncias contra tal situação. Assim, em 1978, houve a indicação como “Ano Internacional da Criança”, momento em que a história da criança começou a ser respeitada e pesquisada. O movimento das associações que defendiam os direitos das crianças acabou influenciando na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Em 1990, através do ECA, as crianças e os adolescentes passaram a ser sujeitos de direitos e deveres.

O termo “Abrigo” é conceituado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), no capítulo II, parágrafo único do art. 101, como: “(...) medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade”. O Estatuto coloca que os Abrigos devem adotar princípios importantes como: a preservação dos vínculos familiares, a integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, o não desmembramento de grupos de irmãos, a participação na vida da comunidade local, preparação gradativa para o desligamento, a participação de pessoas da comunidade no processo educativo, etc. O capítulo II, art. 92 e 94, explicita as obrigações dos Abrigos, que são: oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade (higiene, salubridade e segurança), objetos necessários para higiene pessoal, cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos, vestuário e alimentação suficientes e adequados à faixa etária, propiciar escolarização e profissionalização, bem como, atividades culturais, esportivas e de lazer... (BRASIL, 1990). É notório que, do ponto de vista legal, a proteção integral das crianças é priorizada.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), através de um levantamento nacional de Abrigos para crianças e adolescentes da Rede de Ação Continuada (SAC), levantou dados importantes sobre as Instituições. Segundo a coordenadora do levantamento, Silva (2003), 65% dos Abrigos são Instituições não-governamentais. A maioria (85,9%) não tem especialidade no atendimento, ou seja, acolhe qualquer criança em situação de risco social ou pessoal (pessoas com deficiências, portadores de HIV, etc), evitando assim, a segregação de grupos de pessoas. A maior parte realiza atendimento misto, ou seja, para meninos e meninas e trabalha com faixa etária ampliada, o que possibilita um maior cumprimento em relação ao não desmembramento de grupos de irmãos. Constatou-se o predomínio do regimento de permanência continuada, onde os abrigados ficam na Instituição em tempo integral. Apenas uma pequena porcentagem oferece opção para as crianças ficarem aos cuidados de seus familiares durante os fins-de-semana, possibilitando a convivência familiar e a preservação de vínculos. Mais de 60% dos Abrigos desenvolvem atividades para a comunidade como apoio psicológico e/ou social a famílias carentes, cursos profissionalizantes, entre outros. Os recursos são estabelecidos de acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que estabelece a municipalização como estratégia de execução da política de assistência, ficando a cargo do executivo federal a definição de diretrizes e de políticas nacionais. As crianças e adolescentes atendidos são na maioria meninos afro-descendentes, na faixa etária entre sete e quinze anos. O período de permanência varia de sete meses a cinco anos. A maioria está inserida no sistema escolar, cerca da metade mantêm vínculos familiares e apenas uma pequena parcela está impedida judicialmente de contato familiar. A pobreza é o maior motivo citado que leva a serem abrigados. Mas outros relatos também aparecem como abandono, violência doméstica, dependência química dos pais, vivência de rua, etc. Os dirigentes dos Abrigos revelam que a pobreza é a principal dificuldade para o retorno dos abrigados para suas famílias.

Diante desses dados nota-se que, atualmente, os Abrigos estão sendo utilizados como uma fonte alternativa para famílias extremamente carentes criarem seus filhos, em função da má distribuição de renda, da falta de oportunidade de empregos, de carência de conhecimento, entre outros. Esse fato é preocupante porque reforça a exclusão social dessa população, aumenta a falta de vínculo entre as famílias e os abrigados, além de muitos outros prejuízos.

Um estudo realizado por Salina (2007) aponta inúmeros problemas enfrentados nos Abrigos, como a falta de participação dos abrigados na vida da comunidade local, ausência da preservação de vínculos familiares, inexistência de um plano de ação e higiene, nível de escolaridade baixo entre os monitores, alto grau de rotatividade dos funcionários, ausência de capacitação para os funcionários e falta de avaliação Institucional. O que também chama a atenção na pesquisa são outros itens que não são mencionados pelo ECA, como ausência de práticas educativas, falta de equipe mínima de profissionais e alimentos em boas condições de consumo.

É perceptível que os mesmos problemas são enfrentados na maioria das Instituições e que, mesmo após quase duas décadas de criação do ECA, os Abrigos têm muito a avançar. Como os Abrigos são excludentes, a única forma de reverter esse quadro de exclusão é de fazer inclusão começando dentro da Instituição. Com o processo de reflexão que esta pesquisa proporcionou e com a proposta de intervenção que resultará de tal estudo, os trabalhadores poderão se tornar protagonistas para modificar a situação de exclusão.

2.3 A Promoção da Saúde frente às crianças abrigadas

O conceito de Promoção da Saúde vem evoluindo há muitas décadas. Sigerist foi um dos primeiros autores a conceituar Promoção da Saúde e a evidenciá-la no ano de 1946, assim como, a prevenção de doenças, a recuperação e a reabilitação da população enferma (BUSS, 2003 apud CZERESNIA, 2003).

Conforme Buss (2003 apud Czeresnia, 2003, p. 22), “em 1974, no Informe Lalonde se encontrava o conceito de “campo da saúde”, que reúne os determinantes de saúde”. Tal conceito abrange a análise do campo da saúde em alguns componentes: biologia humana, meio ambiente, estilo de vida e organização da atenção à saúde. Mais tarde, Leavell e Clarck (1976 apud Czeresnia, 2003) definiram a Promoção da Saúde como um dos elementos do nível primário de atenção em medicina preventiva, com isso, afirmavam as relações entre saúde e condições de vida com o intuito de reduzir a crescente medicalização.

Desde a década de 70, vêm ocorrendo inúmeros eventos internacionais sobre saúde, em reação à crise dos sistemas de saúde. O sistema apresentava ineficácia e iniquidades face à transição demográfico-epidemiológica (medicalização, desenvolvimento tecnológico, etc). Um dos grandes acontecimentos ocorreu em 1978 - Conferência Internacional sobre Atenção Primária de Saúde, realizada em Alma-Ata pela OMS e UNICEF, que proporcionou muitas contribuições para o desenvolvimento da saúde pública e propôs como meta “saúde para todos no ano 2000” (BRASIL, 1979).

Surge então, uma nova concepção do processo saúde-doença-cuidado de modo mais globalizado, articulando saúde e qualidade de vida. A nova saúde pública (Promoção da Saúde) possui como um dos eixos básicos o fortalecimento da autonomia das pessoas e da comunidade, reduzindo a responsabilidade do Estado (BUSS, 2000).

Portanto, nas diversas Conferências Internacionais que se seguem à de Alma-Ata, é proposta outra dimensão da Promoção de Saúde baseada na intersectorialidade e visão global como elementos proporcionadores da saúde e melhor qualidade de vida.

Em 1986, realizou-se no Canadá a I Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde que teve como produto a Carta de Ottawa. Dentre muitas idéias de promoção, a carta propõe cinco campos centrais de ação: a elaboração e implementação de políticas públicas saudáveis, a criação de ambientes favoráveis à saúde, o reforço da ação comunitária, o desenvolvimento de habilidades pessoais e, principalmente, a reorientação do sistema de saúde (BRASIL, 1986).

A Promoção da Saúde é definida como “processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo” (BUSS, 2000, p.170).

A II Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, em 1988 - Declaração de Adelaide sobre Políticas Públicas Saudáveis, ocorreu na Austrália e identificou áreas prioritárias para promover ações imediatas em políticas públicas saudáveis. Os temas priorizados foram: apoio à saúde da mulher, alimentação e nutrição, tabaco e álcool e a criação de ambientes saudáveis (BRASIL, 1988).

Na Suécia, em 1991, realizou-se a III Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde. Foi a primeira a focar a interdependência entre saúde e ambientes favoráveis à saúde. Como propostas de ação, a Declaração de Sundsväl

faz menção à pirâmide dos ambientes saudáveis: educação, alimentação e nutrição, moradia e vizinhança, apoio e atenção social, trabalho e transporte (BRASIL, 1991).

Na IV Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, em 1997, (Indonésia) – Declaração de Jakarta sobre Promoção da Saúde, pretendeu-se atualizar a discussão sobre o reforço da ação comunitária, definido anteriormente em Ottawa (BRASIL, 1997).

No ano de 2000, o México cedeu espaço para a V Conferência Mundial que “procurou avançar no desenvolvimento das prioridades da Promoção da Saúde para o século XXI...” (SÍCOLI; NASCIMENTO, 2003, p. 106).

Diante desses referenciais, comprova-se a necessidade de buscar uma “nova Promoção da Saúde” com o intuito de melhorar a qualidade de vida da população. Para isso, faz-se necessário uma nova forma de fazer saúde que inclui a participação social e o empoderamento dos diversos atores sociais.

Sícoli e Nascimento (2003) proferem que a “nova Promoção de Saúde” propõe focar determinantes gerais como os sócio-ambientais e econômicos, atuar sobre as condições de vida cotidiana, ou seja, fundamentando-se de acordo com a realidade e direcionada ao coletivo e à defesa dos direitos sociais.

No Brasil, nos anos 80, movimentos sociais lutaram pelo direito constitucional à saúde. Com isso, surge a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), no ano de 1988, cuja ênfase está na mudança do modelo assistencial de curativo para promocional à saúde, na perspectiva das discussões que se iniciaram em Alma-Ata e Otawa.

Enfatiza-se, através da VIII Conferência Nacional de Saúde, o conceito amplo de saúde, visto que a promoção atua como meio para obtê-la.

Em sentido amplo, a saúde é resultante das condições de alimentação, habitação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, tempo livre, liberdade, acesso e posse da terra e acesso aos serviços de saúde. Sendo assim, é, principalmente, resultados das formas de organização social de produção, as quais podem gerar desigualdades nos níveis de vida (BRASIL, 1986, p.6).

Para Sícoli e Nascimento (2003), para promover saúde é necessário estabelecer a eqüidade, a visão holística, o trabalho intersetorial (redes), promover meios que levem ao empoderamento, estimular a participação social e originar ações multiestratégicas e de sustentabilidade.

Com a experiência profissional e diversos estudos sobre Promoção da Saúde que vêm sendo realizados por pesquisadores por mais de duas décadas, é perceptível que a saúde contribui fundamentalmente para a qualidade de vida da população. Também, é notório que alcançar qualidade de vida satisfatória depende de um conjunto de determinantes promotores de saúde, como o acesso a serviços de saúde de qualidade, moradia, saneamento básico, alimentação, educação, renda, entre outros. Com isso, a Promoção da Saúde deve atuar enquanto estratégia de intervenção que possibilita o incentivo ao empoderamento. Os enfrentamentos aos inúmeros problemas relacionados à saúde devem partir de políticas públicas saudáveis. Para tanto, vale comentar brevemente sobre os programas sociais executados pelo atual governo.

Através de um estudo referente aos programas sociais governamentais em funcionamento, Santos (2004) resgata que a “responsabilidade social” pelo Estado brasileiro (programas sociais) começou nos anos trinta, sob a forma da previdência social. O universo abrangido por esta não parou de aumentar até a Constituição de 1988, quando experimentou uma ampliação, traduzida pela adoção, no texto constitucional, da noção de “direitos sociais”. Esta desemboca, na idéia de “proteção social”, que implica a desnecessidade da contrapartida por parte dos beneficiados (que é o princípio da previdência social). A noção de “programas sociais” abrange tanto aqueles regidos pela lógica da previdência social (na qual o benefício é condicionado por uma contrapartida pelo beneficiário), quanto os orientados pela lógica da “proteção social” (filha dos “direitos sociais” da Constituição de 1988). O universo dos programas sociais é muito amplo, envolvendo boa parte dos recursos orçamentários do Estado. Observe-se que o “Fome Zero”, de grande evidência social, não é, propriamente, um programa social, mas uma política pública. Ele representa uma direção política e funciona como um articulador dos programas de proteção social do governo. A renda, propriamente, vem a ser transferida através de programas específicos, articulados institucional e midiaticamente pelo “Fome Zero”.

Destaca-se aqui, alguns programas sociais específicos que fazem parte da política pública “Fome Zero”, que beneficiam famílias e principalmente crianças e adolescentes em situação de risco, dos quais esta dissertação trata. Dentre os programas sociais detalhados no site oficial do governo (BRASIL, 2006) estão: o Serviço de Ação Continuada (SAC), o Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de

Crianças e Adolescentes (Sentinela), o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e outros. Os programas sociais citados serão brevemente comentados, conforme o quadro a seguir:

Quadro I – Levantamento de algumas Ações Sociais Brasileiras pertencentes ao Programa Fome Zero e que são destinadas às crianças

PROGRAMA	O QUE É:	PÚBLICO-ALVO	BENEFÍCIO CONCEDIDO
<p><u>Serviço de Ação Continuada – SAC</u></p> <p>Implantado em 2003</p>	<p>Atendimento a crianças, idosos e pessoas portadoras de deficiências em creches e instituições especializadas.</p>	<p>Crianças de 0 a 6 anos, idosos e pessoas portadoras de deficiência com renda familiar <i>per capita</i> de até ½ salário mínimo</p>	<p>Repasse de valor <i>per capita</i> para Estados e Municípios que atendem os usuários diretamente ou por intermédio de instituições conveniadas;</p> <p>Por seu turno, os principais programas sociais, hoje em vigor, que implicam a transferência direta de dinheiro do Estado (sem contrapartida em atividade criadora de valor econômico) para pessoas físicas são os seguintes: auxílio-gás, bolsa-alimentação, bolsa-escola, bolsa-família, cartão-alimentação.</p>
<p><u>Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de crianças e Adolescentes – Sentinela</u></p> <p>Implantado em 2001</p>	<p>Atendimento social especializado a crianças e adolescentes vítimas de violência e exploração sexual.</p>	<p>Crianças e adolescentes vítimas de violência e exploração sexual</p>	<p>Atendimento social especializado em Centros e Serviços de Referência e na rede de serviços existente dos municípios.</p>
<p><u>Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI</u></p> <p>Lançado em 1996.</p>	<p>Programa de transferência de renda a famílias com filhos entre 7 e 15 anos envolvidos com o trabalho em atividades consideradas penosas, perigosas, insalubres e degradantes.</p>	<p>Crianças de 7 a 15 anos, cujas famílias tenham renda <i>per capita</i> de até meio salário mínimo.</p>	<p>R\$ 25 por criança na área rural e R\$ 40 por criança na área Urbana.</p>

Fonte: Adaptado de Brasil (2006).

Os Serviços de Ação Continuada (SAC) são executados por Municípios e Estados diretamente ou por meio de creches, pré-escolas, Instituições de assistência a pessoas portadoras de deficiência e idosos e por Abrigos, mediante convênios e termos de referência. O Governo Federal repassa recursos que são complementados pelos estados ou municípios, o que a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) chama de co-financiamento. A rede hoje existente foi herdada da extinta Legião Brasileira de Assistência (LBA). Em outubro de 2003, ocorreu o

lançamento do Programa Bolsa-Família, com isso, os beneficiários dos mais diversos benefícios (citados abaixo) começaram a serem integrados ao programa unificado (BRASIL, 2006).

Segundo Brasil (2006), os principais benefícios concedidos pelo governo são:

- Auxílio-Gás: transferência de renda com repasse bimestral de R\$ 15,00 para as famílias carentes compensarem o aumento do valor de gás de cozinha. Foi criado em 2002 e convertido em Lei nº 10.453, de 13/05/2003.
- Bolsa-Alimentação: transferência de renda a famílias carentes para combater a mortalidade infantil e a desnutrição de crianças até 6 anos, gestantes e nutrizes de famílias com renda mensal per capita inferior a meio salário mínimo. O benefício concedido é de R\$ 15,00 por beneficiário, com no máximo três beneficiários por família. Foi regulamentado pelo Decreto nº 3934, de 20/09/2001.
- Bolsa-Escola: transferência de renda a famílias carentes para combater a evasão escolar e o trabalho infantil para crianças de 7 a 14 anos com renda familiar mensal per capita inferior a R\$ 90,00. O benefício concedido é de R\$ 15,00 por beneficiário, com no máximo 3 beneficiários. Foi regulamentado pelos decretos nº 3.823/01 e 4.313/02.
- Cartão Alimentação: transferência de renda a famílias carentes em situação de insegurança alimentar com renda per capita mensal inferior a meio salário mínimo. A Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, instituiu o Programa Nacional de Acesso à Alimentação.

O Bolsa-Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias pobres com renda mensal per capita até R\$ 100,00. O benefício é concedido para famílias com renda mensal de até R\$ 50,00, benefício fixo de R\$ 50,00, tenham elas filhos ou não. Além do valor fixo, as famílias com filhos até 15 anos têm um benefício variável de R\$ 15,00 por filho, até o limite de três benefícios. Para famílias com renda mensal acima de R\$ 50,00 e até o limite de R\$ 100,00, o Bolsa-Família paga mensalmente o benefício variável de R\$ 15,00 por filho até 15 anos, até o limite de três benefícios, conforme a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. O programa Bolsa Família integra a Política Pública “FOME ZERO”, que visa assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança

alimentar e nutricional e contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome (BRASIL, 2004).

O Bolsa-Família vem unificando os seguintes “programas remanescentes” de transferência de renda do Governo Federal: Bolsa-Escola, Auxílio-Gás, Bolsa-Alimentação e Cartão-Alimentação, com o objetivo de aliviar a pobreza por meio da transferência de renda às famílias; reforçar o exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação, contribuindo com o rompimento do ciclo da pobreza entre gerações e coordenar os programas complementares (BRASIL, 2006).



Figura 3: Foto da codificação e descodificação dos temas geradores (II encontro).
Fonte: Dados de campo (2007-2008).

Na medida em que o homem, integrando-se nas condições de seu contexto de vida, reflete sobre elas e leva respostas aos desafios que lhe apresentam, cria cultura. A partir das relações que estabelece com seu mundo, o homem, criando, recriando, decidindo, dinamiza este mundo. Contribui com algo do qual ele é autor...

PAULO FREIRE

3 PERCURSO METODOLÓGICO

O objetivo é o de descrever a realidade vivenciada pelos trabalhadores da Casa de Passagem “Contos de Fadas” ao cuidarem de crianças abrigadas: de como pensam e enfrentam este cotidiano e as possibilidades que possuem de transformá-lo.

A idéia inicial era de realizar seis encontros quinzenais para identificar e levantar temas geradores com os trabalhadores, implementar um processo de ação e reflexão, problematizar e discutir os temas através do Círculo de Cultura de Paulo Freire (2005b). No entanto, ao pôr em prática os encontros, deparamos com alguns problemas (principalmente pela dificuldade de reunir os trabalhadores) para realizá-los em sua totalidade. Acredita-se que com essa análise seria possível esgotar todas as etapas previstas pelo método Freireano adotado, bem como um total envolvimento dos trabalhadores com a proposta educativa e um vínculo maior entre a pesquisadora e o grupo. Foram então realizados três encontros consecutivos o que impossibilitou o envolvimento dos trabalhadores que prevíamos inicialmente. Contudo, foram levantados dezessete temas geradores e discutido o que mais gera preocupação entre o grupo. Os encontros oportunizaram valiosos momentos de reflexão os quais foram considerados produtivos e merecedores de uma sistematização e publicização neste trabalho.

Como foi utilizado como referencial metodológico o Círculo de Cultura proposto por Paulo Freire, será apresentado, em um primeiro momento, um pouco sobre a vida e a trajetória do educador, bem como a proposta do Círculo de Cultura e, em seguida, o relato metodológico da pesquisa.

3.1 Paulo Freire: sua vida, sua trajetória

Paulo Freire nasceu no dia dezenove de setembro do ano de mil novecentos e vinte e um. Era filho de militar e espiritista, sua mãe era católica, ambos de Pernambuco. Apesar de Freire perder o pai ainda muito jovem, pôde aprender com ele e com a mãe o diálogo que procurou manter com o mundo, com os homens, com

Deus, com a esposa e com os filhos, e também, a respeitar as opções dos demais (FREIRE, 2005a).

Com a crise de 1929, sua família foi obrigada a mudar-se para Jaboatão, onde parecia menos difícil sobreviver. Logo, com a perda do pai, foi obrigado a experimentar o que é a fome, o que lhe possibilitou compreender o que é a fome dos demais. Já na infância, aos dez anos de idade, começou a pensar sobre algumas coisas que não andavam bem no mundo e passou a perguntar o que poderia fazer para ajudar os homens (FREIRE, 2005a).

Aos quinze anos, apesar das dificuldades, entrou para o ginásio e com vinte para um curso pré-jurídico. Com o tempo, iniciou os estudos de Filosofia e Psicologia da Linguagem, enquanto se tornava professor do curso ginásial e ajudava os irmãos mais velhos na sustentação da família (FREIRE, 2005a).

Nesta época, Freire afastou-se por um período da Igreja, mas nunca de Deus. Em 1944, casou-se, aos vinte e três anos, com a professora Elza Maia Costa Oliveira, católica e pernambucana do Recife. Com Elza, deu seguimento ao diálogo que aprendeu com os pais. Tiveram cinco filhos com quem ampliaram o diálogo. Foi a partir do casamento que o educador começou a preocupar-se sistematicamente com os problemas educacionais e passou a dedicar-se mais aos estudos (FREIRE, 2005a).

Após a morte de sua primeira esposa (Elza), Paulo Freire casou-se com Ana Maria Araújo Freire que era uma ex-aluna (INSTITUTO PAULO FREIRE, 1992).

Trabalhou no Departamento de Serviço Social do SESI, onde dialogava com o povo. Após, tornou-se diretor do departamento de Educação e Cultura do SESI, em Pernambuco, e depois, na Superintendência (1946 a 1954), fez as primeiras experiências que conduziram mais tarde ao método que iniciou em 1961. Isto teve lugar no movimento de Cultura Popular do Recife do qual foi um dos fundadores, e mais tarde teve continuidade no Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife, onde foi o primeiro diretor (FREIRE, 2005a).

Dentre a trajetória percorrida por Freire, destacam-se as experiências vividas no Brasil e no Chile, onde as relações entre o trabalho e a ascensão popular eram bem evidenciadas. Seu movimento teve início no ano de 1962, no Nordeste, região mais pobre do Brasil. Na época, existiam 15 milhões de analfabetos, o que representava mais da metade da população. Então, a Aliança pelo Progresso, que “aproveitava-se” da miséria do Nordeste, interessou-se pela experiência realizada na

cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte. Tal experiência teve, como resultado, trezentos trabalhadores alfabetizados em 45 dias. Assim, decidiu-se aplicar o método em todo o território com o apoio do Governo Federal, mas, logo iniciaram os atritos, pois pessoas confundiam a política e o educador. Grupos reacionários não compreendiam como um educador católico se fizesse representante dos oprimidos e passaram a acusá-lo (FREIRE, 2005a).

“O Movimento de Educação Popular constituía-se em uma ameaça política para os populistas – pela mobilização das massas: um homem é igual a um voto” (FREIRE, 2005a, p. 21-22). Com a pedagogia da liberdade, os analfabetos não estavam sendo preparados para serem meros eleitores e sim, para terem juízo crítico e escolherem seus próprios caminhos (FREIRE, 2005a).

Em 1964, com o Golpe de Estado, Freire foi preso por aproximadamente setenta dias, por causa do comprometimento com a educação de adultos e da cultura popular. Com isso, foi refugiado na Embaixada da Bolívia, pois representava um “perigo”, era considerado um traidor de Cristo e do povo brasileiro. Seu método chegou a ser comparado ao de Stalin, Hitler, Perón e Mussolini (FREIRE, 2005a).

Em relação à sua experiência no Chile, vale ressaltar que o método foi utilizado nos programas oficiais de alfabetização. Após o ano de 1964, o governo democrata-cristão queria atacar a problemática da alfabetização em seu programa de promoção. Sua administração tinha a intenção de:

...aumentar a participação popular no desenvolvimento de toda a comunidade. Não somente nas políticas dos partidos..., mas, sobretudo, nas expressões reais de nossa vida atual: o trabalho, a vida local e regional, as necessidades da família, a cultura de base e a organização econômico-social (FREIRE, 2005a, p. 24).

Em 1965, ocorreu a criação de um Escritório de Planejamento para Educação de Adultos. Waldoms Cortês e Paulo Freire pensavam que os métodos e os materiais aplicados às crianças e adultos deveriam ser revistos. E assim, mais uma vez o método foi questionado. Uns diziam ser muito radical, outros comunista, entre outras críticas e acusações. Com dois anos de programa Chileno, a atenção internacional foi atraída, e o Chile recebeu da UNESCO uma distinção por ser uma das nações a melhor superar o analfabetismo. Graças ao método Paulo Freire, o Escritório incentivou os analfabetos a continuar seus estudos até mesmo em nível superior (FREIRE, 2005a).

Segundo Brandão (2006), até o ano de 1968, Freire e outros educadores passaram por anos muito ruins, pois em toda parte eram presos e seus trabalhos de educação eram condenados. Paulo Freire foi um dos primeiros educadores presos e depois exilado (exilado do país por 16 anos).

Inicialmente, o educador popular exilou-se no Chile, onde encontrou um clima social e político favorável ao desenvolvimento de suas teses. Assim, desenvolveu, por um período de cinco anos, trabalhos em programas de educação de adultos no Instituto Chileno para a Reforma Agrária (ICIRA). Nesse momento escreveu a sua principal obra, a Pedagogia do oprimido (INSTITUTO PAULO FREIRE, 1992). Como relata Brandão: “foi para o Chile com a família, o sonho e o método” (2006, p. 19).

Só no ano de 1980, Paulo Freire retornou ao Brasil com o intuito de “(...) aprender tudo de novo” (BRANDÃO, 2006, p.20).

Após o regresso ao Brasil, lecionou na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), e em 1989 tornou-se Secretário de Educação no Município de São Paulo. Durante seu mandato, fez um grande esforço na implementação de movimentos de alfabetização, de revisão curricular, e também, empenhou-se na recuperação salarial dos professores (INSTITUTO PAULO FREIRE, 1992).

O método de alfabetização do educador é de extrema importância, por possibilitar a conscientização da população através do processo de ação-reflexão do cotidiano. O educador acreditava que “(...) toda a educação, a ação educativa para ser válida, deve necessariamente estar precedida de uma reflexão sobre o homem e de uma análise do meio de vida de quem quer ajudar a educar (...)” (FREIRE, 2005a, p. 38).

Freire afirma que:

Uma educação que procura desenvolver a tomada de consciência e a atitude crítica, graças a qual o homem escolhe e decide, liberta-o em lugar de submetê-lo, de domesticá-lo, de adaptá-lo como faz com muita frequência a educação em vigor num grande número de países do mundo, educação que tende a ajustar o indivíduo à sociedade, em lugar de promovê-lo em sua própria linha (FREIRE, 2005a, p. 40).

Paulo Freire (2005a) estava convencido de que a educação, enquanto prática da liberdade é um ato de conhecimento e uma aproximação crítica da realidade. Quanto mais conscientização, mais se desvela à realidade, portanto, não pode

existir fora da práxis, sem o ato de ação-reflexão. A conscientização é consciência histórica: é inserção crítica na história, o que implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. A partir das relações que o homem estabelece com seu mundo, cria, recria, decide e dinamiza este mundo.

Através de seu processo metodológico, projetava levar a termo uma alfabetização direta, queria tornar compatível sua existência de trabalhador e o material que era oferecido para a aprendizagem, contradizendo os métodos de alfabetização mecânicos. Pensava numa alfabetização que fosse um ato de criação, capaz de gerar atos criadores. A metodologia deveria ser um instrumento do educando, assim, ele deveria se identificar com ela, e não somente do educador (FREIRE, 2005a).

Freire (2005a) com a concepção de liberdade dava sentido à educação. Ele afirmava que para a educação ser efetiva e eficaz os educandos tinham que tornar-se parte de maneira livre e crítica. Este é um dos princípios dos Círculos de Leitura, unidade de ensino que substitui a escola tradicional para reunir um coordenador (que não exerce função de professor e nem impõe influência) com os homens do povo num trabalho comum (diálogo) para conquistar a linguagem.

O educador popular dizia que a existência humana não poderia ser silenciosa, e sim, nutrir-se de palavras verdadeiras, para transformar o mundo. O fato de existir (humanamente) é também de pronunciar o mundo e modificá-lo (FREIRE, 2005a). Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” (FREIRE, 2005a, p. 90).

Ressalta-se através das palavras do autor, que dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos; é através do diálogo que os homens ganham significação. Por outro lado, diz que não há diálogo sem humildade e, por isso, a pronúncia do mundo não pode ser um ato arrogante. O educador destaca que não há ignorantes absolutos e nem sábios absolutos. Os homens em comunhão buscam saber e ser mais. Então, não se pode dialogar alienando a ignorância, admitindo ser um homem diferente, donos da verdade e do saber e fechados às contribuições dos outros. O diálogo precisa acontecer em uma relação horizontal e de confiança, implicando e gerando o pensar crítico. (FREIRE, 2005a).

O autor não se cansava de afirmar a importância em não desprezar o que os educandos (crianças, jovens ou adultos) trazem consigo de compreensão do mundo,

seus saberes em torno de sua religiosidade, saúde, corpo, sexualidade, vida, morte, etc (FREIRE, 1992).

A partir de toda trajetória e de inquietações, Paulo Freire escreveu inúmeras obras, dentre elas: Educação: prática da liberdade (1967), Pedagogia do oprimido (1968), Cartas à Guiné-Bissau (1975), Pedagogia da esperança (1992), À sombra desta mangueira (1995) e etc. O educador teve o reconhecimento mundial através da sua práxis educativa. Tem seu nome adotado por muitas instituições e é cidadão honorário de várias cidades no Brasil e no exterior. Ao autor foi outorgado o título de doutor Honoris Causa por vinte e sete universidades. Por seus trabalhos na área educacional, recebeu inúmeros prêmios. No dia 10 de abril de 1997, lançou seu último livro, intitulado "Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa". Freire faleceu no dia 2 de maio de 1997, em São Paulo, vítima de um infarto agudo do miocárdio (INSTITUTO PAULO FREIRE, 1992).

3.2 Paulo Freire e o Círculo de Cultura

Gadotti (1996) relata que o método de alfabetização de Paulo Freire nasceu no interior do Movimento de Cultura Popular (MCP) do Recife, no final da década de 50 onde criara os chamados Círculos de Cultura. Para Freire, os Círculos de Cultura não tinham uma programação feita *a priori*, sendo assim, os grupos estabeleciam os temas a serem debatidos. Cabia aos educadores tratar a temática proposta pelo grupo, mas com possibilidade de acrescentar sugestões de outros temas que, na Pedagogia do oprimido, o educador popular chamava de "temas de dobradiça". Isto é, assuntos que se inseriam como fundamentais no corpo inteiro da temática, para melhor esclarecer ou iluminar a temática sugerida pelo grupo popular. Como insistia ele, existe, indiscutivelmente, uma sabedoria popular, um saber popular que se gera na prática social de que o povo participa, mas, às vezes, o que está faltando é uma compreensão mais solidária dos temas que compõem o conjunto desse saber (GADOTTI, 1996).

Freire defendia que "todo aprendizado deve estar intimamente associado à tomada de consciência de uma situação real e vivida pelo aluno. Assumir a liberdade como uma maneira de ser homem é o ponto de partida do Círculo de Cultura" (FREIRE, 2005a, p. 59-60).

Os diálogos realizados nos Círculos de Cultura revelam-se como um meio de conscientização, capaz de transformar radicalmente a atitude frente à vida (FREIRE, 2005a).

Paulo Freire apostava na dialogicidade como essência da educação enquanto prática da liberdade. O diálogo enquanto fenômeno humano nos revela algo que podemos dizer ser ele mesmo: a palavra. A palavra tem como elementos constitutivos, duas dimensões: a ação e a reflexão. Logo, não há palavra verdadeira que não seja práxis (FREIRE, 2005a).

Gadotti (1996) orienta que o Método Paulo Freire pode consistir, em três momentos, dialética e interdisciplinarmente entrelaçados:

- A *investigação temática*, pela qual aluno e professor buscam, no universo vocabular do aluno e da sociedade onde ele vive, as palavras e temas centrais de sua biografia;

- A *tematização*, pela qual eles codificam e decodificam esses temas; ambos buscam o seu significado social, tomando assim consciência do mundo vivido; e

- A *problematização*, na qual eles buscam superar uma primeira visão mágica por uma visão crítica, partindo para a transformação do contexto vivido.

Freire (2005b) através de seu método alertava quanto à existência do tema do silêncio, ou seja, quando o grupo não chega a expressar concretamente uma temática geradora, pode significar a existência de um tema dramático.

3.3 A pesquisa realizada

O trabalho construído com o grupo de trabalhadores na Casa de Passagem “Contos de Fadas” trata-se de uma abordagem qualitativa e pode ser considerado como uma aproximação ao que entendemos como “pesquisa social participante”. A pesquisa social foi escolhida em função de toda riqueza de significados que oferece. Minayo (2004, p. 11) aponta que existe “(...) a possibilidade concreta de tratarmos de uma realidade da qual nós próprios, enquanto seres humanos, somos agentes”. Trabalha com um universo de significados, crenças, valores, atitudes, etc. Esse universo corresponde a um espaço profundo das relações, processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A pesquisa participante envolve um processo de investigação, educação e ação. Assim, entre seus elementos relevantes estão: a realização concomitante da investigação e da ação; a participação conjunta de pesquisadores e pesquisados; a proposta político-pedagógica a favor dos oprimidos (opção ideológica); e o objetivo de mudança ou transformação social (HAGUETTE, 2003).

Oliveira e Oliveira (1983 apud HAGUETTE; 2003 p. 147) concebem a pesquisa participante como:

... uma proposta político-pedagógica que busca realizar uma síntese entre o estudo dos processos de mudança social e o envolvimento do pesquisador na dinâmica mesma destes processos. Adotando uma dupla postura de observador crítico e de participante ativo, o objetivo do pesquisador será colocar as ferramentas científicas de que dispõem a serviço do movimento social com que está comprometido.

Portanto, a aproximação com a pesquisa participante se deu ao optarmos pelas técnicas dialógicas de Freire, que possibilitariam um espaço de interação, reflexão, aquisição e produção de conhecimento entre a pesquisadora/facilitadora e os trabalhadores. Ao realizar um processo de ação e reflexão sobre sua própria realidade, os trabalhadores podem superar as formas ingênuas de ler o mundo e obter “um novo olhar sobre seu trabalho na Instituição”, com vistas a promover uma transformação em relação ao trabalho no Abrigo.

A Instituição escolhida para o estudo apresenta características muito próximas das demais existentes no País, mas em alguns momentos possuía como diferencial um número razoável de profissionais técnicos atuando e uma tentativa de trabalho em rede com os demais serviços do município (Secretaria do Desenvolvimento Social, Programa da Saúde da Família, Conselho Tutelar e Projeto Sentinela).

A pesquisa ocorreu na sede da Instituição que está localizada em um bairro da periferia de um município de Santa Catarina. Participaram do estudo os funcionários que aceitaram compartilhar tal processo. No momento da pesquisa, a Casa possuía 20 funcionários cedidos pela Prefeitura Municipal, entre eles, uma diretora institucional, uma psicóloga, um auxiliar administrativo, sete educadoras sociais, duas auxiliares de apoio, duas cozinheiras, duas auxiliares de serviços gerais e quatro vigilantes. Por um longo período, a Instituição contou com a atuação de uma Presidente (voluntária) formada em Direito, que fez parte de toda a

construção do Projeto SACI – Casa de Passagem “Contos de Fadas”. Ainda no ano de dois mil e seis, havia uma Nutricionista e uma Técnica em Enfermagem diariamente na Instituição. Atualmente podem ter ocorrido modificações no quadro de trabalhadores, pois existe uma grande rotatividade no local.

Freire (2005b) fazia uso do Círculo de Cultura como um instrumento para alfabetização. Portanto, utilizamos como base suas técnicas dialógicas do Círculo de Cultura para realizar o levantamento dos temas geradores com os trabalhadores da Casa de Passagem, o que possibilitou a inserção do grupo de uma forma crítica de pensarem seu cotidiano, “seu mundo”.

As técnicas adaptadas do Círculo foram um instrumento de trabalho fundamental durante todo o processo da pesquisa por ser uma forma de ensino, aprendizagem e, principalmente, de socialização de conhecimentos entre as pessoas. Foi possível identificar a existência de uma necessidade de saúde que se julga poder ser bem atendida através do trabalho realizado pelos trabalhadores da Instituição.

Afonso (2003, p. 83 e 84) acredita que:

(...) quanto mais essas necessidades de saúde estejam vinculadas a crenças e práticas sociais, quanto mais envolver atitudes de autocuidado e cuidados na família e na comunidade, mais o trabalho em grupo será útil, pois oferecerá um campo fértil para a educação em saúde.

A metodologia utilizada nos encontros baseia-se na proposta que Paulo Freire expõe em sua obra *Pedagogia do oprimido* (2005b). Portanto, o grupo de trabalhadores realizou: a codificação, uma breve descodificação e problematização dos temas geradores (FREIRE, 2005b).

- A *codificação* consiste na análise de uma situação existencial concreta da Instituição na visão dos trabalhadores. Já no primeiro encontro, o grupo falou sobre possíveis temas geradores (problemas enfrentados). Essa ação resultou em um grande “movimento de pensar” (FREIRE, 2005b).

- A *descodificação* resulta em uma breve análise crítica da situação codificada, ou seja, dos problemas. No segundo encontro, os trabalhadores levantaram os temas geradores. À medida que sugeriam os temas concomitantemente discutiam os problemas. Assim, “exteriorizavam sua visão de mundo”. No terceiro encontro uma descodificação mais fundamentada foi possível em função do material de apoio utilizado pela pesquisadora (alguns dados da realidade sobre os Abrigos, conceitos de família e Estatuto da Criança e do Adolescente). Com

o material de apoio foi possível ampliar o conhecimento através de outras experiências (FREIRE, 2005b).

- A *problematização* ocorre no terceiro momento. Para que uma real conscientização aconteça, capacitação com os trabalhadores são imprescindíveis. Se houvesse a oportunidade de realizar a pesquisa conforme a proposta inicial, com um número maior de encontros, o ato teria se concretizado. Acredita-se que uma “construção e reconstrução do mundo” tenha iniciado com este trabalho, pois tentou-se gerar um “novo conhecimento enquanto prática libertadora” (FREIRE, 2005b).

Brandão (2006) lembra-nos que o método Paulo Freire está criado, mas nunca acabado. Os instrumentos de trabalho no processo de alfabetização devem ser criados e recriados pela própria comunidade de acordo com as condições e peculiaridades de cada lugar.

No Círculo de Cultura, a relação entre educador e educandos deve ser sempre horizontal. O animador não deve portar-se nos debates como um professor, e sim, facilitador. Todos devem participar das atividades que têm como método de estudo o diálogo, onde todos vão ensinar e aprender. Portanto, através do Círculo é possível produzir novos modos de pensar e fazer cultura. Assim, utilizamos estratégias do método de Freire, mas criamos alguns instrumentos e ajustamos as técnicas de acordo com a realidade, conforme ele incentivava.

Nos encontros, levantamos os temas geradores, escolhemos e investigamos o que mais gera preocupação aos trabalhadores e problematizamos os assuntos relacionados ao tema gerador escolhido conforme relataremos a seguir. O trabalho desenvolveu-se através de três encontros/oficinas consecutivas entre os meses de novembro e dezembro de dois mil e sete. Cinco trabalhadores compareceram nos três encontros. Os demais tiveram que se revezar em função do horário de trabalho e de outras atividades fora da Instituição.

O primeiro encontro ocorreu: 1) a introdução apresentações gerais (grupo, pesquisadora e pesquisa), 2) integração entre os participantes e pesquisadora e 3) explicações de procedimentos éticos e recolhimento das assinaturas do termo de consentimento.

O segundo encontro teve quatro objetivos: 1) retomada do primeiro encontro, 2) levantamento dos temas geradores através da metodologia Paulo Freire (Círculo de Cultura), 3) escolha do tema que mais gera preocupação entre o grupo e 4) avaliação da oficina.

O terceiro encontro teve seis objetivos: 1) retomada dos dois primeiros encontros, 2) retomada dos dezessete temas geradores levantados e do tema gerador escolhido, 3) discussão dos assuntos que envolvem o tema gerador escolhido e o cotidiano dos trabalhadores (família, Abrigos e ECA), 4) construção de uma rede de relações que envolvem o tema gerador escolhido (Casa, família, trabalhadores e outros órgãos e Instituições), 5) avaliação das oficinas e 6) agradecimentos em geral.

No primeiro encontro ocorreu a introdução da pesquisa e da pesquisadora. Antes de iniciarmos as explicações sobre a pesquisa, realizamos uma dinâmica “quebra-gelo” com os trabalhadores, onde pudemos conhecê-los um pouco melhor, momento em que a pesquisa e os objetivos foram explanados. Nesse momento, os trabalhadores começaram a falar sobre alguns problemas enfrentados na Casa. Após esse momento em que o grupo já expressou algumas de suas angústias, o termo de consentimento foi esclarecido e as assinaturas recolhidas.

Em função da ansiedade dos trabalhadores em expor suas inquietações sucederam algumas alterações no roteiro pré-organizado. Conforme mencionado, o grupo iniciou as falas sobre os possíveis temas geradores (frases relacionadas aos problemas vivenciados que não foram registradas em papel naquele momento, somente gravadas). A pesquisadora, ao perceber as necessidades de falar dos trabalhadores, os incentivou e explicou que essas reflexões seriam realizadas no próximo encontro. Realizamos um lanche coletivo para integrar e deixar o grupo mais à vontade. Após o encontro, as falas foram transcritas. Neste momento já senti a necessidade de provocá-los ainda mais para a construção dos temas geradores, o que ocorreria no dia seguinte.

No dia seguinte, realizou-se o segundo encontro. Primeiro organizamos a sala e os materiais para então retomar o primeiro momento, pois havia um novo participante. Conforme proposto no Círculo de Cultura, os trabalhadores formaram um círculo com as cadeiras, ou seja, à volta de uma equipe de trabalho sem um professor e sim com um facilitador de debates (a pesquisadora) (BRANDÃO, 2006).

Iniciamos uma dinâmica (Apêndice 3) baseada no ensinamento de Freire para o levantamento dos temas geradores. Inspirada nas “Fichas de Cultura”, uma mesa foi organizada com vários “Objetos de Cultura⁴” relacionados ao cotidiano de trabalho e então, a “coisa” começou (BRANDÃO, 2006). A partir dos objetos de cultura, de uma “situação existencial provocadora”, sugeriu-se que o grupo dissesse o que estava vendo e relacionasse com o trabalho. As Fichas de Cultura (por nós adaptadas como Objetos de Cultura) têm como finalidade sugerir os debates a partir das imagens das situações existenciais e levar o grupo a rever criticamente os conceitos fundamentais para pensar-se e ao seu mundo.

Assim, os trabalhadores puderam analisar e refletir sobre sua realidade de trabalho “lendo seu mundo” (construindo os temas geradores) e “relendo seu mundo” (discutindo os temas) (BRANDÃO, 2006). Através da “tempestade cerebral” gerada, o grupo chegou a dezessete temas geradores. Brandão (2006, p.52) conta que os temas geradores “devem sugerir, de maneira muito natural, um debate do que é visto”. Em função do número restrito de encontros, priorizamos o tema que mais gera preocupação no grupo. Desse tema gerador, escolhido como “principal”, saíram palavras geradoras secundárias que suscitaram novos debates durante o encontro. Tomamos um momento para avaliar a oficina com o intuito de saber como os trabalhadores estavam se sentindo e para melhorar o encontro seguinte. Saboreamos um lanche coletivo e sorteamos um “presentinho”. O encontro foi transcrito para melhor elaborar o terceiro momento.

No terceiro encontro, relembremos os anteriores. Retomamos os dezessete temas geradores e o escolhido pelos trabalhadores. A idéia de selecionar o tema gerador “prioritário” foi para que os trabalhadores pensassem na possibilidade de avançar para além do limite de conhecimento que o grupo tinha de sua própria realidade, podendo assim melhor compreendê-la, a fim de poder nela intervir criticamente. Isso foi possível à medida que debatemos os assuntos (família, Abrigo e ECA) ligados ao tema gerador escolhido e que fazem parte do cotidiano de trabalho. A partir dessa discussão, uma rede de relações foi construída, na qual o

⁴ Objetos de Cultura - Entende-se por Objetos de Cultura: brinquedos, roupinhas de bebês, lápis de cor, livros, balas, figuras coloridas (sobre: família, trabalho infantil, gravidez na adolescência, crianças abrigadas e outras) e palavras diversas (escola, renda, educação, amigos, álcool, drogas, fome, miséria, esporte, prisão, ECA, abuso sexual, fuga e adoção). O termo Objeto de Cultura foi adaptado das Fichas de Cultura utilizadas por Paulo Freire para alfabetização, através do Círculo de Cultura.

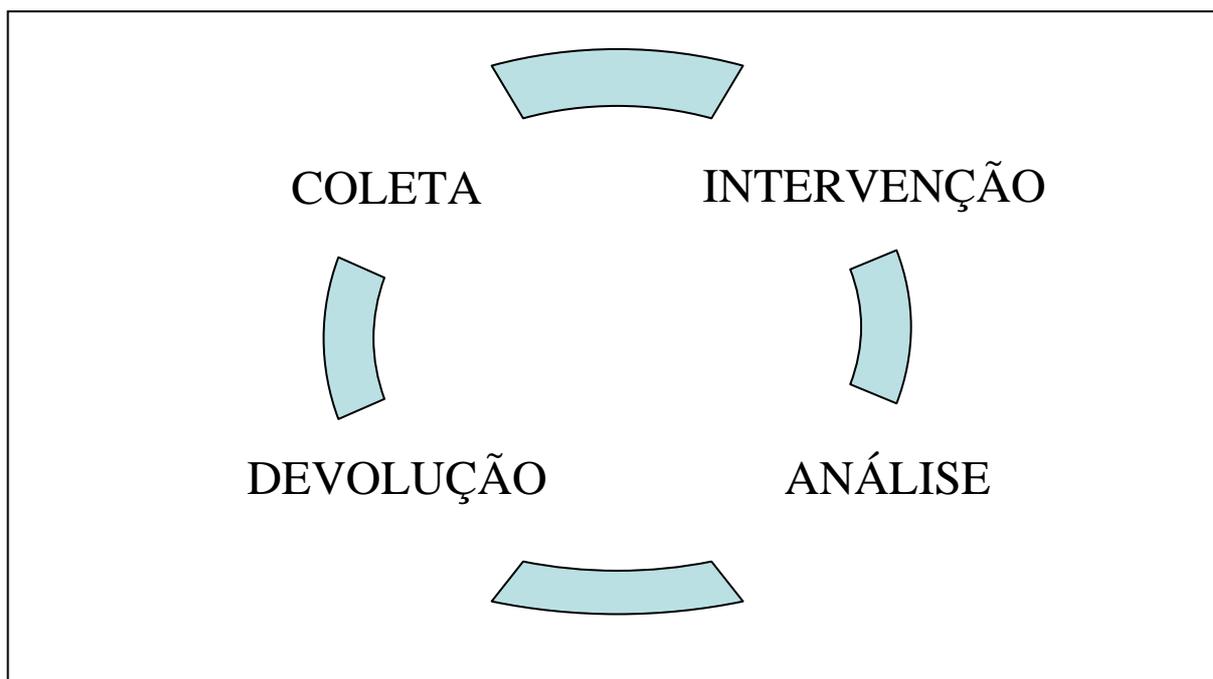
grupo definiu quem são os órgãos, instituições e pessoas envolvidas com o tema gerador escolhido e que entrelaçam o trabalho, os abrigados e os familiares.

Uma avaliação dos encontros foi realizada. Ocorreu uma dinâmica de fechamento intitulada de “problemas e potencialidades da Casa” (Portella e Gouveia, 1999). Adaptado. Sentimos os trabalhadores bem à vontade, participativos e contentes. Sucederam-se os agradecimentos para a Instituição, direção e trabalhadores, bem como a entrega de um presente para a Casa. Sendo que um dos temas levantados foi a ausência de livros na Casa, pelo que a pesquisadora fez uma doação de quatro bibliografias relativas aos temas geradores (sexualidade, adoção e etc). Para finalizar o encontro, realizamos o lanche coletivo, fotografamos o grupo e distribuimos um mimo de agradecimento (cartão com balinhas) aos participantes.

Em todos os encontros refletimos sobre a realidade a partir de questões muito particulares como valores, crenças e aspirações, com o intuito de questioná-las e entendê-las. Sabemos que se os problemas forem mais discutidos poderão remeter à Promoção da Saúde e até mesmo ao empoderamento dos trabalhadores/crianças.

Os encontros foram espelhados no Círculo de Cultura (FREIRE, 2005b) em função da situação existencial de abrigamento infantil no município de Santa Catarina. Portanto, nas oficinas, realizamos, em todos os momentos, um processo de coleta de informações, intervenções, enquanto facilitadora, com análise dos indicadores (falas) para subsidiar os próximos encontros e pequenas devoluções dos achados. Nossa atuação se deu esquematicamente como expressa o diagrama a seguir:

Figura 4: Diagrama metodológico sobre o processo das oficinas.



Fonte: O autor.

Diversos instrumentos foram utilizados para coletar os dados durante as oficinas: gravador, máquina fotográfica, diário de campo, papel pardo, cartolinas coloridas, papéis coloridos, gravuras coloridas de revistas, canetinhas, objetos, brinquedos, balões, entre outros materiais, que serão detalhados nas descrições das oficinas. Os três encontros foram gravados e fotografados com a autorização do grupo.

A cada encontro ocorreram pequenas devolutivas dos resultados, conforme esquematizado no diagrama anterior. Como não houve possibilidade de concretizar um aprofundamento maior dos conteúdos pela limitação do número de encontros, nosso objetivo foi o de formular propostas de intervenção a partir dos dados encontrados, pensando na Promoção da Saúde desses trabalhadores e, conseqüentemente, das crianças.

A finalidade dos encontros foi a de estabelecer uma compreensão crítica dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e principalmente relatar e refletir sobre o processo vivenciado: avanços, recuos, limitações e potencialidades no desenvolvimento do trabalho junto aos abrigados.

Para análise dos dados, foram utilizadas as transcrições e materiais elaborados durante as oficinas (cartazes e avaliações) que foram ordenados,

classificados e analisados de acordo com o proposto por Minayo para análise de conteúdo. Contribuiu também para a análise do material a experiência de trabalho da pesquisadora na Instituição, que ocorreu no ano de 2006, e também, a observação realizada durante os encontros com os trabalhadores. Enfim, acreditamos que a reflexão propiciada corroborou para qualificar o processo de trabalho dessas pessoas.

3.4 Procedimentos Éticos

Como procedimentos éticos para realização da pesquisa na Instituição, um encontro com a diretora da Casa de Passagem foi agendado para apresentar a proposta. Durante a conversa informal com a direção, achamos interessante colocar a par, sobre a pesquisa, a secretária municipal do desenvolvimento social da época. Como o município passou por um período político tumultuado, que culminou com a cassação do prefeito e, conseqüentemente, mudanças nas secretarias, várias pessoas foram nomeadas para o desenvolvimento social, todas foram visitadas e o projeto de pesquisa apresentado e deixado uma cópia. Verbalmente, todas as secretarias foram favoráveis ao estudo.

Quanto aos trabalhadores, pedimos autorização para gravar e fotografar os encontros, bem como elaboramos um termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice 2). Após a leitura do termo, as dúvidas foram esclarecidas e os participantes, que aceitaram participar dos encontros, assinaram o documento.

Observamos a resolução de Nº 196, de outubro de 1996, que aprova diretrizes e normas regulamentadoras que envolvem seres humanos.

Esta Resolução incorpora, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, os quatro referenciais básicos da bioética: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, entre outros, e visa assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos sujeitos da pesquisa e ao Estado (BRASIL, 1996).

Optamos por omitir o nome verdadeiro da Instituição, sua localização e os nomes dos trabalhadores nas falas citadas. Portanto, utilizamos no trabalho nome fictício para a Instituição e para o município (Casa de Passagem e Prefeitura Municipal “Contos de Fadas”) e codificamos as falas dos trabalhadores com letras e números.



Figura 5: Foto da construção da Rede de Relações da Casa de Passagem (III encontro).
Fonte: Dados de campo (2007-2008).

O homem não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da realidade, se não é auxiliado a tomar consciência da realidade e de sua própria capacidade para transformá-la.

PAULO FREIRE

4 RESULTADOS

4.1 Caracterização sócio-espacial da Casa de Passagem

Uma caracterização sócio-espacial da Casa de Passagem foi detalhadamente organizada com o intuito de “levar” os leitores até o local e “sentir” o ambiente. Transcrevemos detalhadamente a localização, a estrutura física, o funcionamento da parte financeira, a rotina das crianças abrigadas e de seus familiares durante as visitas e a rotina dos trabalhadores.

A) A localização

A Casa de Passagem “Contos de Fadas” localiza-se no Vale do Itajaí, há 60 Km da capital (Florianópolis). O município pertence ao litoral centro-norte do estado de Santa Catarina, limita-se a leste com o oceano atlântico e é dividido pela BR 101 (PREFEITURA MUNICIPAL, 2008). A cidade possui uma área territorial de 59 km², dentre esses, 7 km são de orla marítima. Atualmente residem no município cerca de 30 mil habitantes (IBGE, 2001), mas no verão circulam em torno de 300 mil turistas (PREFEITURA MUNICIPAL, 2008). O município, de colonização açoriana, teve, por muitos anos, a pesca como principal atividade geradora de recursos municipais e plantações para subsistência nas áreas planas (plantio de mandioca, milho, feijão, café, mamão, banana e outros). Hoje, a cidade destaca-se regionalmente por ser um pólo turístico, onde os veranistas visitam e usufruem as praias no verão. Segundo a empresa Santa Catarina S/A, a rede hoteleira do município estudado possui mais de 3 mil leitos, além de um forte comércio durante a temporada de verão (SANTUR, 2008). O turismo avançou a partir da década de 70, mas foi nos anos 80 que a cidade virou pólo turístico, impulsionando a indústria da construção civil (PREFEITURA MUNICIPAL, 2008).

Veloso (2003) apresenta o turismo como uma atividade econômica representada por compra e venda de serviços turísticos e é gerado pelo deslocamento de pessoas para fora da área ou região em que vivem. O turismo é dividido em vários tipos, mas o de lazer é o mais comum na cidade pesquisada. No

turismo para lazer, as pessoas viajam por prazer, desejam conhecer novos locais, descansar e “curtir” a família. Porém, é necessário refletir sobre os impactos gerados pelo turismo.

A seguir, apresentaremos alguns dos impactos positivos e negativos relacionados ao turismo, de caráter: econômico, sociocultural e ambiental, segundo Veloso (2003):

Caráter econômico, positivos: oferta de empregos, melhoria e diversificação da economia, promove o desenvolvimento da infra-estrutura e proporciona melhoria da qualidade de vida da população. Negativos: promove o impacto sobre a estrutura e a distribuição desordenada da população, proporciona a inclusão de mercados informais, cria um novo custo de vida sem estrutura adequada e parte da população pode se beneficiar mais do turismo.

Para o caráter sociocultural, os positivos são: conservação e preservação do patrimônio, reafirmação e divulgação da identidade cultural, intercâmbio cultural e acesso a novos costumes, tradições e hábitos. Negativos: comercialização excessiva e perda da autenticidade das manifestações culturais, modificações dos padrões de consumo a partir da influência dos turistas nos hábitos de compras da população local, despertando necessidades econômicas até então desconhecidas, aumento da população residente e sazonal, e conseqüente perda das comodidades dos habitantes e aumento dos problemas sociais como: drogas, crimes e prostituição.

Para o caráter ambiental, os positivos são: conservação de áreas naturais importantes, conservação de lugares históricos e arqueológicos, melhoria da qualidade do meio ambiente, melhoria da infra-estrutura, criação de áreas protegidas. Negativos: poluição da água, ar, sonora e visual, degradação ecológica, problemas de saneamento básico, invasão de áreas protegidas.

Com essa explanação, é possível concluir que a atividade turística pode causar inúmeros impactos nas cidades, tanto positivos, quanto negativos. No município em estudo, é notável que o turismo traz inúmeros benefícios, mas também contribui para o aumento dos bolsões de pobreza, pois inúmeras famílias passam a residir no local acreditando em melhores empregos e qualidade de vida. Porém, na pós-temporada de verão, iniciam-se as dificuldades.

O Abrigo localiza-se em um dos maiores bolsões de pobreza do município. O bairro fica do outro lado da BR 101, no lado oposto ao mar. No local, não existem

muitas opções de empregos. Existe uma escola municipal, um posto de saúde – Programa Saúde da Família (PSF), um Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS), uma creche municipal, algumas Igrejas, bares e mercadinhos. Os horários de ônibus são escassos e quando chove não existe segurança para os motoristas e passageiros em função da falta de asfaltamento na maioria das ruas. Seguindo adiante à Casa de Passagem são perceptíveis as invasões e os inúmeros casebres sem saneamento básico e mínimas condições de sobrevivência. A maioria da população residente no final do bairro são catadores de resíduos. Essas famílias catam lixo diariamente e têm essa função como fonte de renda. Grande parte das crianças abrigadas na Casa de Passagem são filhos de moradores locais.

Por questões éticas, optamos por omitir o nome verdadeiro da Instituição, bem como seu local de funcionamento, conforme já mencionado nos procedimentos éticos.

B) A estrutura física

A Instituição possui um terreno doado pela Prefeitura Municipal no ano de 2005. A Casa foi construída a partir de doações e com o auxílio da comunidade. É uma casa de alvenaria, com horta e parquinho. Possui seis quartos. No momento, apenas três são ocupados pelas crianças. São divididos da seguinte forma: um berçário, um quarto para meninas e outro para meninos. Um dos quartos, apesar de estar totalmente mobiliado, encontra-se em desuso e chaveado. Um foi transformado em sala para psicoterapia e o outro é utilizado somente para guardar as roupas das crianças do berçário. As crianças dividem beliches, guarda-roupas e brinquedos. Na Instituição, existem seis banheiros. Um está localizado na sala da direção, um para uso dos funcionários, dois para as crianças (meninos e meninas) próximos ao refeitório e sala de TV e outros dois (meninos e meninas) próximos aos quartos, mas apenas um está sendo utilizado, o outro se encontra chaveado. Possuem um refeitório com duas mesas e quatro bancos compridos, uma sala de TV integrada ao refeitório com um jogo de sofás. Juntamente à cozinha tem uma despensa para alimentos, material de higiene e medicamentos. A cozinha é equipada com um fogão industrial, uma geladeira duplex, um freezer, balcão com pia em granito, balcão aéreo, microondas, forno elétrico, mesa com quatro cadeiras, louças e etc. A

lavanderia contém: uma máquina de lavar roupas, tanque, ferro e tábua para passar roupas e um armário chaveado com produtos para limpeza. Entre a lavanderia e a cozinha há outra despensa, essa com armários para guardar cobertores, sapatos, mochilas e brinquedos das crianças. A sala de visitas, no hall de entrada, contém sofás de couro branco, persiana e alguns quadros. A sala da direção é pequena e simples, possui uma mesa, duas cadeiras, um armário fichário, poucos enfeites e um banheiro. A casa tem uma ampla sala, logo na entrada, onde trabalha um auxiliar administrativo e contém uma mesa para assistente social (que não fazia parte do quadro de funcionários no momento do estudo). Nesse ambiente, há um computador sem acesso à internet, um pequeno armário com alguns livros e materiais de escritório. Tem ventilador de teto somente no refeitório. Os arquivos e as pastas das crianças localizam-se na sala da direção. No banheiro principal, que é utilizado pelas crianças, há uma ampla banheira de fibra. Em todas as janelas existem grades de ferro e telas. Os portões são chaveados e controlados pelos vigilantes. Os muros e as grades são altas para evitar possíveis fugas e até invasões. A Casa por fora tem o fundo pintado de branco e na frente possui desenhos infantis com motivos de contos de fadas. Dentro da casa, o chão é todo em piso frio claro e nas paredes tem detalhes em pastilhas azuis escuras. Nos fundos da casa existe uma pequena horta e um parquinho que receberam de doação de um grupo de amigas da cidade. O parque é coberto de areia e tem um espaço onde se pretende construir um galpão para oficinas sócio-educativas, onde atualmente as roupas lavadas são penduradas. Na frente da casa existe um pequeno canteiro com flores coloridas. Os vigilantes passam a maior parte do tempo na frente da casa, onde possuem apenas um banquinho para descansar. Os vigilantes controlam os portões, a movimentação da casa e da rua, durante vinte e quatro horas por dia.

C) O Financeiro

A Prefeitura Municipal da localidade mantém a Casa em funcionamento e controla toda a parte financeira. Os funcionários são efetivos, contratados e cargos de confiança. As despesas estão relacionadas à alimentação, medicamentos, leites especiais, fraldas, energia elétrica, água e telefone fixo. Em relação à alimentação, a cozinheira realiza a lista de compras dos gêneros alimentícios e de higiene da

cozinha, repassa para a direção que envia para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. A alimentação é realizada com ingredientes básicos. Não possui nutricionista, nem cardápio padrão. São realizadas quatro refeições por dia: café, almoço, lanche e jantar. Os trabalhadores almoçam ou jantam na Instituição, conforme seu turno de trabalho. Além da alimentação básica, alguns bebês necessitam de leites especiais (NAN) que são fornecidos pela Secretaria, assim como fraldas e medicamentos. No sábado, ocorre o dia da guloseima, onde as crianças recebem doces, balas e pirulitos doados pela comunidade.

D) A Rotina das crianças e de seus familiares

As crianças freqüentam a escola municipal mais próxima da Casa, pela manhã. Diariamente um trabalhador leva e busca as crianças. Existe uma criança com problemas neurológicos que freqüenta a APAE⁵; então, um ônibus especial da Prefeitura se encarrega do transporte. No período da tarde, as crianças participam de algumas atividades dos programas oferecidos pela Prefeitura, como tae-ken-do, informática e futebol. Cada criança tem seus dias e horários agendados para o atendimento psicológico no Programa Sentinela⁶. Um carro do próprio programa com um profissional responsável é encarregado do traslado. Na Casa, elas possuem horários para brincar no pátio, não podem circular na frente da Instituição e muito menos sair do Abrigo sem a presença de um trabalhador e autorização da direção. Não podem visitar amiguinhos e colegas livremente, o que prejudica o desempenho escolar e social, pois não participam de trabalhos em grupos extra-classe.

Os familiares que não possuem impedimento judicial podem visitar as crianças quinzenalmente, aos sábados à tarde. Os parentes não entram na casa, as visitas ocorrem no parquinho da Instituição e são acompanhados pelos

⁵ APAE: Entidade que atua no campo da educação inclusiva e promovem a prevenção, reabilitação, habilitação, inclusão social e produtiva da pessoa com deficiência mental. Disponível em: <<http://www.apaerio.com.br>> Acesso em: agosto de 2008.

⁶ Programa Sentinela: serviço que oferece um conjunto de procedimentos técnicos especializados para atendimento e proteção imediata às crianças e aos adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual, bem como seus familiares, proporcionando-lhes condições para o fortalecimento da auto-estima, superação da situação de violação de direitos e reparação da violência vivida. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas//rede-suas/protacao-social-especial/programa-sentinela-protacao-social-as-criancas-adolescentes-vitimas-de-violencia>>. Acesso em: agosto de 2008.

trabalhadores e pela psicóloga. Algumas famílias conversam e brincam com as crianças. Normalmente não levam nada para as crianças e não demonstram muito afeto. Alguns pais vão ao encontro de seus filhos sob efeito de álcool e drogas e os irmãos, na maioria das vezes, sujos e desarrumados. O dia de visitas é sempre cheio de expectativas e decepções para as crianças, pois muitos familiares não comparecem. Após as visitas, as crianças ficam muito agitadas e levam tempo até se acalmarem.

E) A Rotina dos trabalhadores

Os trabalhadores não recebem capacitação para trabalhar na Instituição. Passam por um processo seletivo realizado pela Prefeitura, onde respondem questões gerais. Não ocorrem entrevista ou maiores explicações sobre o perfil necessário ou suas funções. Com isso, muitas pessoas vão para a Casa de Passagem sem ter o perfil para atuar na Instituição. A impressão é que cada trabalhador desempenha sua função de forma “mecânica”, ou seja, limpa, organiza, obedece a horários e regras.

Ao pensarmos na formação dos trabalhadores, concluímos que eles possuem conhecimento suficiente para atender de forma integral e humanística aos abrigados, porém não utilizam e demonstram seus potenciais na Casa. Existem lacunas na relação entre os trabalhadores e as crianças. Não ocorre uma conversa aberta e franca entre eles sobre o que é a Casa, qual a função do Abrigo, por que estão lá, quanto tempo vão ficar, se vão voltar para a família ou se vão ser adotados. Não existe um preparo com os trabalhadores, nem com as crianças e familiares.

4.2 Desvelando a realidade através das oficinas realizadas

Um roteiro foi elaborado pela pesquisadora para orientar cada encontro. O planejamento flexível foi muito importante porque ocorreram fatos inesperados durante os encontros.

No primeiro encontro, os trabalhadores mesmo antes de se dar início ao trabalho propriamente dito, já começaram a falar sobre seus problemas, conforme mencionado no percurso metodológico. Percebemos uma certa inquietação entre os trabalhadores em função da pesquisa, pois os mesmos nunca participaram de uma atividade parecida. Tratava-se de um trabalho diferente em que sentiram-se à vontade para falar dos problemas enfrentados no cotidiano.

No momento da pesquisa, vinte trabalhadores atuavam na Casa em três turnos de trabalho, desses, treze pessoas dos diversos setores puderam participar dos encontros. Através de uma dinâmica inicial de socialização, realizada no primeiro encontro, conseguimos obter características pessoais referentes ao grupo, como faixa etária, escolaridade, origem e tempo de serviço. Nos quadros a seguir, os dados coletados nesse primeiro encontro são expostos:

Quadro II – Dados referentes aos trabalhadores em relação ao número de participantes e por sexo.

ENCONTROS	Nº total de participantes	Sexo masculino	Sexo feminino
I Encontro (21/11/2007)	10	03	07
II Encontro (22/11/2007)	07	03	04
III Encontro (04/12/2008)	08	02	06

Fonte: Dados de campo (2007/2008).

Durante os três encontros participaram treze trabalhadores (01 diretora, 01 psicóloga, 03 educadores sociais, 04 auxiliares de apoio, 01 cozinheira e 03 vigilantes), sendo que destes, cinco compareceram em todas as oficinas (01 diretora, 01 educadora social, 01 auxiliar de apoio, 01 cozinheira e 01 vigilante). Do total, nove são do sexo feminino e quatro do masculino.

Quadro III – Perfil dos trabalhadores da Casa de Passagem que compareceram aos encontros.

FAIXAS ETÁRIAS		Nº DE TRABALHADORES			
20 – 30 anos		05			
31 – 40 anos		02			
41 – 50 anos		02			
51 – 60 anos		03			
61 – 70 anos		01			
ESTADO DE ORIGEM		Nº DE TRABALHADORES			
Santa Catarina		05			
Rio Grande do Sul		04			
Paraná		03			
Rio de Janeiro		01			
TEMPO DE SERVIÇO		Nº DE TRABALHADORES			
Até 3 meses		07			
Até 6 meses		02			
Até 1 ano		01			
Até 1 ano e 9 meses		03			
ESCOLARIDADE	Curso superior completo	Curso superior incompleto	Segundo grau completo	Primeiro grau completo	Primeiro grau incompleto
Nº DE TRABALHADORES	03	02	03	03	02

Fonte: Dados de campo (2007-2008).

Os dados apontam que a faixa etária do grupo é diversificada, pois existem trabalhadores de vinte a sessenta e quatro anos de idade. Percebe-se a presença de um grupo de pessoas jovens (entre 20 e trinta anos) e outro de mais idade (entre 51 e sessenta anos).

A maioria dos trabalhadores possui educação universitária. Do grupo, três pessoas são graduadas em: administração, administração e psicopedagogia e psicologia. Duas trabalhadoras estão cursando curso superior em pedagogia. Três pessoas concluíram o segundo grau, três o primeiro grau completo e duas estudaram até quarta e sexta série.

Quanto ao local de origem dos trabalhadores, os mesmos vieram dos mais diversos estados do país. Isso comprova um dado citado anteriormente sobre o grande número de famílias que escolhem o município litorâneo para residir em busca de emprego e de melhorar de vida em função da temporada de verão. Durante a pesquisa, percebeu-se a ausência de trabalhadores nativos da cidade, pelo menos entre esses que participaram do estudo.

Em relação ao tempo de serviço na Casa de Passagem, há uma grande variação. A maioria dos trabalhadores iniciou a atuação recentemente e apenas uma pequena parcela do grupo permanece desde a inauguração da Instituição. O tempo de serviço encontrado foi de vinte e dois dias a um ano e nove meses de trabalho. Isso comprova alguns problemas apontados pelo grupo, como a grande rotatividade de trabalhadores que existe na Casa, o despreparo (falta de “treinamentos”) para o desenvolvimento das atividades e a falta de perfil para atuar na Instituição.

A) Primeiro encontro: “Uma aproximação da pesquisa, pesquisadora e trabalhadores”.

O primeiro encontro ocorreu no dia vinte e um de novembro de dois mil e sete, às treze horas e trinta minutos e teve duração de duas horas e cinco minutos. Cheguei na Instituição vinte minutos mais cedo para conversar com a diretora, rever alguns trabalhadores já conhecidos, as crianças e organizar o local do encontro. Ao chegar, o vigilante me recebeu muito bem, pois tem um carinho muito grande por mim, em função do seu início de trabalho na Instituição ter coincido com o período em que substituí a direção. Ele parecia muito feliz e à vontade. Ao descarregar todo o material que havia levado (fichas, crachás, canetas, gravador, lanche, etc), encontrei algumas crianças que já conhecia através do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e na própria Casa de Passagem. Logo me reconheceram e questionaram quanto à minha volta para trabalhar na Casa. Um menino me contou que está participando de uma escolinha de futebol e que o professor disse que ele tem muito talento. Ele aparentava estar muito feliz e orgulhoso.

Fui ao encontro da diretora que estava dentro da Casa. Ali encontrei algumas trabalhadoras durante a troca de plantão que infelizmente não puderam participar, porque trabalham em outros locais no turno da tarde, em função da temporada de verão que possibilita uma oferta maior de empregos e, conseqüentemente, um aumento na renda familiar. A diretora recebeu-me bem. Colocou que o convite para a oficina foi feito pessoalmente a todos os trabalhadores e também sobre a

importância da participação, mas que achava que muitos não iriam participar, pois alguns estavam de atestado e outros não tinham com quem deixar seus filhos.

Em seguida, os trabalhadores começaram a chegar. A maioria entrava na sala e me olhava timidamente. Para minha surpresa compareceram 10 trabalhadores de diferentes setores (01 diretora, 02 educadoras sociais, 03 auxiliares de apoio, 01 cozinheira e 03 vigilantes). Como na sala havia uma mesa grande com cadeiras ao redor deixei que esse encontro ocorresse dessa forma. Todos sentaram ao redor da mesa, bem posicionados, de modo que todos enxergavam a todos.

A diretora apresentou-me rapidamente, colocou a minha experiência de trabalho junto à Casa e me passou a palavra. Apresentei-me, falei da minha formação, da experiência profissional e disse que gostaria de conhecê-los melhor. Para isso, realizamos uma dinâmica de apresentação e integração entre o grupo e a pesquisadora. A Dinâmica intitula-se “Credenciamento Coletivo” (PORTELLA; GOUVEIA, 1999) – Adaptado. Solicitei um ajudante e logo uma educadora social se ofereceu para contribuir. Após a distribuição do material, cada trabalhador escreveu os dados na ficha e trocaram com os colegas, conforme solicitado. Assim, pudemos iniciar as apresentações do grupo.

O grupo logo se soltou, saíram muitas risadas e brincadeiras. Para contextualizar a pesquisa, foi distribuído um livreto com o nome do trabalho, da Instituição e do curso ao qual pertença, objetivos, itens éticos e outros. O material foi lido pela diretora. Logo, surgiu um momento de silêncio quando questionei se o grupo possuía dúvidas. Assim, pude perceber o que Paulo Freire nomeava de “tema do silêncio”. Então discutimos as dúvidas levantadas pelos trabalhadores.

Após os esclarecimentos, passamos para o cronograma dos encontros, combinamos as melhores datas e horários para os encontros. O termo de consentimento foi apresentado e esclarecido pela pesquisadora e as assinaturas foram recolhidas.

Durante todo o encontro, os trabalhadores foram colocando suas angústias em relação aos cuidados com às crianças. Assim, muitos temas geradores foram falados já no primeiro encontro. Durante a oficina, houve algumas interrupções como telefone e pessoas no portão da Casa. Mas, conforme combinamos no início da atividade, as pessoas deveriam sair sempre que necessário para atender as crianças e as necessidades da Casa. Para encerrar, foi realizado um lanche coletivo oferecido pela pesquisadora. Senti muita animação e vontade nos trabalhadores em

colaborar com a pesquisa, pois muitos não demonstravam vontade de sair do recinto.

B) Segundo encontro: “Ao encontro dos temas geradores, um olhar sobre seu mundo”.

O segundo encontro ocorreu no dia vinte e dois de novembro de dois mil e sete, às quatorze horas e durou duas horas e quinze minutos. Ao chegar, alguns trabalhadores já estavam me esperando. O encontro iniciou mais tarde em função de um imprevisto com uma criança. Aproveitamos o momento para organizar a sala em forma de círculo e conversar sobre outros assuntos. Os participantes estavam alegres e bem receptivos. No início do encontro, foi realizada uma breve apresentação e retomamos o encontro anterior porque havia um novo integrante. Para esse encontro compareceram sete trabalhadores (01 diretora, 01 educadora social, 02 auxiliares de apoio, 01 cozinheira e 02 vigilantes). Daí partimos para a oficina propriamente dita. A mesa com os “Objetos de Cultura” já estava organizada, e os trabalhadores se aproximaram para analisar conforme mencionado. Então o grupo foi provocado a pensar a partir dos Objetos de Cultura e da realidade de trabalho na Casa:

- *Quais os problemas que nos preocupam no cotidiano de cuidado às crianças?*
- *Quais as necessidades sentidas ao cuidar das crianças e quais os temas que as crianças, famílias e demais trabalhadores trazem no dia-a-dia?*

Logo, surgiu uma tempestade de idéias (de temas geradores) que foram sendo escritos em um papel pardo por um trabalhador. Dentre os dezessete temas listados, os trabalhadores escolheram um deles, o que mais gera preocupação, para ser trabalhado no próximo encontro. Os temas geradores serão apresentados e discutidos a seguir.

Para encerrar o encontro, realizamos uma avaliação da oficina e finalizamos com um lanche coletivo e sorteio de um presentinho (um potinho com balas, decorado com motivos natalinos). O lanche foi interrompido com a chegada de um caminhão com doações para a Instituição.

C) Terceiro encontro: “A multiplicação da cultura através do Círculo”.

O terceiro encontro ocorreu no dia quatro de dezembro de dois mil e sete, às treze horas e quarenta e cinco minutos e teve duração de três horas. Ao chegar na Casa, alguns trabalhadores já estavam esperando. Conversei um pouco com eles sobre alguns acontecimentos políticos do município e sobre os encontros passados. Percebi que estavam bem à vontade para a realização da oficina. Organizamos o material na sala e formamos o círculo com as cadeiras. A diretora ficou chateada com o número de pessoas que compareceram para o encontro. Segundo ela, apenas oito trabalhadores de um total de vinte (01 diretora, 01 psicóloga, 01 educador social, 03 auxiliares de apoio, 01 cozinheira e 01 vigilante). Retomamos brevemente o primeiro e o segundo encontro, pois havia uma integrante nova. Pedi para um trabalhador distribuir algumas figuras coloridas e para que o grupo reservasse. Um ajudante releu todos os temas geradores levantados e o principal, que foi escolhido por eles. Então, expliquei que um dos temas, que apareceu em todos os momentos, foi sobre a família. Portanto, consideramos interessante começar a reflexão a partir desse tema. Uma figura de uma família foi colada no mural de papel pardo e alguns questionamentos foram realizados, entre eles, sobre o conceito de família:

- *Como era a família antigamente? E na atualidade?*
- *As crianças abrigadas podem ser consideradas como uma família?*

Inicialmente ocorreu um momento de silêncio que entendemos por “tema do silêncio” (FREIRE, 2005b). Porém, em seguida surgiram várias idéias. Após, um conceito sobre família foi exposto pela pesquisadora. E partir dele surgiram novos questionamentos do tipo:

- *Que família essas crianças têm?*

Percebeu-se que os trabalhadores não têm muita clareza em relação ao trabalho. Por isso julgamos ser necessário conversar sobre os Abrigos. Assim, indagamos:

- *O que vocês sabem sobre Abrigos?*
- *O que é, e para que serve?*
- *Os Abrigos são recentes ou existem há muito tempo?*

Posterior às reflexões do grupo, um conceito de Abrigo foi explanado. Alguns dados sobre a realidade dos Abrigos e o despreparo dos monitores foram apresentados pela pesquisadora. Então, mais um momento de reflexão conjunta foi proposto:

- Agora, todos nós somos crianças abrigadas. Então, o que nós gostaríamos de ter e receber nesse Abrigo?

Após essa proposta, percebi que os trabalhadores não “entraram” no espírito de ser criança. A maior preocupação deles foi em relação ao cumprimento do Estatuto. Acredito que se eles tivessem realmente “embarcado” na proposta, teriam apontado necessidades relacionadas à família, brinquedos e etc.

Os trabalhadores concluíram que para trabalhar com as crianças abrigadas é necessário ter conhecimento do ECA. Assim sendo, discutimos o tema a partir do que o grupo sabia sobre o Estatuto:

- Para que serve o ECA?

- Alguém já leu materiais sobre o assunto?

Então, com base nas reflexões sobre os diversos assuntos, realizamos uma relação entre: família, Abrigos e o tema gerador por eles escolhido (ausência de acompanhamento com as famílias). Daí surgiu uma nova questão, e todos os trabalhadores concordaram com a indagação.

- Será que um dos motivos pelos quais as crianças estão permanecendo mais tempo abrigadas é porque as famílias não estão recebendo acompanhamento adequado?

Conseqüentemente, a facilitadora quis saber a opinião do grupo:

- Por que a assistência à família dos abrigados não acontece?

Com as respostas, a facilitadora coloca que essa assistência envolve outros órgãos, ou seja, é um trabalho que deve funcionar em forma de rede. E interroga:

- Quem deveria estar envolvido nessa rede de trabalho?

Logo foi proposta a construção dessa Rede de Relações, utilizando as figuras que foram distribuídas no início do encontro. Cada um levantou espontaneamente e colou suas figuras (Apêndice 4).

Após a construção, realizamos a relação dos órgãos envolvidos e do trabalho que deveria estar acontecendo. Observamos a Rede de Relações e pensamos em que Instituições nossas crianças e familiares estão inseridos.

Assim, chegamos à conclusão de que a gente não vai conseguir que tudo seja perfeito, mas que algumas coisas podemos modificar para melhor. Basta se envolver e não ficar só esperando pelos outros.

A partir da construção da Rede de Relações, foi discutido o que falta para que esse trabalho em rede funcione efetivamente.

Realizamos uma avaliação dos três encontros. Foram entregues papéis coloridos e canetas, para que os trabalhadores escrevessem ou desenhassem o que acharam das oficinas. Solicitei para que colocassem os pontos positivos, negativos e sugestões.

Realizamos a dinâmica “Problemas e potencialidades da Casa” com balões coloridos e dança (PORTELLA; GOUVEIA, 1999). Adaptado. E como forma de agradecimento pela participação, foram doados livros sobre os temas geradores levantados pelos trabalhadores. Finalizamos os encontros com um lanche coletivo, fotos e distribuição de um cartãozinho com mimos para os participantes.

4.3 Um olhar para os sentidos construídos: os temas geradores e a análise dos discursos levantados

Os temas geradores levantados (sub-categorias) foram distribuídos em cinco categorias: 1. O despreparo dos trabalhadores para atuar no Abrigo e suas implicações; 2. A falta de estrutura adequada para o trabalho; 3. As marcas psicossociais e o aprisionamento das crianças abrigadas; 4. A ausência de acompanhamento às famílias dos abrigados e 5. O descumprimento das regulações estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Posteriormente, as categorias listadas foram enquadradas em dois grandes temas: as necessidades dos trabalhadores em relação ao processo de trabalho e como se sentem em relação ao trabalho com as crianças.

O quadro a seguir, ilustra o trabalho de classificação das falas extraídas das oficinas.

Quadro IV – Tematização

TEMAS (02)	CATEGORIAS (05)	SUB-CATEGORIAS (17 temas geradores)
<p>A. AS NECESSIDADES DOS TRABALHADORES EM RELAÇÃO AO PROCESSO DE TRABALHO.</p>	<p>1. O despreparo dos trabalhadores para atuar no Abrigo e suas implicações.</p>	<p>5. Despreparo dos trabalhadores para atuar na Instituição; 8. Existe uma disparidade “gritante” no tratamento oferecido às crianças; 11. Muitos profissionais são enviados para a Casa de Passagem sem ter o perfil adequado para trabalhar no Abrigo.</p>
	<p>2. A falta de estrutura material na Instituição.</p>	<p>9. Ausência de livros adotados nas escolas para dar continuidade aos estudos e reforço escolar para as crianças; 12. Falta de um espaço adequado para realizar oficinas pedagógicas com as crianças, famílias e comunidade; 13. Ausência de uma biblioteca na Casa para uso dos trabalhadores e das crianças.</p>
<p>B. COMO SE SENTEM EM RELAÇÃO AO TRABALHO COM AS CRIANÇAS.</p>	<p>1. As marcas psicossociais e o aprisionamento das crianças abrigadas.</p>	<p>1. Disputa de espaço afetivo entre as crianças em relação aos trabalhadores; 2. Percepção do grupo da existência de vazio existencial nas crianças; 3. Exclusão social das crianças e de seus familiares; 4. “Sensação de prisão” dos infantes no Abrigo; 6. As crianças apresentam distorção de valores; 7. O grupo sente a necessidade das crianças terem uma religião, uma crença; 10. Preconceito da sociedade (principalmente amiguinhos da escola) em relação aos abrigados; 14. Desejo de fuga por parte de algumas crianças e de permanência na Casa de Passagem por outras.</p>
	<p>2. A ausência de acompanhamento às famílias dos abrigados.</p>	<p>16. Muitas famílias não estão inseridas nas Políticas Públicas (Fome Zero: Bolsa-família, Sentinela, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, auxílio moradia, etc); 17. Ausência de acompanhamento às famílias durante a situação de abrigamento das crianças e após o retorno familiar.</p>
	<p>3. O descumprimento das regulações estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente ECA</p>	<p>15. Descumprimento de muitas “leis” estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.</p>

Fonte: Dados de campo (2007-2008).

Dentre as categorias apresentadas, está inserido o tema gerador escolhido pelos trabalhadores como o assunto que mais gera preocupação entre eles, ou seja, a ***ausência de acompanhamento às famílias dos abrigados***.

A seguir, daremos início à análise temática, descrevendo as categorias apontadas, sempre relacionando-as aos grandes temas e refletindo sobre a atuação dos trabalhadores.

4.3.1 As necessidades dos trabalhadores em relação ao processo de trabalho.

a) O despreparo dos trabalhadores para atuar no Abrigo e suas implicações.

Durante os encontros realizados com os trabalhadores, ficou evidente o despreparo do grupo para atuar na Instituição e o fato de que têm consciência em relação a este problema. Diante disso, os trabalhadores sentem a necessidade da realização de “treinamentos” específicos para aprimorar o desenvolvimento do trabalho na Casa, conforme registrado na seguinte fala:

“Muitas vezes a gente não sabe lidar com as crianças. Não é a mesma coisa que lidar com nossos filhos. Deveria ter treinamento, cursos pra nós” (C1).

Oliveira (2003) coordenou uma pesquisa sobre os motivos de demanda e qualidade de oferta de serviços de atenção à criança e adolescente sob medida de proteção de Abrigo e concluiu que não existe uma política global de atendimento nas Instituições. Pesquisadores apontam que existem apenas subsídios para o reordenamento que podem ser encontrados nas Resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de São Paulo (CMDCA/SP), que traçam diretrizes para a prestação de serviço nos Abrigos.

Destaca-se que, no município, ao qual pertence a Casa de Passagem “Contos de Fadas”, existe o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mas no momento está passando por uma fase de reestruturação.

Também, fica registrado que nunca houve capacitações ou cursos para os trabalhadores.

A coordenadora da pesquisa Oliveira (2003), contabiliza que apenas 46% dos Abrigos realizam capacitação e reciclagem para a equipe de trabalho. Das Instituições pesquisadas, 26% referem que a programação é planejada de acordo com as necessidades percebidas, 3% mencionaram que ela só ocorre a pedido dos funcionários e 20 % referiram que nunca realizaram qualquer tipo de atividade relacionada ao tema.

Acredita-se que um dos fatores, que dificulta a realização de capacitação para os trabalhadores dos Abrigos, seja a ausência de profissionais capacitados para desenvolver a atividade, pois na maioria das Instituições o quadro de funcionários é deficiente, bem como apresentam nível de escolaridade baixo. Não é o caso da Casa de Passagem “Contos de Fadas”, pois muitos trabalhadores possuem conhecimento universitário, mas parece não aplicá-lo na Instituição. As pessoas vivem hoje a *síndrome da especialização*, ou seja, não se sentem capazes de produzir e dividir seus conhecimentos e experiências, sempre necessitando de uma autoridade que o faça por elas. Uma revelação do estudo foi de que em 50% dos Abrigos não existem assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, médicos, dentistas, enfermeiros, nutricionista, professor de educação física e área administrativa. Também, o desvio de função foi constatado, muitos assistentes sociais desempenham funções administrativas, assim como, educadores sociais, atividades diversas na cozinha (OLIVEIRA, 2003).

Na Casa de Passagem “Contos de Fadas”, levantamos, entre os trabalhadores que participaram dos encontros que algumas pessoas estão deslocadas de suas funções, ou seja, existem administrador e pedagogas formadas, trabalhando como educadores sociais. Isso ocorre porque faltam empregos no município e a remuneração emitida pela Prefeitura é satisfatória.

Dentro da Instituição, o desvio de funções é muito comum. O problema se agrava quando ocorrem as faltas dos trabalhadores por atestados, sobrecarregando os demais setores. Quando isso ocorre, educadores sociais e auxiliares de apoio, além de cuidar das crianças, precisam assumir o preparo das refeições e a higienização da Casa. A assistente social e a psicóloga também estão acostumadas a realizar funções administrativas (a assistente social não participou dos encontros, pois havia pedido transferência por não se sentir com perfil adequado para atuar na

Casa). Muitos trabalhadores sentem-se inferiorizados ao desenvolver essas atividades e acabam frustrados com o trabalho no Abrigo.

A deficiência de preparo técnico ou de envolvimento com a Instituição ocasiona diversos prejuízos para o desenvolvimento saudável das crianças. Marcílio (2001) observou, em seus estudos realizados nas Fundações do Bem-estar do Menor (FEBENS), que falta um mínimo de preparo técnico para os monitores. A estudiosa alega que para a função, os trabalhadores atuam com seus próprios recursos, de acordo com sua moral e seus valores, seu humor e força física. Geralmente, os monitores dominam os conflitos e os jovens pela cultura da subjugação, com uma rotina de restrições, desprazeres, de controle e maus-tratos.

Barros; Fiamenghi Jr. (2007) alegam que o despreparo das cuidadoras das crianças abrigadas aparecia, principalmente, no modo como lidavam com as condutas das crianças. As trabalhadoras tentavam coibir o comportamento indesejado com palavras depreciativas, referindo-se à criança como pessoa e não especificamente à sua atitude. Os pesquisadores referem que os comportamentos inapropriados observados nas atitudes das cuidadoras são, também, consequência das próprias fragilidades e inadequações em sua formação técnica, ou seja, da ausência de formação.

Vale refletir a respeito do comportamento das monitoras em relação às crianças, pois convém pensar o quanto elas podem ter sido educadas deste modo ou mesmo o quanto acreditam que essa é a maneira correta de educar (BARROS; FIAMENGGHI JR., 2007).

Os trabalhadores citam vários problemas enfrentados no dia-a-dia que são conseqüentes da falta de preparo, dentre eles estão: escolha pelo trabalho na Instituição sem conhecer sua realidade; ausência de perfil adequado para atuar na Casa; dificuldades para lidar com as diferentes faixas etárias; ausência de cursos e capacitação para conhecer os diversos assuntos rotineiros do trabalho (HIV, autismo, sexualidade, menstruação, drogas, etc.), freqüente rotatividade no quadro de funcionários e autoritarismo de alguns trabalhadores em relação às crianças.

A Instituição não participa do processo seletivo destinado aos candidatos a trabalhadores da Casa de Passagem. A seleção é efetivada pela PREFEITURA MUNICIPAL que realiza um processo seletivo com questionamentos de

conhecimentos gerais⁷. A diretora da Instituição entende que é necessária uma entrevista pessoal com cada candidato, a fim de conhecer o perfil dos interessados e esclarecer o tipo de trabalho realizado no Abrigo. Ela comenta que já realizou uma tentativa de trabalho em conjunto com a Prefeitura para o momento da seleção, mas não foi atendida. A intenção da diretora era de entrevistar, juntamente com uma psicóloga ou assistente social, os candidatos para o trabalho na Casa de Passagem. Entende-se que com essas ações seria possível reduzir a rotatividade dos trabalhadores causada por ausência de perfil ou por falta de esclarecimento de funções.

Pires (2007), ao analisar os relatos dos ganhadores do concurso “Mude um Destino”, viu que quanto mais eficiente é a equipe de trabalhadores (assistentes sociais e psicólogos) de um Abrigo, mais amparadas estão suas crianças e jovens.

“Os trabalhadores são enviados pela Prefeitura sem passar por uma entrevista, só por processo seletivo. Então, vão lá, fazem uma boa prova e entram aqui sem saber suas verdadeiras funções. Um exemplo são os educadores sociais. Eles vêm com a idéia de que vão ser professores/educadores e só, quando na verdade tem que dar banho, trocar fraldas. Quando caem nessa realidade, fogem. Aqui na Casa, os resultados ocorrem muito devagar é como trabalho de formiguinha e muitos não tem paciência e compreensão para isso. Vocês vêem isso, tem momentos que está tudo maravilhoso, tudo dando certo. De repente vira tudo e é uma agitação só” (D1).

“Algumas pessoas já são enviadas pela Prefeitura sem perfil para trabalhar na Casa. Não existe uma entrevista é por processo seletivo, ou seja, uma prova com conhecimentos gerais” (Es2).

Grande parte dos trabalhadores da Casa de Passagem “Contos de Fadas” são preparados tecnicamente para diversas funções, porém não para o trabalho que executam.

Salina (2007) diz que o alto grau de rotatividade profissional dificulta principalmente o estabelecimento de vínculo afetivo entre as crianças abrigadas e o monitor que as acompanha. Montes (2006) concorda que a dificuldade das crianças

⁷ O processo seletivo é composto por questões gerais: língua portuguesa, matemática, atualidades e aspectos sócio-econômicos do município e do estado de Santa Catarina.

em estabelecer vínculos afetivos pode estar relacionada às frustrações em sua trajetória de vida, grande rotatividade de trabalhadores e à incapacidade dos profissionais em lidar com as crianças.

Os profissionais dos Abrigos não possuem clareza do verdadeiro papel da Instituição. Alguns itens deveriam estar claros para os trabalhadores, como: o Abrigo é uma medida provisória e de proteção, assim sendo, as crianças não podem ser colocadas em novas situações de risco; o Abrigo não substituiu a instituição familiar; e os objetivos do Abrigo estão ligados diretamente com o desenvolvimento biopsicossocial das crianças, e não só com a satisfação das necessidades básicas. É necessário destacar que não cabe aos trabalhadores julgarem o funcionamento das famílias, mas sim descobrir e apontar meios para tornar a relação da família com a criança o mais saudável possível, porque é função das Instituições preparar as crianças para o retorno ao convívio familiar (LESSA; PARISOTO; ANDRADE; SEQUEIRA, 2005).

Oliveira (2003) mostra que 49% dos funcionários que lidam diretamente com as crianças se autodenominam de educadores, 16% de mãe ou pai social e apenas uma pequena parcela se denomina de monitor, tio ou atendente.

O grupo da “Contos de Fadas” alega que o termo “educador social” é enganoso, porque faz com que os trabalhadores imaginem-se apenas educando, realizando reforço escolar e outros. Contudo, faz parte das funções dos educadores sociais: a higienização das crianças, inclusive trocas de fraldas e banhos nos bebês e deficientes; preparo de mamadeiras e papinhas; controlar as medicações, vestí-los; levá-los para escola, entre outras. Os trabalhadores definiram durante as oficinas que o nome ideal para o cargo é o de “cuidador”.

A ausência de um adequado perfil dos trabalhadores para atuar com crianças que sofreram algum tipo de maus tratos gera uma rotatividade muito grande de profissionais e também uma disparidade “gritante” no tratamento oferecido às crianças. Algumas pessoas oferecem um ótimo tratamento às crianças, são carinhosas, amorosas e compreensivas, tratam os abrigados como se fossem seus filhos. Entretanto, outras desempenham um trabalho “mecânico”, ou seja, cumprem a rotina sem dar o acolhimento necessário aos infantes. O tratamento é à base dos gritos e castigos.

“Alguns trabalhadores são muito autoritários e nossas crianças não precisam disso. Precisam de limites, sim. Mas não de ordens, autoritarismo. E sei que isso é consequência de falta de treinamento e de perfil para trabalhar na Casa com as crianças” (D1).

“Eu vejo que a rotatividade que ocorre por causa da falta de perfil e também em função da política, dos cargos de confiança, isso é complicado demais. Os trabalhos que estavam sendo encaminhados vão tudo por água abaixo” (C1).

Pesquisadores, ao estudar alguns Abrigos, observaram que as crianças passavam por situações violentas dentro da Instituição, não propriamente violência física (embora também aconteça), mas situações habituais de atitudes, relações e falas características de violência psicológica, como, abuso de poder, autoritarismo, humilhação, depreciação e constrangimentos (LESSA; PARISOTO; ANDRADE; SEQUEIRA, 2005).

Barros; Fiamenghi Jr., (2007), em sua pesquisa, observou que a relação entre monitoras e crianças parecia estar envolta de repreensão e autoritarismo e as manifestações de carinho eram quase inexistentes. Os elogios e os gestos de ternura eram raros, entretanto, havia momentos de manifestação de afeto, bem como momentos de atenção e trocas afetivas.

O grupo concorda que necessita de capacitação para melhor desempenhar suas funções. Eles acham imprescindível aprender e explorar mais os temas relacionados ao cotidiano de trabalho, bem como saber trabalhar com as diferentes faixas etárias. Os assuntos apontados e considerados como essenciais, são: HIV, autismo, sexualidade, abuso de álcool e drogas, etc. O grupo reconhece que esses assuntos devem ser entendidos por todos os trabalhadores, ou seja, desde a vigilância até a direção. Eles entendem que não basta somente os educadores sociais e auxiliares de apoio terem conhecimento, porque as crianças circulam e se comunicam com todos os trabalhadores da Casa. O termo empoderamento foi utilizado inúmeras vezes pela diretora da Instituição, o que nos leva a crer que ela possui algum conhecimento sobre o assunto.

“Eu vejo dificuldade de trabalhar com as diversas faixas etárias.

Na verdade nós deveríamos sabê um pouco de cada coisa pra sabê lidar com as crianças” (Es3).

“Eu acho que a gente precisa saber lidar as particularidades, por exemplo, quando a “B” tava aqui, ela tem HIV, toda vez que ela caia e se machucava era uma correria. E também o “J” que é autista. Ele é muito inteligente, só que não é estimulado (Es1).

Silva (2003) levantou que 85,9% das Instituições não possuem especialidade no atendimento. Todas as crianças e adolescentes são acolhidos, mesmo que representem situação de risco. As especialidades são importantes para melhorar o atendimento e a qualidade de vida de grupos como portadores do vírus HIV ou de pessoas com deficiências. Prada e Williams (2007) discutem que a falta de habilidades educativas dos monitores pode provocar ou agravar problemas de conduta de crianças e adolescentes abrigados.

Outro item que inquieta o grupo e aparece muito freqüente nas falas, é em relação ao não “clareamento” sobre a situação de abrigamento e adoção. Os trabalhadores remetem essa falha ao despreparo para argumentar sobre os assuntos citados:

“Nós não preparamos essas crianças para receber uma família. Nós nem tocamos nesse assunto. Eu penso que deve ter todo um preparo para adoção. Nós já conquistamos algumas coisas. Daqui para frente à juíza enviará a criança com tempo certo para permanecer na Casa. Se for uma criança que já tem definida a adoção terá que ser preparada para isso. Falta franqueza com as crianças em relação ao abrigamento. Devemos “clarear” esse momento da vida deles. Porque o ser humano não é feito de peças, é um ser integral. A nossa visão, enquanto profissionais, deve ser humanística” (D1).

A Associação dos Magistrados Brasileiros (2007) lançou uma cartilha com esclarecimentos sobre a adoção (Mude um destino - Adoção passo a passo). Uma das informações desse material é sobre a necessidade de falar com a criança ou adolescente sobre sua história e sua origem. Ferreira; Ghirardi (2007) declaram que mesmo que a história seja dolorosa, é importante conversar sobre ela para

reelaborar as experiências vividas, pois isso “tem um efeito organizador e estruturante sobre o seu psiquismo” (p. 23).

A questão afetiva foi refletida, pois o grupo não sabe até que ponto pode se envolver com os abrigados. Muitos profissionais revelam enfrentar um abalo emocional muito forte por conviver com as crianças e conhecer os problemas sócio-familiares que elas enfrentam. A preocupação e a comoção de alguns trabalhadores foi muito visível:

“As crianças chamam a gente de mãe. A gente se apega e eu acabo chamando eles de filho também” (Ap1).

“Quando tu chega pela primeira vez e uma criança te chama de pai, é de arrepiá. Eles fazem isso por necessidade. Olha é de arrepiá, chacoalha. E a gente tem que corresponde isso. Eles se apegam. A gente acaba adotando eles. Ao mesmo tempo é difícil porque a gente não pode cria um vínculo tão forte, porque depois como será na saída? (Es3).

Para as crianças institucionalizadas se desenvolverem de forma saudável necessitam de um apego maior, ou seja, quanto maior o afeto, maior a chance da criança se tornar um adulto moral e socialmente independente. Entretanto, nem todas as crianças expostas a fatores de risco, obrigatoriamente, desenvolverão comportamentos inadequados na fase adulta, devido à resiliência que podem descobrir (BARROS; FIAMENGHI JR; 2007).

Bowlby (1995) assegura que o cuidador é o mediador de muitos comportamentos que a criança desenvolverá, regulando sua atenção, curiosidade, cognição, linguagem, emoções e outros. Se a criança for privada dessa relação, ela desenvolverá alguns sentimentos, como: angústia, exagerada necessidade de amor, fortes sentimentos de vingança e, em consequência, culpa e depressão. A criança institucionalizada, sem a presença de uma pessoa referência, poderá ter seu desenvolvimento prejudicado, pois foi privada de estabelecer vínculo afetivo com alguém que lhe ofereça apoio, proteção e cuidados.

Outros autores concordam com a opinião anterior ao entenderem que é importante estabelecer uma forte e constante vinculação afetiva com a criança, a fim de lhe proporcionar um desenvolvimento biopsicossocial satisfatório. Esse vínculo é

ainda mais relevante com crianças institucionalizadas, à espera de adoção ou de retorno à família de origem, pois, necessitam de alguém que lhe assista em suas necessidades nesse momento difícil (BARROS; FIAMENGHI JR.; 2007).

É fundamental que os municípios busquem profissionais capacitados para intervir positivamente nos ambientes familiares, evitando o abrigamento, bem como programas capazes de auxiliar na reestruturação familiar. Faz-se necessária a mudança no entendimento equivocado de muitos profissionais que acreditam que a Instituição é o melhor lugar para a criança permanecer (SILVA, 2003).

Acredita-se que para obter um serviço de qualidade alguns pontos devem ser modificados. Faz-se necessário mudar a forma de contratação de pessoal, pois o trabalho na Instituição é diferenciado dos demais setores, portanto, exige profissionais também diferenciados. As pessoas precisam ser informadas sobre as verdadeiras funções que devem desenvolver no Abrigo antes de serem enviadas à Instituição. Ao ingressar no trabalho, as pessoas precisam de capacitação inicial e após, capacitação permanente e avaliação dos serviços constantes. Mesmo com todas as dificuldades, os trabalhadores reconhecem que a atividade é de alta complexidade, que os resultados positivos demoram a aparecer e que se não houver trabalhadores conscientes, capacitados e empoderados será muito difícil alcançar um trabalho de qualidade.

Lessa; Parisoto; Andrade; Sequeira (2005) entendem que os diretores e trabalhadores carecem de um trabalho estimulante, a fim de resignificar seus papéis diante da realidade de trabalho e para perceber o Abrigo como um espaço onde a criança tenha a possibilidade de reorganizar e compreender os acontecimentos para posterior volta ao seio familiar. Faz-se necessário um trabalho de conscientização e sensibilização com os profissionais que, de certa forma, são os maiores referenciais para o desenvolvimento e formação da personalidade dessas crianças abrigadas. Não basta que o educador compreenda a sua função por meio de cursos e treinamentos de curta duração, é preciso tornar rotineira essa função, atribuindo-lhe real importância.

Estudos realizados para verificar sobre as avaliações em Abrigos mostram que os profissionais responsáveis pelo monitoramento das entidades não realizam essa tarefa de forma integrada. Não existe uma frequência para avaliação, de forma continuada. Muitos apenas fazem visitas e observam as condições de higiene e estrutura física, sem conversar com funcionários e crianças, verificar prontuários.

Outros apenas telefonam para saber se está tudo bem. Não existe feedback para a Instituição e funcionários (SALINA, 2007). Na Casa de Passagem não ocorre nenhum tipo de avaliação, seja do trabalho desenvolvido ou de recursos materiais.

Diante de todas essas barreiras que dificultam o trabalho, a capacitação e o envolvimento dos trabalhadores são essenciais, mas existe uma necessidade maior que é a construção e execução de uma Política Social para essa população. Não podemos esquecer que por trás de cada criança abrigada sempre existe uma história de sofrimento e os trabalhadores acabam padecendo com esse trabalho em função da impotência. Portanto, a base do trabalho deve ser o amor, a doação e a criatividade, mas os trabalhadores necessitam ter como referência uma Política Social instituída e adequada.

b) A falta de estrutura material na Instituição.

O Estatuto da Criança e do Adolescente preconiza alguns itens básicos de segurança para o funcionamento de Instituições do tipo Abrigo, e percebemos que a Casa de Passagem “Contos de Fadas” está adequada, pois oferece instalações físicas em boas condições de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança, assim como, cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos (BRASIL, 1990). Os cuidados médicos, odontológicos e farmacêuticos são realizados através do Programa Saúde da Família do bairro e o atendimento psicológico através do Programa Sentinela. Johnson e Pacher (2008) compreendem que algumas famílias consideram o Abrigo como uma “creche” e se conformam com a situação de abrigamento dos filhos, pois sabem que na Instituição não faltará alimentação, roupas e acesso aos estudos.

A Resolução 053/CMDCA/99⁸ normatiza que os Abrigos devem atender ambos os sexos e uma faixa etária até dezessete anos e onze meses, pois o proposto é o paradigma da inclusão e não seletividade (OLIVEIRA, 2003). A “Contos

⁸ CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. É um órgão paritário, composto por membros da Sociedade Civil e do Poder Executivo Municipal. É deliberador, formulador e controlador das políticas públicas voltadas para atendimento à criança e ao adolescente, criada pela Lei nº 4.231 de 29/11 de 1990. Além de formulador das Políticas Públicas, é também atribuição do CMDCA manter o registro das entidades que atuam com crianças e adolescentes, bem como de seus programas e projetos, zelando para que esta ação seja realizada de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

de Fadas” atende ambos os sexos para evitar a separação entre irmãos, mas acolhe somente crianças até onze anos e onze meses.

Em relação à escolarização, todas as crianças freqüentam a pré-escola, a escola ou a APAE diariamente, porém não existem momentos destinados a profissionalização conforme estabelecido pelo ECA (BRASIL, 1990).

A “Contos de Fadas” possui convênio com a PREFEITURA MUNICIPAL e recebe doações da comunidade. O grupo de trabalhadores conclui que o repasse de verbas é suficiente apenas para o básico (alimentação e higiene), portanto, consideram as doações comunitárias muito importantes. A diretora informa que a Prefeitura gasta mensalmente com o Abrigo, em torno de 17 mil reais para pagar os funcionários, água, luz, telefone, alimentação, produtos de higiene e de escritório.

Silva (2003) revela que 49% dos Abrigos têm como principal fonte de sustento o convênio com o governo municipal ou estadual e mais de 50% não têm convênio com o poder público. A ausência de convênio é desejada por alguns entrevistados, pois preferem autonomia para gerenciar a Instituição, outros apontam inúmeras dificuldades para obter o convênio. Abrigos sem convênio com o poder público declaram que o custo de uma criança é de R\$ 400,00 a R\$ 560,00 reais por mês.

A Casa de Passagem estudada possui uma estrutura física adequada, conforme apresentada detalhadamente na caracterização sócio-espacial, porém, os trabalhadores referem algumas falhas no que diz respeito à estrutura material. Por exemplo, a ausência de uma biblioteca e de um espaço para realização de oficinas sócio-pedagógicas foram lembradas pelo grupo:

“Nós temos um projeto de construir uma biblioteca porque é impossível uma Instituição cheia de crianças, sem livros. A educação é à base de tudo e não temos uma biblioteca na Casa. Outro sonho é de construir um galpão ali nos fundos para fazer oficinas com os trabalhadores, familiares e comunidade em geral” (D1).

Uma queixa dos trabalhadores é a ausência dos livros utilizados na Escola para dar continuidade ao trabalho escolar e também reforço e de livros diversos para utilizar com as crianças e para ampliar seus próprios conhecimentos.

“Nós não temos os livros utilizados na Escola. Daí a gente tem que fazer reforço escolar com outros materiais. Fica difícil porque na verdade a gente acaba

ensinando coisas novas sem eles terem aprendido o básico da escola. Não existe comunicação entre a escola e a Casa” (Es1).

“Sinto falta de livros na Casa para usar com as crianças e até para nós preparar atividades” (Es3).

Existe a carência de um espaço para a construção de um local para a realização de oficinas sócio-pedagógicas para os abrigados, trabalhadores e comunidade em geral.

“Temos um sonho que é de construir um galpão ali nos fundos para fazer oficinas com os trabalhadores, familiares e comunidade em geral. Se Deus quiser no próximo ano conseguiremos erguer um galpão com a ajuda da comunidade. Já ganhamos doações de alguns materiais, portas, madeiras. Esse é um sonho de oferecer oficinas e abrir a Casa para a comunidade participar. Tem inclusive, profissionais super capacitados para dar oficinas que se ofereceram para trabalhar voluntariamente” (D1).

Acreditamos que a falta de livros escolares pode ser facilmente resolvida ao estabelecer um contato com a Secretaria Municipal de Educação. A questão da criação de uma biblioteca também poderia ser definida com auxílio da comunidade, ou seja, por meio de doações.

Com a experiência de trabalho, portanto, com o conhecimento da estrutura física da Casa, penso que existe espaço para a realização das oficinas e que talvez esteja faltando engajamento dos trabalhadores para iniciar esse trabalho. Penso que eles podem tomar medidas para alcançar essas metas.

Oliveira (2003) aponta sugestões dos trabalhadores de Abrigos sobre objetos materiais que faltam nas Instituições: alimentos, roupas, material de higiene e limpeza, material pedagógico e escolar, material esportivo, medicamentos, utensílios, eletrodomésticos, material de escritório, computador, veículo, material de construção, o que vislumbra as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores.

Se não fossem as doações, olha eu não sei o que seria. Eu fico muito feliz quando vem às sacolas de cestas básica, cheias de fraldas ou doações de roupas

porque a Prefeitura tá dando o básico, mesmo. E as doações, às vezes o que não serve pra gente pode servir pra outra pessoa, né? (Es2).

Enquanto profissional e pela experiência de trabalho na Instituição, sinto a necessidade de um veículo para atender as necessidades emergenciais, bem como de acesso à internet.

Acreditamos que algumas das necessidades sentidas pelos trabalhadores são possíveis e facilmente realizáveis. Faz-se necessária uma interação principalmente com a comunidade local, a fim de promover a Casa. É necessário iniciar um trabalho de trocas com a escola, secretaria da educação e comunidade a fim de adquirir livros, materiais de construção e mão de obra para concretizar o sonho desse grupo de trabalhadores. Um sistema de mutirão pode ser organizado para o levantamento do galpão, bem como de doações de livros e materiais escolares para realização de reforço escolar e oficinas sócio-pedagógicas.

4.3.2 Como se sentem em relação ao trabalho com as crianças.

a) As marcas psicossociais e o aprisionamento das crianças abrigadas.

Um fato preocupante relacionado à situação do abrigo foi apresentado pelos trabalhadores: as conseqüências que esse período, que deve ser de passagem, tem na vida das crianças. O grupo argumenta que a permanência no Abrigo gera marcas psicossociais, mesmo quando breve. Inúmeras ações e sentimentos causadores de seqüelas nas crianças são facilmente percebidos pelos trabalhadores, como: disputa de espaço afetivo entre as crianças em relação aos trabalhadores; distorção de valores; preconceito e exclusão social; vazio existencial; necessidade de ter uma crença ou religião; algumas crianças desejam permanecer e outras fugir da Instituição, “sensação de prisão”, conforme detalharemos nas seguintes páginas.

Os trabalhadores referem conviver diariamente com uma **disputa de espaço afetivo** muito grande entre as crianças em relação a eles. O grupo acredita que isso se deve ao fato de as crianças não terem recebido amor e carinho de suas famílias

de origem e pelo grande número de abrigados. Assim, acabam buscando uma pessoa “referência” no Abrigo. Vejamos algumas falas que demonstram as necessidades afetivas das crianças e as dificuldades dos trabalhadores para lidar com essas questões:

“Por que o “S” aqui na Casa é bonzinho e na escola ele incomoda? Porque aqui ele tem toda a nossa atenção e lá, ele está entre muitas outras crianças. Ele incomoda pra chamar a atenção” (Ap1).

“É uma situação difícil porque esse vínculo também não pode ser “maternal”, tão forte porque depois pode gerar sofrimento para eles e para nós. Tem que haver comprometimento com essa criança. Temos que saber ouvir, dar carinho. Cada um de nós é único, com nossas especificidades. Temos que respeitar a individualidade dessas crianças. Então, temos que cuidar com os choques. Isso pode gerar choques. Isso é bem difícil porque nós somos muitos e ao mesmo tempo somos únicos” (D1).

A disputa de espaço afetivo acontece em função da história de vida familiar de cada criança, pela “bagagem de sofrimento” que cada uma traz. Assim sendo, os trabalhadores devem saber identificar os sintomas apresentados e tratá-los da melhor forma possível, ou seja, com carinho, amor e atenção diária. Ressalta-se que, para os casos mais graves, o profissional técnico deve estar presente no tratamento.

O Caderno de Atenção Básica do Ministério da Saúde aponta os tipos de sintomas comuns entre crianças que passaram por algum tipo de sofrimento e que são identificados com muita frequência entre os abrigados. Crianças maltratadas podem apresentar sintomas físicos, emocionais e nutricionais. Essas características podem ser observadas através de: aversão ao contato físico, transtorno do sono ou alimentação, episódios de medo ou pânico, isolamento ou depressão, conduta agressiva ou irritabilidade, interesse precoce em brincadeiras sexuais ou conduta sedutora, desenhos ou brincadeiras que sugerem violência, fugas, mentiras, furtos, comportamentos regredidos para a idade, predominância de sentimentos de insegurança, inadequação associada à depressão e apatia, rebaixamento de auto-

estima e grande índice de carência afetiva e isolamento (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002).

Com as experiências de trabalho com crianças vítimas do trabalho infantil e institucionalizadas, pude presenciar muitos desses sintomas. As crianças, ao chegarem ao Programa (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI) ou na Instituição (Abrigo) normalmente rejeitavam o contato físico com os trabalhadores, preferiam ficar isoladas e falavam pouco. Algumas eram agressivas com as demais crianças e trabalhadores, outras cometiam “pequenos” furtos; as crianças violentadas sexualmente eram mais ousadas no modo de vestir-se, tinham preferência por “namorados” mais velhos e algumas masturbavam-se com frequência. Durante as oficinas, os trabalhadores lembraram de alguns acontecimentos:

“O “A” continua com aquele problema (furtando na escola). Seguidamente ele aparece com objetos na mochila, cola, tesoura, pote de merenda e até dinheiro”
(Es2).

“Não dá pra deixar a “B” sozinha. Ela tira a roupa e sai pela Casa semi-nua e chamando os meninos. Seguido a gente pega ela se masturbando na porta do guarda-roupa” (Ap2).

O grupo de trabalhadores relata que nem sempre consegue oferecer um bom atendimento para todas as crianças, em função de muito trabalho. Essa situação ainda piora quando algum funcionário falta ao serviço.

Uma tática adotada por algumas Instituições para melhorar o atendimento às crianças é a autorização da participação de pessoas voluntárias nas atividades diárias. Essa estratégia proporciona momentos de interação e acolhimento entre voluntários e abrigados. Barros; Fiamenghi Jr.; (2007) é a favor desta estratégia, já que os voluntários dos Abrigos demonstram mais afeto e atenção ao conversar com as crianças. O contato físico dos voluntários com as crianças é maior do que o dos monitores.

Segundo os trabalhadores, as crianças da Casa de Passagem “Contos de Fadas” apresentam **distorção de valores** em relação à vida. A transferência da

violência vivenciada por elas e pelos dos pais é comum e parece que a vida vale pouco, conforme as falas:

“Eles não têm noções de valores. Parece que a vida vale pouco” (C1).

*“A “J” dizia que quando saísse daqui queria arrumar um namorado bem ruim. Um traficante. Daí, ele iria fazer o que ela queria.
- Eu vou contar para ele o que “C” fez comigo (violência sexual) e ele vai matar meu padrasto” (D1).*

“As brincadeira do “L” são sempre bem agressiva. Ele me disse que que se um ladrão bem perigoso quando crescer” (V2).

Pesquisadoras descobriram que, em muitos casos, ocorre uma reedição da violência, ou seja, pais que sofreram violência na infância apresentavam o mesmo comportamento com seus filhos, numa proporção duas vezes maior do que aqueles pais que não sofreram violência. É necessário considerar que também existem pais que sofreram violência quando crianças, mas não a reproduziram com seus filhos. Esses indícios podem ser explicados através das diferenças culturais, sociais e pessoais construídas ao longo da vida. Assim, entende-se que as pessoas e suas famílias podem ser capazes de administrar as vivências violentas, passar por vivências que favoreçam a resiliência e adotar comportamentos que a superem (LESSA; PARISOTO; ANDRADE; SEQUEIRA; 2005).

A resiliência não nasce com a pessoa e nem é uma aquisição exclusiva de fora para dentro. É um processo interativo da pessoa com o seu meio, o qual capacita e a fortalece para lidar positivamente com as adversidades (LINDSTRÖM, 2001). Na Casa de Passagem “Contos de Fadas” não existe contato com as crianças e familiares após o desabrigoamento, assim é impossível confirmar se a passagem pela Instituição potencializa resiliência ou não para essas crianças.

Os trabalhadores acreditam que as crianças possuem distorção de valores conforme já mencionado, entretanto, Montes (2006) demonstra que as crianças possuem consciência dos valores sociais e de comportamentos aceitáveis ou não. Martinez (2006), em sua dissertação, investiga quais as zonas de sentidos produzidas pelos adolescentes no momento da saída do Abrigo. Em relação à

violência familiar, a pesquisadora visualizou que a família biológica ocupa um lugar central nas falas dos participantes. Apesar da violência, a família constitui-se como referência de sentidos para si e para suas vidas. Com esse estudo e a experiência de trabalho, é possível observar que o mesmo não ocorre nos Abrigos e nem para o Poder Público, pois para esses a família continua ocupando lugar marginal.

Acreditamos que as marcas psicossociais iniciam na família de origem através dos atos de violência e que a situação de abrigamento tende a aumentá-las cada vez mais, perante o despreparo dos trabalhadores, demora do Poder Público na análise dos processos, o preconceito e a exclusão social que sofrem no cotidiano.

O preconceito e a exclusão social dos abrigados podem ser entendidas como um momento de privação na vida deles. O grupo argumenta que as crianças não participam plenamente da sociedade e assim não têm acesso ao que ela pode oferecer de positivo. Os trabalhadores também lembraram que a exclusão se estende às famílias em função da situação de pobreza e desemprego em que vivem.

“Essas crianças são excluídas socialmente, vivem “cerradas” dentro de uma Casa vigiada. Elas já vêm de uma história de exclusão por causa da pobreza” (D1).

“São crianças excluídas da sociedade. Têm uma vida diferente dos nossos filhos, por exemplo. Parece que vivem em outro mundo” (Es3).

Um ponto positivo que vejo na Casa de Passagem estudada é de que a estrutura da Instituição é muito próxima de uma casa familiar. Sua arquitetura não se aproxima de um pavilhão como nos antigos orfanatos. Esse detalhe dá a impressão de um ambiente mais acolhedor. Entretanto, na frente da Casa existe um letreiro indicando que é uma Casa de Passagem “Contos de Fadas”, o que não é adequado, pois pode gerar preconceito e excluir ainda mais essas crianças.

As crianças, em situação de abrigamento, são classificadas como diferentes e inferiorizadas, por isso acabam sofrendo de preconceito social. Entende-se que o preconceito pode levar à discriminação, marginalização e violência. Os trabalhadores percebem que as crianças padecem de preconceito através de atitudes discriminatórias contra elas e do lugar onde se encontram (Abrigo), conforme indicadores:

“Acho que as pessoas pensam que eles fizeram alguma coisa de errado pra esta aqui. Como se a Casa fosse tipo uma “Febem⁹”. Na verdade os pais que maltrataram eles. As crianças são inocentes” (V2).

“A gente tem que se coloca no lugar deles. Ninguém gosta de dizer pros colegas que mora num Abrigo e não com a família como os outros” (C1).

O trabalho realizado na Instituição deve ser divulgado na comunidade. Na medida em que houver comunicação e trocas entre o Abrigo e a comunidade, o preconceito e a exclusão social serão reduzidos. O Abrigo já se coloca como um lugar de passagem, mas mesmo que a criança permaneça nela por um longo período, dificilmente reconhecerá aí sua própria imagem. Os estigmas dos abrigados permanecem, tal como expressou um adolescente que disse esconder sua condição de abrigado por sentir-se envergonhado (PARREIRA; JUSTO, 2005).

“Nossas crianças sofrem de preconceito e exclusão por viver num Abrigo. Eles têm vergonha de dizer que moram aqui e porque estão aqui” (Es3).

Minha vivência de trabalho na Instituição mostrou-me este lado doloroso. As crianças não contavam na escola que moravam em um Abrigo por vergonha e medo de ter que revelar o motivo pelo qual foram afastadas das famílias de origem. Normalmente, elas diziam que eram todos irmãos e por isso estavam sempre em grupo. O fato da omissão gerava alguns problemas. Por muitas vezes, as crianças eram prejudicadas porque não eram autorizadas a realizar os trabalhos extra-classe na casa de colegas e por vergonha de levá-los até o Abrigo para efetivação da tarefa. Durante os finais de semana, muitas não queriam brincar no pátio em frente ao Abrigo, porque amigos e parentes passavam freqüentemente e não sabiam do paradeiro da criança.

⁹ FEBEM – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor. Fundada em 1979 com o objetivo de garantir o bem-estar do menor e promover a ressocialização por meio de programas educativos, profissionalização, assistência à família e apoio a dependentes químicos e portadores de distúrbios mentais. Com as constantes fugas e rebeliões que indicam fortes indícios de tortura e maus tratos dentro da FEBEM, averiguações e posterior modificações foram realizadas. Atualmente o Governo e a Sociedade Civil assumiram a responsabilidade pela Fundação e já apresenta alguns bons resultados. O nome da Fundação foi alterado para FUNDAÇÃO C.A.S.A. - Centro de Atendimento Sócio-educativo a Adolescentes, e está vinculada a Secretaria Estadual da Justiça e da Cidadania, depois de ter passado por diversas outras Secretarias, entre eles a da Educação.

Certa vez, uma menina de doze anos pediu para uma trabalhadora mentir que ela fazia trabalho voluntário na Casa de Passagem para um colega de aula que passava de bicicleta. Também, todas as vezes que seu padrasto transitava de carroça, vagorosamente, passando e olhando para dentro da Instituição gerava muita dor e sofrimento na criança.

Na visão dos trabalhadores, o **vazio existencial** identificado nas crianças também é causado falta de amor familiar e pode ser considerado uma marca psicossocial. O grupo de trabalhadores entende que as crianças, ao serem rejeitadas pelos pais, estabelecem que a vida não tem sentido e significado, é vazia. Os trabalhadores percebem que as crianças convivem com um sentimento de frustração, solidão e exclusão por terem sido abandonadas. Esse período perverso e conturbado, se não for muito bem trabalhado, pode causar seqüelas irreparáveis às crianças.

Parreira e Justo (2005) defendem que é preciso considerar que a transferência da criança, pela família, para um Abrigo será interpretada por ela, subjetivamente, sob forte pressão dos sentimentos de amor e ódio, decorrentes tanto dos vínculos estabelecidos com as figuras parentais, como de suas reações diante de sua situação de sofrimento.

Sabe-se que a ausência da figura materna influencia na auto-estima e auto-imagem da criança. O sentimento de uma criança é esse: o infante, ao residir em casa com a família, é filho de alguém e morador de um bairro. Durante a permanência em um Abrigo, a criança perde esses papéis sociais e se torna socialmente invisível, ou seja, sem imagem própria (MONTES, 2006). Entretanto, na “Contos de Fadas”, a sociedade, por desconhecimento, cria uma imagem pejorativa dos abrigados, tratando-os como marginais.

Por outro lado, ao passar por este momento conturbado na vida, algumas crianças amadurecem precocemente e podem se tornar resilientes com a convivência em uma Instituição (BRASIL, 2002). Quanto menos fatores de proteção perceber em seu meio para ajudá-la a enfrentar as dificuldades existentes, mais vulnerável fica a criança. Do contrário, quanto mais fatores de proteção captar do meio em que vive, poderá se tornar mais resiliente. Assim, a resiliência e a vulnerabilidade são resultados de combinações entre os processos de risco e proteção que interagem em contextos específicos da vida de cada um (ASSIS; PESCE; AVANCI, 2006).

Lessa; Parisoto; Andrade; Sequeira (2005) acreditam que a principal dificuldade nos Abrigos encontra-se na comunicação. Os trabalhadores, ao entender que a criança já sofreu muito, não falam sobre o trauma sofrido. O acontecimento vai contra a idéia de que o Abrigo deve promover um espaço de trocas onde a criança possa elaborar a situação vivenciada. As pesquisadoras pensam que o Abrigo deve possibilitar momentos em que as crianças possam contar e dividir suas histórias com outras pessoas, a fim de resignificar os acontecimentos. Por fim, a partir das situações, as crianças vão se constituir como sujeitos.

Os trabalhadores argumentam que o motivo, para não falar de assuntos tão delicados e pessoais, é a falta de preparo, pois relatam não saber lidar com essas situações particulares, conforme a seguinte fala:

“Essas crianças tiveram muitas perdas, né? Principalmente da família. Nós trabalhadores precisamos ajuda a reconstruir muitas coisas com essas criança: auto-estima, valores... Mais pra isso falta preparo. Muitas vezes eu não sei como falar com elas. A gente deveria sabe um pouco de cada assunto” (Es1).

As Instituições que recebem um grande número de crianças têm revelado que isso acarreta diversos prejuízos: carência afetiva, dificuldade para estabelecer vínculos, baixa auto-estima, atrasos no desenvolvimento psicomotor e pouca familiaridade com rotinas familiares. Tal afirmativa viola os direitos das crianças e deixa seqüelas irreversíveis. Frequentemente, as crianças que conviveram em Abrigos, não adquirem sentimento de pertencimento e enfrentam sérias dificuldades para adaptação e convívio familiar e comunitário (SILVA, 2003).

Pela experiência de trabalho junto a crianças abrigadas, posso afirmar a existência de atraso no desenvolvimento das crianças. Era notável que os bebês desenvolviam algumas ações comuns com mais atraso e dificuldades, como permanecer firmes, engatinhar, andar e falar. Também era perceptível a falta de estímulo por parte dos trabalhadores, porque estavam sempre muito ocupados e cansados em função da escassez de profissionais. Dessa forma, não tinham tempo para oferecer atenção especial para os bebês e nem para as crianças que apresentavam alguma deficiência.

Bowlby (1995) salienta que, mesmo quando criados em lares insatisfatórios quanto às necessidades básicas, os bebês se desenvolvem melhor e apresentam

ajustamento emocional mais adequado do que aqueles criados em Instituição. Podemos entender a importância do ambiente em que a criança está inserida como propulsor de saúde psicológica. Entretanto, o Abrigo falha continuamente em não oferecer às crianças a segurança afetiva de que eles necessitam.

O desenvolver tarefas e ser elogiada ou recompensada leva a criança a um sentimento de adequação e fortalecimento de auto-imagem. Os abrigados devem realizar atividades que lhe dão prazer para aumentar a auto-estima e diminuir a sensação de frustração. Muitas vezes a criança expressa a sua insatisfação de forma agressiva, mas como entende que agressividade não é socialmente aceitável, acaba sentindo-se culpada e se auto-avaliando negativamente (MONTES, 2006). Raramente, pude observar os trabalhadores elogiando ou recompensando as crianças durante o tempo em que atuei na Instituição.

Para Montes (2006) a experiência no Abrigo é simbolizada pelas crianças como um lugar de formação, orientação e educação, porém supre algumas necessidades que não as afetivas, principalmente da figura materna. As crianças sentem a necessidade de ter novamente a mãe, independente de ter sofrido violência ou ter sido abandonada por ela. O maior desejo da maioria dos abrigados se resume em voltar para a casa de origem. Por isso, existe a necessidade de acompanhar adequadamente as famílias não só no momento do abrigamento, mas também, para evitar a institucionalização e no momento do retorno ao lar de origem.

A criança ou o adolescente, ao permanecer no Abrigo até a idade limite, deveria contar com uma rede de apoio social que auxiliasse na construção de uma vida social fora da Instituição (MARTINEZ, 2006). Essa rede de apoio poderia contribuir na inversão desse sentimento de vazio existencial e potencializar a autonomia.

Martinez (2006), em sua tese, apresenta entrevistas realizadas com dois meninos abrigados. Os meninos expõem algumas questões relacionadas com o grande tempo de permanência no Abrigo, a obrigatoriedade de sair do Abrigo após completar a idade limite, dúvidas de por que os pais os deixaram lá e por que não foram adotados. As inquietações sobre a obrigatoriedade de sair do Abrigo ao atingir a idade máxima expressam as dificuldades enfrentadas pelos adolescentes em consequência da ausência de uma política de preparação para o desabrigamento e de uma rede social de apoio fora do Abrigo.

Os trabalhadores citaram, inúmeras vezes, a preocupação que sentem com as crianças que atingem a idade máxima (doze anos), e por isso devem deixar a Instituição.

“O que me deixa preocupado, é o que fazê com as criança após os 12 ano de idade. Quando sai daqui. Deveria tê uma outra Casa pros adolescente. Não adianta tira daqui após os 12 ano e deixa i pra rua. Tem que cria uma coisa pra ensina uma profissão. Se não, tudo que é ensinado aqui vai por água abaixo” (V1).

O grupo sente a **necessidade das crianças terem uma crença ou seguir uma religião** como alternativa para fortalecimento dos laços afetivos, aprender a não distorcer os valores da vida e preencher o vazio existencial sentido. Segue indicador:

“Eu sinto falta de uma religião pra essas crianças. Qualquer uma pra eles aprende um pouco, fica mais calmos, tê mais amor, acredita em alguma coisa” (C1).

Grande parte dos Abrigos (67,2%) possui algum tipo de influência religiosa. O predomínio da orientação é católica (62,1%), seguido dos evangélicos (22,5%) e uma pequena parte de adeptos ao espiritismo (12,6%) (OLIVEIRA, 2003).

A diretora da Casa de Passagem pesquisada argumentou que já fizeram uma tentativa, mas as crianças não se interessaram pelos estudos bíblicos da igreja do bairro (Presbiteriana). Os trabalhadores sugeriram durante os encontros que uma pessoa ou um grupo freqüentasse o Abrigo para levar a palavra de Deus sem determinar uma única religião. Pode-se observar através da fala seguinte que na primeira dificuldade encontrada houve a desistência, sem mais experimentos futuros.

“Nós já fizemos uma tentativa. Nós levamos os maiores aqui na Igreja Presbiteriana daqui da esquina. Eles participaram de estudos bíblicos e foi bem interessante, mas daí enjoaram, não quiseram mais participar” (D1).

“Eu acho que alguém tem que vir até aqui de vez em quando passa alguns ensinamentos bíblicos pra elas. Ou as crianças deveriam participar na Igreja como coroinhas” (Es1).

É necessário registrar que, na Casa de Passagem “Contos de Fadas”, a oração precede as principais refeições diárias. De certo modo, é uma forma de valorizar a criança, pois a cada refeição, uma é convidada a agradecer o alimento. Essa ação é apoiada e elogiada por todos os trabalhadores.

“Eu acho lindo quando vejo eles rezando, agradecendo pelo alimento antes de almoça. Eu até me emociono” (V1).

Essa visão dos trabalhadores de que para ter valores na vida é imprescindível ter uma religião carece ser trabalhada. Acredito que para ter valores, não é preciso necessariamente ter uma determinada religião (fanatismo religioso), pois ela pode ajudar muito as famílias, mas, ao mesmo tempo, pode “aprisionar” as pessoas.

Algumas crianças abrigadas têm o **desejo de permanecer na Instituição, mas outras desejam constantemente fugir** com o objetivo de retornar ao lar de origem. O grupo percebe que a Instituição oferece segurança em vários aspectos (proteção, carinho, moradia, alimentação, medicamentos) para algumas crianças, porém simboliza o aprisionamento para outras, o que causa o desejo constante de fuga.

Montes (2006), ao analisar o significado da experiência de Abrigo e auto-imagem da criança em idade escolar, observou que as crianças entrevistadas demonstram em suas falas que não consideram o Abrigo como sua casa, e sim como um colégio interno. Muitos abrigados afirmam gostar da Instituição, mas o desejo maior é de voltar para a casa de origem. As crianças ressentem-se da falta de liberdade proporcionada no Abrigo, mas por outro lado reconhecem que estão mais seguras na Instituição do que em casa com a família. Seguem as falas:

“O “P” me disse esses dias:

- O tio! Será que se eu sai daqui minha mãe vai tê dinheiro pra me leva para escolinha de futebol? Eu vô dize pro Conselho Tutelar que eu quero ficar aqui. Aqui eu tenho carinho, roupa e comida” (V1).

“A “J” vivia dizendo que sentia muita falta dos irmãos, mas que pelo menos aqui na Casa não precisa ajudar a mãe na coleta de lixo, nas faxinas e estava livre do padrasto (trabalho infantil e violência sexual). Mas no fundo ela queria voltar pra casa porque ela ficava triste sem saber o que estava acontecendo com a mãe e com os irmãos” (Es1).

Outros autores alegam que, na Instituição, os menores aprendem com o tempo a lidar com a rotina, as regras e as normas. Assim, com o poder constituído e com toda a “cultura” institucional passam a desenvolver estratégias de sobrevivência e acabam criando “bons vínculos” naquele ambiente com pessoas internas e externas à Instituição. Um vínculo de troca, negociável, que envolve sedução, caridade e piedade” (PARREIRA; JUSTO, 2005).

Existem alternativas criadas em substituição à rigidez dos Abrigos, entre elas: as Repúblicas e as famílias acolhedoras. Nesses ambientes, os adolescentes passam a noite, mas durante o dia saem para trabalhar e estudar. É uma forma de evitar o “aprisionamento” e de promover a autonomia das pessoas.

Silva (2003) aponta que essas experiências estão sendo bem sucedidas e capazes de proporcionar convivência familiar sob outras bases. Nos casos dos adolescentes, as chamadas “Repúblicas” funcionam como residências coletivas para aqueles que estão em processo de transição entre a vida Institucional e a conquista da autonomia. Já as famílias acolhedoras (famílias voluntárias) recebem crianças e adolescentes em seus lares, até que a situação que deu origem à suspensão do poder familiar seja resolvida.

Segundo Pires (2007), o apadrinhamento também tem colaborado para o melhor desenvolvimento da criança, pois nada mais é do que a aproximação de quem quer ajudar com quem necessita de ajuda. Os padrinhos podem colaborar de diversas formas, dentre elas: afetivamente, como prestadores de serviços ou provedores. Afetivamente, o padrinho pode estimular o amor, o carinho e a construção de valores. A prestação de serviços pode funcionar a partir de doações

de serviços de profissionais, como: médicos, dentistas, psicólogos, enfermeiros, nutricionistas, fisioterapeutas, educadores físicos, professores, artistas, artesãos, pedreiros, pintores, auxiliares de limpeza, jardineiros, etc. E os provedores, com doações financeiras, para investir na manutenção da estrutura e projetos.

As crianças se queixam para os trabalhadores sobre rígida rotina no Abrigo e comparam a Instituição com uma prisão – **aprisionamento das crianças abrigadas**. O grupo concorda com os abrigados, pois acredita que conviver em um local vigiado vinte e quatro horas por dia, com cadeados e grades por todos os lados e uma rotina rígida se iguala a um sistema prisional, se assemelha a uma prisão. As falas são muito evidentes:

“Eu acho que aqui na Casa é tudo muito rígido. Aqui tem horário pra tudo. Não é como na casa da gente. Lá a rotina é mais leve” (Ap2).

“Essas crianças não vivem como nossos filho que saem na hora que querem. Não é como nós fomos criado, solto, brincando na rua” (V1).

*“Esses dias o “P” me pergunto uma coisa que me corto as pernas:
- O tio, meu irmão, o “Ratinho” é cherador. Ele até já matou um cara. Ele tem arma. Por isso, ele tá preso. E eu tio? Eu não fiz nada. Porque eu tenho que fica aqui nessa Casa?” (V2).*

“O “S” vive revoltado dizendo que qué saí da Casa porque isso aqui é uma prisão” (C1).

“Essas crianças vivem “cerradas” dentro de uma Casa. É um sistema prisional. As crianças são vigiadas, tem horários para tudo, não é permitida a saída delas da Instituição. É diferente dos nossos filhos porque são crianças sob cuidados judiciais. Nós não podemos deixar nada de ruim acontecer com elas. Nós temos que protegê-las” (D1).

Montes (2006) expressa que, nos Abrigos, as crianças vivem cheias de rotinas e regras que, quando descumpridas, podem gerar castigos e repreensão. Barros; Fiamenghi Jr., (2007), ao realizar um estudo etnográfico, observou a

presença do abuso de poder e a autoridade entre as monitoras. O pesquisador afirma que ameaças e punições físicas eram aplicadas às crianças. Desse modo, é comprovado que a violência ainda existe na vida dos abrigados que foram retirados de suas famílias justamente por maus-tratos. Infelizmente, em algumas Instituições, as crianças ainda são obrigadas a conviver com pequenos atos de violência diários.

Felizmente, as próprias crianças denunciam os atos agressivos sofridos dentro dos Abrigos e demonstram que conhecem seus direitos, pois “ameaçam” denunciar ao Conselho Tutelar qualquer gesto de violência.

Nas Instituições, é muito comum a falta de privacidade entre as crianças o que proporciona ainda mais a sensação de vigilância e aprisionamento. Em 57% dos Abrigos estudados, quatro a seis crianças de diferentes faixas etárias dividem o mesmo dormitório (OLIVEIRA, 2003). Vale destacar que os armários, roupas e brinquedos também são divididos.

Nos últimos cinco anos, ocorreram 51 óbitos nos Abrigos, principalmente naqueles com tratamentos especializados (portadores de HIV e casos especiais). Foram registradas 105 fugas, saídas sem autorização e sem retorno (OLIVEIRA, 2003).

Vivenciei uma fuga durante o tempo de trabalho na Casa. Um menino de onze anos que freqüentemente ameaçava fugir e queixava-se da “prisão” aproveitou-se de um momento de muito trabalho dos funcionários e pulou o muro da Instituição. Após uma noite de planejamento e contar aos companheiros de quarto, foi ao reencontro da família em uma cidade vizinha. O menino andou por cerca de 20 km até chegar à residência de sua avó somente com a roupa que vestia. Ao chegar, não encontrou seus pais, cujo paradeiro no momento era desconhecido. Seu retorno ao Abrigo sucedeu dois dias após a fuga por intermédio do Conselho Tutelar. A avó, quando questionada se queria assumir a criação do menino, respondeu negativamente. O menino retornou à Instituição com a mesma roupa que vestia no dia da fuga, sujo, faminto e mais revoltado.

Por fim, entendemos que as marcas psicossociais decorrentes da situação da institucionalização podem ser evitadas se houver melhor avaliação do motivo da entrada das crianças nestas Instituições. Sabemos que existem motivos que não justificam o abrigamento, como a miséria familiar, por exemplo. São necessárias políticas públicas adequadas para as famílias em risco, a fim de evitar a institucionalização. A população carente precisa de fortalecimento, saúde, educação,

emprego, moradia adequada, saneamento básico, alimentação de qualidade e em quantidade suficiente para criar seus filhos com dignidade. Entende-se que só assim o direito ao convívio familiar será concretizado e respeitado em nosso país e nossas crianças ficarão livres das seqüelas traumáticas dessa realidade criminosa e silenciosa que é o abrigo.

b) A ausência de acompanhamento às famílias dos abrigados.

Durante o segundo encontro, os trabalhadores escolheram o tema gerador que mais causa preocupação entre eles. O escolhido foi a **ausência de acompanhamento às famílias dos abrigados**. O grupo relata que o mesmo não ocorre por parte Instituição, do Conselho Tutelar ou de outros órgãos envolvidos. Os trabalhadores apontam que não existem ações durante o abrigo e nem no momento de retorno às suas famílias de origem e têm consciência de que esse acompanhamento deveria partir inicialmente da própria Instituição. Johnson e Pacher (2008) ressaltam a necessidade de Políticas Públicas de prevenção ao abandono, que trabalhe a família em seu contexto e também em sua totalidade. Essa realidade que inquieta os trabalhadores da Casa de Passagem “Contos de Fadas”, pode ser ilustrada através das seguintes falas:

“Com certeza o problema maior daqui é a família. A minha preocupação é que não se faz nada com os pais”
(Ap1).

“O que mais preocupa é a saída daqui da Casa, pois, nem as crianças, nem os familiares estão sendo preparados para sair daqui. Não existe um preparo para as crianças voltar para suas casa e suas famílias, nem as famílias são acompanhadas. Isso nos causa muitas angústias, nos preocupa o tempo todo” (D1).

Um estudo sobre a realidade dos Abrigos de São Paulo mostrou que a falta de trabalho com as famílias foi relatada como uma dificuldade por 87% dos Abrigos pesquisados (OLIVEIRA, 2003).

Ao refletir sobre o motivo pelo qual o acompanhamento não ocorre na Instituição pesquisada, o grupo expôs algumas dificuldades encontradas, como: falta de preparo dos trabalhadores que atuam no Abrigo e de profissionais técnicos para desempenhar a função (assistente social e psicóloga).

As dificuldades referenciadas na Casa de Passagem “Contos de Fadas” são pertinentes, pois também aparecem na pesquisa coordenada por Oliveira (2003), que aponta diversos motivos para a falha deste atendimento: falta de planejamento (planos, projetos e programas), ausência de contratação de pessoas especializadas, pelo próprio desinteresse da família, moradia distante e falta de dinheiro e resistência das famílias em seguir as normas dos Abrigos.

O grupo entende a importância do acompanhamento às famílias, e menciona que o Abrigo, o Conselho Tutelar e o próprio Poder Público, não estão cumprindo os princípios estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o que é prejudicial às crianças e seus familiares que já trazem consigo tantas marcas.

Dentre os princípios defendidos pelo Estatuto (ECA) estão previstas: a preservação do vínculo familiar; integração em família substituta (quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem) e a manutenção de programas destinados ao apoio e acompanhamento de egressos (BRASIL, 1990).

Durante as oficinas, foi perceptível que os trabalhadores possuem um certo conhecimento em relação às leis destinadas às crianças e aos adolescentes, mas não sabem como aplicá-las no cotidiano, conforme o indicador:

“A minha preocupação é que não se faz nada com os pais e isso tá previsto no ECA. Só falta a gente sabe como aplica a Lei” (C1).

Além dos princípios, o Estatuto (ECA) preza como medidas específicas de proteção: a orientação, apoio e acompanhamento temporário, inclusão em programas existentes nas comunidades ou oficiais de auxílio às famílias, às crianças e aos adolescentes, inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos (BRASIL, 1990).

O grupo de trabalhadores mostrou que possui uma visão ampla e humanística em relação às ações que devem ser desenvolvidas com as famílias, pois acreditam que a família precisa de muitas outras coisas, como uma profissão, tratamento especializado, entre outros:

“ Tem que trabalha com as famílias, ensinar uma profissão, tratar para parar com as drogas. Ensinar as mulheres a se defende da violência” (C1).

Ao realizar um levantamento em nível nacional de Abrigos para crianças e adolescentes, pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) discutiram que as Instituições devem cumprir um papel importante de apoio às famílias, oferecendo atividades no turno oposto à escola, apoio psicológico ou social e cursos profissionalizantes para as famílias que encontram dificuldade de acesso aos serviços públicos. A partir dessas medidas, entendem que os Abrigos podem se transformar em um instrumento de inclusão social e até mesmo de prevenção à institucionalização de crianças e adolescentes (SILVA, 2003).

O seguinte indicador exhibe a visão ampliada dos trabalhadores, no que diz respeito à necessidade do acompanhamento familiar:

“Tem que começar com um estudo sócio-econômico familiar. Fazer visita domiciliar, ver as condições da família, incluir nas Políticas Públicas. Enquanto as crianças estiverem aqui na casa, os pais precisam ser acompanhados por Assistente Sociais, Psicólogos e Médicos, se necessário para prepará-los para receber as crianças novamente. Os pais devem ter mais contato com seus filhos aqui dentro, por isso, as oficinas sócio-pedagógicas aqui na Casa. Após a saída esse contato não deve terminar. A família deve ser acompanhada por um período até se estabilizarem. O mesmo deve acontecer na adoção. Nós não preparamos essas crianças para receber uma família. Nós nem tocamos nesse assunto. Eu penso que deve ter todo um preparo para adoção” (D1).

As entidades têm como função obrigatória diligenciar no sentido do restabelecimento e da preservação dos vínculos familiares e comunicar à autoridade judiciária os casos em que se mostre inviável ou impossível o reatamento dos vínculos familiares (BRASIL, 1990).

A legislação brasileira aponta como um caminho a ser seguido o da existência de políticas e programas de apoio que favoreçam a reestruturação familiar. Porém, apenas 14,1 % das Instituições apóiam a reestruturação familiar através de ações, como: visitas domiciliares, acompanhamento social, reuniões ou grupos de

discussão e de apoio para os familiares, encaminhamentos das famílias para inserção em programas oficiais ou comunitários de auxílio e proteção às famílias (SILVA, 2003). Na Casa de Passagem “Contos de Fadas” não existe nenhum tipo de trabalho com os familiares. O único contato com a família ocorre durante o período de visitas, se essa procurar um trabalhador.

Um ponto importante que cabe ser divulgado é a existência de um projeto para construção de um galpão destinado a oficinas sócio-pedagógicas para os trabalhadores, crianças abrigadas, familiares e comunidade, porém ainda sem data prevista para o início. Acreditamos que um local adequado poderá facilitar contatos mais adequados e trabalhos com as famílias.

No ano de 2003, através do levantamento nacional sobre Abrigos (IPEA) investigou-se 589 programas e foi comprovado que apenas um pequeno número (25,3%) de Instituições realiza um conjunto de ações necessárias para o fortalecimento de vínculos entre as crianças abrigadas e seu grupo familiar de origem. Dentre as ações de incentivo à convivência familiar estão: a manutenção de informações sobre as famílias, promoção de visitas supervisionadas aos lares de origem, permissão de visitas livres dos familiares aos Abrigos (SILVA, 2003).

Em função da experiência de trabalho junto à Casa de Passagem “Contos de Fadas” (no ano de 2006, portanto, anterior à realização da pesquisa) posso afirmar que não se realiza uma conversa franca com as crianças em relação ao paradeiro de seus pais, até mesmo porque não tínhamos essas informações nos seus documentos. Os dados que tínhamos eram muito vagos e desatualizados, a não ser de pais detidos em sistema prisional. Não eram permitidas visitas aos lares de origem nem em ocasiões especiais como datas festivas, mesmo alguns familiares residindo próximos ao Abrigo. As visitas na Instituição eram determinadas com dias e horários marcados (quinzenalmente aos sábados, das 14 às 17 horas), supervisionadas pela psicóloga, com os portões trancados e vigiados pelo segurança. Os familiares não tinham acesso ao interior da Casa, por isso permaneciam somente no pátio da Instituição.

Oliveira (2003) observou que as informações sobre os pais das crianças são escassas. Raramente se tem ciência sobre a naturalidade, faixa etária, escolaridade, situação conjugal e ocupação dos familiares. O que mais se destaca nas informações é em relação ao paradeiro desconhecido do pai, falecimento, dependência química, problemas de saúde e pais presos. A falta desses subsídios

dificulta a aproximação e o trabalho com o grupo familiar e acaba culpabilizando-o pela situação de abrigamento.

Ainda sobre as visitas dos familiares no Abrigo, o grupo percebe que os mesmos raramente demonstram afetividade com os filhos abrigados, sendo mais comum entre os irmãos, do que pais e filhos. Essa ausência de afeto pode ser decorrente da falta de acompanhamento familiar e de incentivo ao fortalecimento de vínculos, entre outros motivos:

“Eu acho tão triste, a gente não vê amor, carinho entre as criança e os pais nas visita” (Ap1).

O grupo que participou dos encontros entende que a aproximação entre as crianças e os familiares é necessária, mas ao mesmo tempo critica o “dia de visitas” ao perceber a ansiedade e as frustrações das crianças. Eles julgam que esse reencontro familiar “atrapalha” o trabalho realizado no dia-a-dia na Instituição. O fato vem a comprovar que o grupo não tem um bom preparo para lidar com algumas situações rotineiras, desconhece as necessidades das crianças e culpam os pais pela situação de abrigamento. A seguir alguns indicadores:

“As crianças ficam agitada após a saída dos pais. Dia de visita é complicado porque alguns pais vêm bêbado e drogado ver os filho” (V2).

“As crianças criam expectativas. Esperam os familiares e daí, não aparecem e ficam frustradas. Dia de visita é sempre cheio de expectativas e de frustrações” (Es3).

Lessa; Parisoto; Andrade; Sequeira (2005), ao realizar uma reflexão acerca da atuação profissional nos Abrigos depararam com Instituições que agem como verdadeiras substitutas da família, quebrando diariamente os laços já fragilizados entre as crianças e seus familiares. O fato foi observado por meio de atitudes desprezíveis com os familiares durante o período de visitas, por meio de falas depreciativas para as crianças de seus genitores, e também pela falta de trabalho com as famílias. Apenas 5,8 % dos Abrigos pesquisados desenvolvem conjuntamente ações que promovem o vínculo familiar (incentivo à convivência

familiar e não-desmembramento de grupos de irmãos). Vale ressaltar que o ECA prevê que o Abrigo deve realizar ações que fortaleçam a família para que ela possa retomar a responsabilidade para com seus membros.

A ansiedade dos trabalhadores em relação à saída do Abrigo e conseqüente retorno à família de origem se dá pelo fato da família não ter sido trabalhada de alguma forma. Eles argumentam que não adianta os abrigados receberem um atendimento de qualidade sem que paralelamente seja feito um trabalho com as famílias para receber de volta esta criança. Para que as ações sejam efetivas, devem ocorrer conjuntamente entre família e abrigados, inclusive considerando quem praticou algum ato de violência com o abrigado. Seguem falas que denotam esta preocupação dos trabalhadores:

“Sem trabalha com a família não adianta nada. A gente educa e dá carinho pras crianças, mas a família continua agindo da mesma maneira” (Es3).

“Todo o trabalho que se faz aqui na Casa de Passagem com as crianças vai por água abaixo quando saem” (V2).

Oliveira (2003) percebeu a ausência de uma política de desabrigamento em relação ao desenvolvimento de trabalho com as famílias visando à reintegração familiar e concluem que as ações isoladas e fragmentadas não possibilitam o enfrentamento efetivo dessa situação. Os pesquisadores acreditam que não basta orientar ou acompanhar as famílias sem possibilitar o mínimo de condições dignas para sua sobrevivência.

“As crianças vieram de famílias também excluídas até mesmo das Políticas Públicas. Eles não têm o básico: moradia, alimentação, emprego” (D1).

Políticas massivas de apoio à reestruturação familiar são imprescindíveis. Infelizmente, a incapacidade de prover os bens fundamentais para a sobrevivência da família faz com que o responsável veja a institucionalização como uma opção de garantia dos direitos básicos de seus filhos (SILVA, 2003).

Com a análise dos CRAMIS¹⁰, algumas lições foram tiradas. Por exemplo: famílias que vivenciam a violência doméstica não devem ser divididas entre vítimas e abusadores. O agente agressor deve ser sempre envolvido nas ações, bem como os demais familiares. A atenção deve ser integral à família, e não somente à criança abusada. A família que conhece os maus-tratos quando devidamente atendida, continua sendo a principal referência afetiva para as crianças (DESLANDES, 1994).

“Por mais que a gente tente supri a família, nós nunca conseguiremos. Por mais que eles tenham sofrido, eles têm o desejo de tê a família novamente” (Es2).

“Por mais que tenham comida, cama, casa bonita, carinho das tias, não tem a família, isso tudo não substitui a família “sangue deles”. E quando a juíza pergunta se querem ir ou ficar aqui? A resposta é sempre a mesma: ficar com a família” (D1).

Diante desses referenciais, entendemos que existe uma necessidade que não vem sendo atendida em grande parte das Instituições e não só na Casa de Passagem estudada, por falta de uma Política Social efetiva que trabalhe com as necessidades do grupo familiar. Entendemos que essa Política deve envolver um conjunto de ações e práticas psicossociais e educativas, bem como um trabalho em rede de todos os órgãos e Instituições envolvidas, e principalmente deve ser entendida pelos trabalhadores dos Abrigos (através de capacitações e avaliações permanentes), para que todos possam aplicá-la no seu cotidiano de trabalho, a fim de promover uma melhor qualidade de vida às famílias e crianças abrigadas, reduzindo assim, as marcas sociais e afetivas.

c) O descumprimento das regulações estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

¹⁰ CRAMI – Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância. É uma organização não governamental fundada em 1988 que propicia atendimento psicossocial a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e desenvolver ações preventivas que lhes possibilitem defesa e proteção incondicional. O atendimento do CRAMI é gratuito e abrange os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e Diadema – São Paulo.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi criado no ano de 1990 com o intuito de oferecer proteção integral às crianças e aos adolescentes. O descumprimento das “leis” estabelecidas por este Estatuto foi um dos temas geradores levantados pelos trabalhadores da Casa de Passagem “Contos de Fadas”, conforme a seguinte fala:

“Eu vejo que o que está estabelecido no Estatuto não está sendo cumprido. Por exemplo: para que serve o Abrigo? É um momento em que a criança fica abrigada por um curto período. Depois ela vai para adoção (em último caso) ou volta ao convívio familiar, definido judicialmente. Mas não é isso que está acontecendo. As crianças vêm para cá sem previsão de sair” (P1).

O grupo de trabalhadores listou algumas ações que não estão sendo cumpridas na Instituição, entre elas: o tempo prolongado de permanência dos abrigados, ausência de participação na comunidade local, falta de acompanhamento familiar e a omissão na comunicação entre os profissionais e crianças cujo intuito é de clarear o momento de abrigamento.

No capítulo II, Art. 101, do Estatuto (ECA), são referidas medidas específicas de proteção e tem como parágrafo único: o Abrigo é uma medida provisória e excepcional que deve ser utilizada como uma forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade (BRASIL, 1990).

Entretanto, o tempo de permanência para a maioria dos abrigados é longo e sem previsão de retorno ao lar ou até mesmo de adoção. O grupo acredita que um dos fatores, para que isso ocorra, se deve ao fato da ausência de acompanhamento e preparação com as crianças e familiares para retornar às suas origens, bem como, a demora judiciária para definir os processos por conta da burocracia envolvida. Podemos comprovar essas angústias dos trabalhadores através das falas:

“Essa é uma Casa de “Ficagem” e não de Passagem” (V2).

“O pior é que as crianças não estão sendo preparadas para voltar para casa, nem para adoção. Assim como, os familiares não recebem acompanhamento para receber seus filhos novamente. E essa preparação e acompanhamento estão previstos no ECA” (D1).

“ O processo judicial é muito lento, tem muita burocracia. E também a gente tem que pensar que a Juíza não pode permitir que as crianças voltem pra casa enquanto os pais não tiverem condições de sustentar. Pelo menos de dar uma moradia e alimentação, porque alguns não têm nem o que comer. É uma pena porque essas crianças deveriam ficar o menor tempo possível e na verdade vão ficando, ficando”...
(Es3).

A permanência nos Abrigos, em nível nacional, quando quantificada, expressa números assustadores, pois 52,6% das crianças vivem nas Instituições por mais de dois anos, mas também existem casos de moradores há mais de dez anos. Das crianças institucionalizadas, 54,6% não têm processo nas Varas da Justiça, em total contradição ao ECA que estabelece um prazo de 2 dias úteis para que os responsáveis pelos Abrigos comuniquem a Justiça dos casos de acolhimento em seus programas sem a prévia medida judicial (SILVA, 2003).

Segundo Pires (2007), atual presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, os apontamentos das experiências relatadas no concurso “Mude um Destino” mostram que se os Abrigos trabalharem em contato permanente com a Justiça, aumenta a possibilidade de fazer com que as crianças voltem para a família de origem ou se adaptem às substitutas.

Silva (2003) defende que em função da exclusão social das crianças abrigadas faz-se necessário regular a porta de entrada das Instituições, porque um dos principais motivos que leva ao abrigamento está relacionado à pobreza.

No Artigo 23, é vetada a perda ou a substituição do pátrio poder devido à falta ou carência da família, tais ações violam frontalmente o ECA. Uma alternativa existente para esses casos é a de inserir as famílias nos programas oficiais de auxílios.

A pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) diz que os dados de seus estudos revelam que está havendo uma aplicação indiscriminada da medida Abrigo, o que rompe com o princípio da excepcionalidade da medida, conforme prevista no Estatuto. Também foi constatada a inexistência de integração entre os atores que compõem a rede de atendimento à criança e ao adolescente nos municípios. Finaliza dizendo que a maneira de regular a porta de entrada dos Abrigos é promover ações para integração dos diversos atores da rede de

atendimento (Judiciário, Ministério Público, Conselhos Tutelares e de Direitos e o Executivo Municipal) (SILVA, 2003).

Os trabalhadores da Casa de Passagem “Contos de Fadas” sentem a necessidade das crianças participarem mais da vida comunitária. Eles preocupam-se com as normas no abrigo e o comparam com um sistema prisional, onde as crianças cumprem regras e não possuem a liberdade necessária. O grupo acredita na importância do convívio comunitário como forma de melhorar a auto-estima, reduzir o preconceito e incluí-los socialmente. As crianças deveriam participar das atividades oferecidas no bairro, como: projeto cultura nos bairros (projeto sócio-educativo municipal gratuito que oferece: aula de dança, de violão, judô, computação, etc), grupos culturais e folclóricos (fanfarra e boi-de-mamão), festas populares, igrejas ou simplesmente caminhar pelas ruas da comunidade, brincar em frente à Instituição e outras atividades de convivência.

“Eu lembro que antigamente a gente não tinha abertura pra inserir as criança em atividades fora da Casa. Algumas mudança a gente já conseguiu. Hoje, elas freqüentam escolinhas de futebol e informática. Nem pessoa de fora podia entra aqui na Casa” (Ap1).

Nota-se que algumas ações previstas no Estatuto estão sendo adotadas, porém de forma incipiente. Atualmente, existe uma parcial abertura na Instituição, mas precisa ser melhorada.

Esse é mais um tema previsto no Estatuto, que está sendo violado, pois, no Art. 92, consta que as entidades do tipo Abrigo devem adotar alguns princípios, entre eles: a participação na vida da comunidade local (BRASIL, 1990). Silva (2003) comprovou que a maioria dos Abrigos (80,3%) oferece serviços da comunidade dentro da própria Instituição, porém, apenas 6,6 % utilizam todos os serviços necessários às crianças (lazer, esportes, assistência médica, odontológica, religião e cultura em interação com a comunidade circundante). Também, somente 27,5 % dos Abrigos contam com a participação de pessoas da comunidade no processo educativo, o que proporciona garantia do direito à convivência comunitária.

Elas destacam que a função social do Abrigo é permeada pela possibilidade de fornecer um espaço e um tempo para as famílias se organizar e repensar. Assim, as famílias teriam a oportunidade de reintegrar-se e facilitar o desenvolvimento de

seus membros e os trabalhadores dos Abrigos devem auxiliar diretamente nesse processo de reorganização familiar (LESSA; PARISOTO; ANDRADE; SEQUEIRA, 2005).

A inexistência de um diálogo franco entre os profissionais e as crianças, a fim de clarear o momento de abrigamento e da situação processual de cada infante é outro problema grave entendido pelos trabalhadores e que incide na Casa de Passagem. Segue um indicador:

“Falta comunicação e até respeito com essas crianças e familiares. E não deveria ser porque o tempo tá correndo. E as seqüelas afetivas, marcando. Falta muita comunicação, a gente não esclarece essa passagem na vida das crianças. A gente nem toca no assunto” (P1).

O Art. 94, do ECA, assegura que as entidades têm, entre as obrigações, a de oferecer um ambiente de respeito e dignidade, bem como informar periodicamente ao adolescente internado sobre a sua situação processual (BRASIL, 1990).

Entendemos que o descumprimento das regulações do Estatuto da Criança e do Adolescente ocorre por muito motivos: ausência de Políticas Públicas que favoreçam a proteção familiar (que evitem o abrigamento), que possibilitem o retorno dos abrigados às suas famílias de origem, agilidade nos processos para adoção, flexibilização das regras impostas nos Abrigos e capacitação dos trabalhadores para melhorar a qualidade de vida dos familiares e abrigados.

Acreditamos que esse período de abrigamento deve ser o menor possível para evitar seqüelas nas crianças e familiares e que deve ocorrer somente em casos excepcionais, pois não é qualquer motivo que justifica o abrigamento.

Contudo, sabe-se que, em alguns casos, o acolhimento em Abrigo, quando adequado aos preceitos do ECA, cumpre um papel muito importante no atendimento à criança em situação pessoal ou social de risco (SILVA, 2003).

Pensar nas regulações do ECA, seu tempo de existência (18 anos) e o descumprimento por parte das Instituições, nos remete a uma reflexão. Ainda hoje, ao mesmo tempo em que o Estatuto é defendido, também é merecedor de críticas em relação à sua eficácia em função do aumento da violência e da criminalidade. O ECA garante direitos às crianças e adolescentes, sem garantir a inserção social e promover a cidadania. Sua estratégia é baseada na vigilância, na fiscalização e no

assistencialismo, e não na emancipação e empoderamento. Infelizmente, o próprio Poder Público viola as leis dos direitos das crianças e adolescentes.

Por fim, penso que é interessante destacar que existem algumas necessidades que não constam no Estatuto. Salina (2007) explicita alguns itens importantes citados em estudos e que não estão presentes no ECA, como: admissão de funcionários (contratados, estagiários ou voluntários), equipe mínima de profissionais para o número de abrigados, equipe técnica mínima, capacitação dos funcionários.



Figura 6: Foto da dinâmica - “Problemas e potencialidades da Casa de Passagem” (III encontro).

Fonte: Dados de campo (2007-2008).

Para Freire, a cartilha é um saber abstrato, pré-fabricado e imposto. É uma espécie de roupa de tamanho único que serve pra todo mundo e pra ninguém.

CARLOS RODRIGUES BRANDÃO

5 Proposta de intervenção

A proposta de intervenção foi construída a partir dos dados empíricos, com base nas duas grandes categorias discutidas: as necessidades dos trabalhadores em relação ao processo de trabalho; e como se sentem em relação ao trabalho com as crianças, portanto, o foco principal dessa proposta é de atingir os trabalhadores da Casa de Passagem. Como embasamento teórico, utilizamos o referencial da Promoção da Saúde como referência, o Empoderamento e a educação emancipatória proposta por Freire, como principal elemento para trabalhar com os trabalhadores. Também utilizamos como fonte de inspiração, os dados encontrados no concurso “Mude um Destino”, lançado no ano de 2007 pela Associação dos Magistrados Brasileiros. O concurso envolveu juízes, Instituições e cidadãos com o objetivo de despertar a sociedade para a realidade das crianças e adolescentes abrigados (AMB, 2007).

Acreditamos que através da Promoção da Saúde e do Empoderamento, a questão da violência infantil pode ser modificada. A Promoção da Saúde, se trabalhada com equidade, fundamentada numa visão holística e com a atuação em rede de todos os órgãos envolvidos na situação de abrigamento, poderá potencializar o empoderamento dos trabalhadores, crianças, familiares e comunidade, melhorando a qualidade de vida de todos os envolvidos. É importante lembrar que a qualidade de vida depende de outros determinantes promotores de saúde. Portanto, as crianças abrigadas juntamente com seus familiares devem ter no mínimo o acesso a serviços de saúde de qualidade, moradia adequada, saneamento básico, alimentação de qualidade e em quantidade suficiente, educação e renda. Sabemos que esses enfrentamentos aos problemas relacionados à saúde devem partir principalmente de Políticas Públicas saudáveis, mas a Promoção da Saúde pode atuar enquanto estratégia de intervenção que possibilita o incentivo ao empoderamento dos trabalhadores. Por fim, entendemos que o empoderamento pode contribuir para firmar o controle sobre os fatores que afetam a saúde dos abrigados, inclusive contra a violência.

Constatamos que os trabalhadores apresentam diferentes preparos técnicos, envolvem-se e preocupam-se com as crianças e familiares, porém não se apropriam de seu trabalho, embora tenham um preparo técnico relativamente adequado (administradores, pedagogos, etc). Alguns dos motivos da falta de envolvimento e

apropriação do seu próprio trabalho podem estar relacionados à *síndrome do funcionalismo público*, bem como a ausência de uma Política Social de acompanhamento aos familiares dos abrigados. A *síndrome do funcionário público*, muito comum em nosso meio, acontece quando os trabalhadores preocupam-se apenas com a rotina, tornam-se acomodados e acostumados a desempenhar um trabalho burocrático, com pouco empenho, sem criatividade e inovações (FERREIRA, 1999).

Outro problema que pode constituir-se em impedimento para que os funcionários sejam mais pró-ativos em seu trabalho pode estar relacionado à *síndrome da especialização*. Neste caso as pessoas entendem que somente profissionais especializados possuem conhecimento, portanto longe de seu cotidiano. No entanto, acreditamos que todos nós temos experiências para trocar e podemos ser autores de nossa história. Freire afirmava que ninguém ignora tudo, assim como ninguém sabe tudo. Não há saber mais ou saber menos. Existe saberes diferentes (INSTITUTO PAULO FREIRE, 1992). Além disso, como já mencionamos, possuem formação, seja de segundo grau ou universitária que lhes permitiria pensar sua atuação a partir de seus próprios conhecimentos e dos novos que poderiam gerar. Ferreira (1999) alega que as Instituições públicas precisam entender seus servidores como propulsores de resultados dentro da organização, como pessoas que fazem diferença e personalizam a Instituição e a fazem distinguir-se de todas as demais. Entretanto, para que isso aconteça é necessário que os trabalhadores sejam valorizados e incentivados para que eles mesmos possam proporcionar momentos de reflexão e participem mais das decisões acerca de seu trabalho. Para tanto é fundamental que tenham acesso a outras possibilidades de formação e principalmente de auto-formação.

Assim, defendemos que a intervenção deve ser realizada através de uma metodologia construtivista, fundamentada no diálogo e nas trocas de experiências dos trabalhadores, conforme defendia Freire. O método deve proporcionar aos trabalhadores a oportunidade de re-descobrir-se através da retomada reflexiva do próprio processo em que vai descobrindo, manifestando e configurando sobre sua atuação no Abrigo (FREIRE, 2005b). Os trabalhadores da Casa de Passagem necessitam compreender criticamente a totalidade do local de trabalho em que estão (FREIRE, 2005b). O grupo, ao descobrir-se como sujeito que elabora o mundo, poderá desenvolver ações educativas para que as crianças e seus familiares

tornem-se pessoas empoderadas. Assim, entendemos que através do Círculo de Cultura os trabalhadores reviverão seu trabalho de forma crítica e poderão controlar, promover e fortalecer a saúde das crianças e de si próprios no cotidiano de trabalho. Freire (2005b) afirma que no Círculo de Cultura não se ensina, aprende-se com reciprocidade de consciências. Lembramos que, para Freire, um bom método pedagógico não pretende ser um método de ensino, mas sim de aprendizagem.

Durante os encontros no Abrigo firmamos o compromisso de apresentar os resultados do estudo para os trabalhadores. Entendemos que essa proposta deve ser retomada pela pesquisadora ou a cargo de outras pessoas, pois, por meio das necessidades levantadas pelo grupo comprovamos que eles necessitam empoderar-se para atender adequadamente os abrigados e as famílias. Os trabalhadores necessitam desenvolver o trabalho com mais confiança e autonomia, pois possuem potencialidades para isso.

Acreditamos que a melhor linha básica de ação para essas estratégias deve ser fundamentada no Círculo de Cultura de Paulo Freire (2005b). Portanto, as oficinas com os trabalhadores devem ser desenvolvidas utilizando recursos pedagógicos como: teatros, músicas, poesias, textos e imagens sobre o cotidiano de trabalho.

Como resultado dessa proposta de intervenção, acreditamos que os trabalhadores, crianças, familiares e comunidade poderão desenvolver habilidades para enfrentamento da violência.

A. Estratégia de Ação relacionada aos Trabalhadores do Abrigo:

Objetivos pretendidos: motivar a equipe; capacitar os trabalhadores para melhor atender as crianças, os familiares e a comunidade; estimular os trabalhadores a conhecer individualmente cada criança.

- Contratação diferenciada. Entendemos que além do processo seletivo realizado pela Prefeitura Municipal, devem ser feitas entrevistas em grupo e individuais pelos profissionais técnicos (diretora, assistente social e psicóloga) da Casa de Passagem.
- Capacitação com os trabalhadores ao ingressar no Abrigo. Essa capacitação deve ser construída com os trabalhadores, baseada em uma metodologia participativa e emancipatória, ou seja, o grupo enquanto protagonista de sua própria capacitação.

Informações básicas devem ser refletidas sobre as funções, as noções do funcionamento da Instituição e de como lidar com as crianças e seus familiares.

- Capacitação permanente com os trabalhadores. Realizar uma parceria com os setores envolvidos na situação de abrigo e alguma Universidade para auxiliar na capacitação. Realizar oficinas mensais, baseadas na metodologia de Paulo Freire, “Círculo de Cultura”, sobre os temas que envolvem o cotidiano de trabalho (Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aprender a esclarecer o momento de passagem na Instituição, relação familiar, preparar para o retorno familiar ou adoção, sexualidade, menstruação, drogadição infantil e familiar, HIV, autismo, problemas neurológicos, deficiências físicas, alimentação saudável, aproveitamento integral dos alimentos, cidadania, desvios de conduta, valores morais, etc). Os trabalhadores devem ser capacitados para trabalhar com as diferentes faixas etárias dos abrigados. Através de dinâmicas o grupo deve ser motivado a trabalhar e enfrentar as dificuldades cotidianas.
- Instituir reuniões mensais com as equipes de trabalho para trocas de experiências, levantamento de problemas, esclarecimentos de dúvidas, elaboração e implementação de ações.
- Avaliação do trabalho permanente, da equipe e da estrutura física e material da Instituição. Realizar bimestralmente as avaliações propostas através de oficinas.
- Realizar visitas técnicas em outros Abrigos, a fim de promover encontros com outros profissionais para troca de experiências.

B. Estratégias de Ação relacionadas às Crianças abrigadas:

Objetivos pretendidos: melhorar a auto-estima das crianças, incluí-las socialmente e diminuir a sensação de prisão sentida por elas.

- Comemorar o aniversário das crianças institucionalizadas para valorizar, melhorar a auto-estima e reforçar a identidade de cada uma.
- Realizar atividades diferentes nas férias. Organizar colônia de férias, passar o dia na praia, passeios no shopping, sorveteria e pizzaria para inseri-las socialmente e não se sentirem aprisionadas.
- Promover a saída das crianças do Abrigo com autorização judiciária. Realizar visitas às famílias de origem para que as crianças abrigadas possam rever seus lares, seus irmãos, pais, vizinhos e amigos.

- Permitir e incentivar o apadrinhamento. Com o apadrinhamento as crianças terão a possibilidade de passar o final de semana fora, de sair nas datas festivas, de conviver com outras famílias e receber carinho e atenção.
- Estimular a participação das crianças na vida comunitária (serviços de saúde, escola, Igreja, esportes, lazer e outros). Enfatiza-se que atualmente as crianças já possuem certa abertura para realizar atividades esportivas e de informática no turno oposto, na escola próxima ao Abrigo, porém ainda muito incipiente.

C. Estratégias de Ação relacionadas às Famílias:

Objetivos pretendidos: estimular o vínculo afetivo entre as famílias e as crianças, fortalecer a família de origem para que ela tenha condições de receber seus filhos e oferecer cursos para geração de renda.

- Flexibilizar os dias e horários de visitas no Abrigo. Proporcionar ações e manter o vínculo entre crianças e familiares.
- Estimular os familiares a participar da rotina das crianças mesmo estando abrigadas. Frequentar reuniões escolares; atividades culturais e esportivas; consultas médicas, odontológicas e psicológicas; passeios e visitas técnicas a Museus e pontos turísticos do município, etc.
- Organizar grupos de pais para esclarecimentos processuais sobre a situação das crianças e atividades relacionadas à geração de renda (tricô, crochê, reciclagem, panificação, aproveitamento integral dos alimentos, cestarias de jornal, etc).
- Encaminhar as famílias para a rede de proteção social do município: projetos sociais, de saúde, educação e habitação.

D. Estratégias de Ação relacionadas à Comunidade:

Objetivos pretendidos: incentivar e garantir a participação das crianças na vida comunitária e trazer a comunidade para dentro do Abrigo.

- Construir um espaço comunitário na Casa. Esse espaço deve servir para promover a inserção da comunidade na Instituição e o contato das crianças com as famílias. O local servirá para montar uma biblioteca básica, realizar oficinas sócio-educativas com os trabalhadores, crianças, familiares e comunidade em geral. As oficinas

servirão como fonte de geração de renda para as pessoas, pois proporcionarão novas aprendizagens. Adverte-se que segundo a diretora da Instituição já existe um projeto para realização de oficinas sócio-pedagógicas, algumas doações de materiais para construção de um galpão nos fundos da Casa e profissionais interessados em auxiliar gratuitamente nas oficinas.

- Organizar atividades culturais abertas à comunidade, como gincanas, festas populares, teatros, artesanato e feiras.

E. Estratégias de Ação relacionadas ao Poder Sócio-Jurídico:

Objetivos pretendidos: estreitar a relação entre o Poder Sócio-Jurídico, os abrigados, os trabalhadores e os familiares; acelerar o processo de retorno das crianças para suas famílias de origem ou famílias substitutas, por meio da adoção legal.

- Reuniões mensais com técnicos do Poder Sócio-Jurídico para esclarecer o andamento dos processos para os trabalhadores, familiares e crianças abrigadas. Convidar algum técnico para ir até a Casa de Passagem para sanar as dúvidas das crianças e dos trabalhadores sobre adoção, retorno familiar e etc.

- Enviar relatórios mensais para o Poder Sócio-Jurídico informando sobre a situação de abrigamento de cada criança com detalhes sobre as percepções psicológicas, adaptação no ambiente e visitas familiares para contribuir com o aceleração dos processos. Durante minha permanência no local como trabalhadora os relatórios eram elaborados pela psicóloga da época.

- Retirar o nome da Instituição da frente da Casa, a fim de proteger os abrigados, reduzir o preconceito e a exclusão social das crianças.

Nosso papel não é falar ao povo sobre a nossa visão do mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa. Temos de estar convencidos de que a sua visão do mundo, que se manifesta nas várias formas de sua ação, reflete a sua situação no mundo, em que se constitui. A ação educativa e política não pode prescindir do conhecimento crítico dessa situação, sob pena de se fazer “bancária” ou de pregar no deserto.

PAULO FREIRE

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oportunidade de pesquisar a Casa de Passagem “Contos de Fadas” nos fez entrar em contato com fatos preocupantes que ocorrem no cotidiano dos trabalhadores. A revisão de outros estudos permitiu constatar que essa realidade também está presente em muitas outras Instituições, por isso, a necessidade de publicizar os achados, pois poderão contribuir com a discussão e reflexão sobre as práticas nesta e demais Casas de Passagem.

Os trabalhadores acreditam estarem despreparados para atuar na Instituição, embora possuam em grande parte formação universitária, mas não preparo adequado para desempenhar as funções que exercem junto às crianças. Acreditamos que as dificuldades dos trabalhadores tornam-se maiores em função da ausência de uma Política Social específica, de perfil inadequado para atuar com as crianças, de falta de um programa de capacitação inicial e permanente e aval para desenvolver projetos e atividades.

O grupo se depara com “obstáculos” para lidar com as crianças em função das diferentes faixas etárias, e principalmente, pela “bagagem sócio-cultural” que os abrigados carregam consigo. Estudos comprovam que crianças que sofrem algum tipo de maus-tratos e institucionalizadas apresentam diferentes comportamentos, tais como: agressividade, sexualidade aflorada, depressão, entre outros.

É importante ressaltar que os trabalhadores acreditam que são despreparados e entendem que somente pessoas especializadas, extra Casa de Passagem podem contribuir com o aprimoramento do trabalho na Instituição. Entretanto, cremos que o grupo tem condições de refletir sobre seu cotidiano, entender suas funções e auxiliar as crianças e familiares com seus conhecimentos e suas vivências no Abrigo.

No que diz respeito à estrutura física da Instituição, a mesma está de acordo com o previsto no Estatuto (ECA, 1990). Possui estrutura adequada, com peças arejadas, iluminadas, parque e horta. Porém, os trabalhadores consideram que falta um espaço adequado para abrir a Casa para a comunidade. O espaço comunitário, ou seja, um galpão é necessário para realização de oficinas sócio-educativas cujo objetivo é integrar as crianças, trabalhadores e comunidade em geral, além de poder

abrigar uma biblioteca básica. Na minha visão de pesquisadora e com a minha experiência de trabalho no local penso que as oficinas já poderiam estar acontecendo em uma ampla sala existente no Abrigo, sem ocasionar prejuízos para o funcionamento da Instituição.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) não vem sendo seguido na sua totalidade, por desconhecimento e insegurança em relação às regulações por parte dos trabalhadores, mas também, por não saberem como desenvolver as ações nele propostas. Um item importante que está sendo descumprido é relativo ao tempo de permanência na Instituição. Acredita-se que o que dificulta a adoção ou retorno para família de origem é a burocracia enfrentada pelos juízes do Poder Público, as dificuldades em estudar os processos e definir os casos, e o despreparo dos trabalhadores para acompanhar e fortalecer as famílias.

Na Casa de Passagem, as famílias não estão recebendo nenhum tipo de acompanhamento por falha da Instituição, do Conselho Tutelar e do Poder Público. Creemos que com a existência de uma Política Social, atividades educativas e preventivas poderiam estar sendo realizadas com as famílias em risco, evitando assim, o grande número de abrigamentos. Acreditamos que ações educativas podem melhorar e fortalecer o vínculo afetivo entre as crianças e seus familiares durante a permanência no Abrigo, e assim, levar os infantes de volta a família de origem. Por fim, é imprescindível que a família deva continuar recebendo acompanhamento após o retorno da criança ao lar, bem como, o contato com a Instituição deve ser mantido.

Outro problema grave é que a passagem pela Instituição continua gerando marcas psicossociais nas crianças e nas famílias que fortalecem a exclusão. Essas pessoas, que já carregam inúmeras seqüelas, precisam receber acompanhamento adequado no Abrigo, realizado por trabalhadores capacitados, e maior agilidade do Poder Sócio-Judiciário. Vale lembrar que o abrigamento prejudica o desenvolvimento, causa seqüelas e exclui. Mas em alguns casos, ainda é a melhor saída (momentânea) contra a violência.

Durante os encontros foi possível verificar que o grupo se envolve emocionalmente com os abrigados e não têm suporte para lidar com seus sentimentos. Os resultados são marcas tanto nos trabalhadores quanto nas crianças abrigadas. Eles relatam que se apegam às crianças durante o abrigamento e levam

um “choque” no momento da saída da Instituição. Esse “choque” também é comum nas crianças em função da grande rotatividade dos funcionários.

Com os indicadores encontrados vemos o quanto é impossível separar os temas apontados, pois eles se relacionam e dependem um do outro para alcançar um atendimento de qualidade para essa parcela da população. A ausência de acompanhamento às famílias foi escolhida como tema mais preocupante para o grupo. Entendemos que enquanto não existir uma Política Social, as famílias continuarão sem atendimento e os Abrigos lotados de crianças infelizes. Para mudar essa situação, as regulações previstas no Estatuto precisam ser cumpridas, os trabalhadores preparados técnica e emocionalmente para lidar com essa realidade perversa e as Instituições devem oferecer estrutura física e material adequados.

Percebemos que os temas geradores levantados pelos trabalhadores denunciam as dificuldades encaradas, seus sentimentos pelas crianças e a vontade de aprender para modificar o ambiente de trabalho, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida dos abrigados, familiares e também, a situação social do município no que diz respeito à violência infantil.

Constatamos que a maioria dos Abrigos enfrenta os mesmo dilemas. Com esse estudo vimos que a Casa de Passagem “Contos de Fadas” fornece o básico para os abrigados (moradia, alimentação e educação), mas não é o melhor lugar para as crianças desenvolverem-se de forma saudável. Por mais que o Abrigo seja uma casa bonita, equipada e que os familiares tenham violentado os infantes, eles desejam retornar ao seu lar de origem ou integrar outra família. No Abrigo as crianças sentem falta dos pais e de liberdade. Os abrigados querem ser amados e livres. Para isso, a equipe de trabalhadores deve estar preparada e motivada para apoiá-los e fortalecê-los.

Johnson e Pacher (2008) destacam que o ato de uma família em deixar um filho em um Abrigo, ou uma criança ser retirada do convívio familiar pelo Conselho Tutelar ou Juizado da Infância e Adolescência é apenas uma face do abandono. Em primeiro lugar, o Estado é que abandonou esta família. Com isso, a política de tutela de crianças e adolescentes não responde as necessidades das famílias e muito menos dos institucionalizados. Responde somente aos interesses do Estado, que não consegue implantar uma política econômica capaz de produzir inclusão social e tratar os cidadãos de forma igualitária. Com a existência de ações efetivas, a medida de Abrigo tornaria-se desnecessária.

Algumas dificuldades durante a trajetória da pesquisa foram encontradas. A execução não foi desenvolvida exatamente como o planejado, o que metodologicamente não significa um problema, pois Freire defendia que seu método não estava acabado e é mutável. Porém, limitações foram impostas por mudança da gestão política municipal que resultou em problemas organizacionais e jurídicos na Casa de Passagem e as restrições quanto ao número de encontros (de seis para três) conforme já mencionado. Temos consciência de que poderia ter sido um trabalho mais participativo e construtivo com a realização de mais encontros. Entretanto, a pesquisa resultou em um rico material sobre a temática investigada que serve de subsídio para a proposta apresentada e outras que vierem a ser feitas a partir deste levantamento.

Ao conversar com a diretora e com os trabalhadores, que avaliaram como positivo o trabalho, apontaram a possibilidade de continuar a discussão dos temas levantados, pois esse foi o único momento em que tiveram para refletir sobre o cotidiano do seu trabalho. Portanto, consideramos fundamental organizar uma proposta de intervenção para a Casa de Passagem “Contos de Fadas”, baseada nos problemas por eles levantados, nas condições econômicas e administrativas da Instituição e do município. Quanto à proposta elaborada creio na possibilidade de qualificação do trabalho junto à equipe da Casa de Passagem e que a mesma possa ser utilizada por outras Instituições e pesquisadores para aprimoramento.

A experiência ao realizar esse estudo proporcionou-me inúmeros conhecimentos em relação à realidade atual das crianças abrigadas, do trabalho desenvolvido nas Instituições, das Leis destinadas a esse público, da metodologia Freireana, entre outros. Com certeza, essa proposta me instiga a continuar nessa área de atuação e a me tornar uma profissional da saúde mais consciente.

Creio que os trabalhadores da Casa de Passagem “Contos de Fadas” possuem potencial para desenvolver um trabalho com mais qualidade, porém ainda não descobriram que, através de seus conhecimentos e experiências, podem influenciar positivamente no seu trabalho.

Eu gostaria de ser lembrado como alguém que amou o mundo, as pessoas, os
bichos, as árvores, a terra, a água, a vida.

PAULO FREIRE

REFERÊNCIAS

AFONSO, L. (Org.). **Oficinas em dinâmica de grupo na área da saúde**. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2003.

ASSIS, S. G.; PESCE, R. P.; AVANCI, J. Q.. **Resiliência**: enfatizando a proteção dos adolescentes. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS – AMB. **Mudando destinos**: conheça ações que estão mudando a vida de crianças e adolescentes que vivem em abrigos. 2007. Disponível em: <http://www.amb.com.br/museumdestino/docs/cartilha_mudando_destinos.pdf> Acesso em: agosto de 2008.

BARROS, R. C.; FIAMENGHI JR, G.A. Interações afetivas de crianças abrigadas: um estudo etnográfico. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 5, p. 1267-1276, 2007.

BOWLBY, J. **Cuidados maternos e saúde mental**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BRANDÃO, C. R.. **O que é método Paulo Freire**. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. LEI Nº 5.209, DE 17 DE SETEMBRO DE 2004. **Regulamenta a Lei Nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu_superior/legislação_e_intrucoes/decretos-1/decreto_bolsa_familia.pdf> Acesso em: Outubro de 2007.

_____. Presidência da República Federativa do Brasil. **Programa Fome Zero – O que é, 2006**. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/o-que-e>> Acesso em: outubro de 2007.

_____. Presidência da República Federativa do Brasil. **Programa Fome Zero – Programas e ações, 2006**. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/programas-e-acoes>> Acesso em: outubro de 2007.

_____. Ministério da Saúde. Violência intrafamiliar. In: **Cadernos de Atenção Básica: orientações para a prática e serviços, 2002**. Disponível em: <http://www.bvsms.saude.gov.br/bvs/publicações/cd05_19.pdf> Acesso em: julho de 2008.

_____. Ministério da Saúde. **IV Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, 1997**. Disponível em: <<http://www.opas.org.br/promoção/uploadArq/Jakarta.pdf>> Acesso em: dezembro de 2006.

_____. RESOLUÇÃO Nº 196, DE 10 DE OUTUBRO DE 1996. **Homologa a Resolução Conferência Nacional da Saúde nº 196, de 10 de outubro de 1996, nos termos do Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991**. Disponível em: <<http://www.conselho.saude.gov.br/docs/Resoluções/Reso196.doc>> Acesso em: junho de 2008.

_____. Ministério da Saúde. **III Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, 1991**. Disponível em: <<http://www.opas.org.br/promoçao/uploadArq/Sundsvall.pdf>> Acesso em: dezembro de 2006.

_____. LEI Nº8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.Br/ccivil_3/Leis/L8069> Acesso em: junho de 2006.

_____. Ministério da Saúde. **II Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, 1988**. Disponível em: <<http://www.opas.org.br/promoçao/uploadArq/Adelaide.pdf>> Acesso em: dezembro de 2006.

_____. Ministério da Saúde. **I Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, 1986**. Disponível em: <<http://www.opas.org.br/promoçao/uploadArq/Ottawa.pdf>> Acesso em: dezembro de 2006.

_____. Ministério da Saúde. **Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde – Alma-Ata, 1979**. Disponível em: <<http://www.opas.org.Br/promoção/uploadArq/Alma-ata.pdf>> Acesso em: novembro de 2006.

BUSS, P. M.. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 5, n. 1, p. 163-177, 2000.

CAMPOS, G.W.S. Reflexões temáticas sobre equidade e saúde: o caso do SUS. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.15, n.2, p. 23-33, 2006.

CARNEIRO JUNIOR, N.; ANDRADE, M.C.; LUPPI, C. G.; SILVEIRA, C.. Organização de práticas de saúde equânimes em atenção primária em região metropolitana no contexto dos processos de inclusão e exclusão social. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 15, n.3, p.30-39, set-dez 2006.

CARNEIRO JUNIOR, N.; SILVEIRA, C.. Organização das práticas de atenção primária em saúde no contexto dos processos de exclusão/inclusão social. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.19, n.6, p. 1827-1835, 2003.

CZERESNIA, D. (Org.); FREITAS, C. M. (Org.). **Promoção da saúde**: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

DEMO, P.. **Charme da exclusão social: polêmicas do nosso tempo**. Campinas: Autores Associados, 1998.

DESLANDES, S.F.. Atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica: análise de um serviço. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 10 (supl. 1): 177-187, 1994.

FERREIRA; F. G.. **Desenvolvimento e aplicação de um modelo de programa da qualidade para o serviço público**. 1999. 230 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Faculdade de Engenharia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

FERREIRA; M.R.P.; GHIRARDI, M. L. A. M.. (coord.). **Mude um destino**: adoção passo a passo. Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). 2007.

FREIRE, P.. **Conscientização: teoria e prática da liberdade. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** 3. ed. São Paulo: Centauro, 2005a.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 44. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005b.

_____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GADOTTI, M. **Convite à leitura de Paulo Freire.** Editora Scipione. São Paulo: 1996.

GOBBO, A. Uma história de amor! Projeto SACI – Sociedade amigos das crianças de Itapema. **Livreto informativo sobre o Projeto Saci.** Itapema, Santa Catarina, 2001.

HAGUETTE. T. M. F.. **Metodologias qualitativas na sociologia.** 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2001.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br> – IBGE - cidades> Acesso em: agosto de 2008.

INSTITUTO PAULO FREIRE. **Estudos, pesquisas, formação e documentação.** São Paulo, 1992. Disponível em: <<http://www.paulofreire.org>> Acesso em: outubro de 2007.

JOHNSON, G. A.; PACHER, M. E.. A política de tutela de crianças e adolescentes no Estado de Santa Catarina. In: JOHNSON, G. A.; PEREIRA, R. M. F. do A. (orgs.). **Dimensões locais das Políticas Públicas: estudos aplicados.** Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2008.

LESSA, L. L.; PARISOTO, J. S.; ANDRADE, P. T.; SEQUEIRA, V. C. Reflexões sobre os caminhos de atuação profissional em abrigos. **Boletim de iniciação científica em psicologia**, v. 6, n. 1, p. 42-50, 2005.

LINDSTRÖM, B.. O significado da resiliência. **Adolescência Latino Americana**, v.2, n. 3, p.133-139, 2001.

MARCILIO, M.L. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726-1950. In: Freitas, M. (Ed.), **História social da infância no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1997. p. 51-76.

_____. O jovem infrator e a Febem de São Paulo: história e atualidade. In: Levisky DL, organizador. **Adolescência e violência: ações comunitárias na prevenção: conhecendo, articulando, interagindo e multiplicando.** São Paulo: Casa do psicólogo: 2001. p.175-185.

MARTINEZ, A. L. M.. **Adolescentes no momento de saída do abrigo: um olhar para os sentidos construídos.** Dissertação (Mestrado em Ciências). Faculdade de Psicologia, Ribeirão Preto, São Paulo, 2006.

MINAYO, M. C. S. (org). 23. ed. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2004.

MONTES, D. C.. **O significado da experiência de abrigo e a auto-imagem da criança em idade escolar.** 2006. 98 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Pediátrica) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

OLIVEIRA; R. C. S. (coord.). Por uma política de abrigos em defesa de direitos das crianças e dos adolescentes na cidade de São Paulo. **Relatório da pesquisa**: motivos de demanda e qualidade de oferta de serviços de atenção à criança e adolescente sob medida de proteção abrigo. Disponível em: <<http://www.aasptlsp.org.br/#>> Acesso em: julho de 2008. São Paulo: 2003.

PAIM, J.S. Equidade e reforma em sistemas de serviços de saúde: o caso do SUS. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.15, n.2, p.34-46, 2006.

PARREIRA, S. M. C.P.; JUSTO, J. S.. A criança abrigada: considerações acerca do sentido da filiação. **Psicologia em estudo**, Maringá, Paraná, v.10, n.2, p. 175-180, mai/ago., 2005.

PIRES; M. V.. **Mude um destino**. Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), 2007. Disponível em: <<http://www.amb.com.br/mudeumdestino?seção=abertura>> Acesso em julho de 2008.

PORTELLA, A. P.; GOUVEIA, T.. **Idéias e dinâmicas para trabalhar com gêneros**. SOS Corpo Gênero e Cidadania: Recife, 1999.

PRADA, C. G.; WILLIAMS, L. de A.. Avaliação de um programa de práticas educativas para monitoras de um abrigo infantil. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**. v.IX. , n.1, p. 63-80, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL “**Contos de Fadas**” – Santa Catarina: 2008. Disponível em: <<http://www.contosdefadas.sc.gov.br/contosdefadas/localização.php>> Acesso em: agosto de 2008.

_____. “**Contos de Fadas**” – Santa Catarina: 2008. Disponível em: <<http://www.contosdefadas.sc.gov.br/contosdefadas/historia.php>> Acesso em: agosto de 2008.

SALINA, A.. **O Abrigo como fator de risco e proteção: indicadores e avaliação institucional**. 2007. 121f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2007.

SANTOS, Eurico A. G. C. **Estudo referente aos Programas Sociais Governamentais em funcionamento atualmente**. Brasília, 2004.

SANTUR. Santa Catarina Turismo S/A, 2008 Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/portalturismo/MunicipiosSantur.asp?Codmunicipio=61&pág=1>> Acesso em: agosto de 2008.

SÍCOLI, J. L.; NASCIMENTO, P. R.. Promoção de saúde: concepções, princípios e operacionalização. **Interface – Comunic, Saúde, Educ**, v.7, n.12, p. 101-22, fev, 2003.

SILVA, E. R. A.. **Levantamento nacional de abrigos para crianças e adolescentes da rede SAC**. (IPEA, 2003). Disponível em: <<http://www.portaldovoluntario.org.Br/press/uploadArquivos/109726162757.pdf>> Acesso em: abril de 2007.

_____. **O direito à convivência familiar e comunitária**: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil (IPEA, 2005). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=245> Acesso em: novembro de 2006.

SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D.. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão da literatura. **Psicologia & Sociedade** – psicol. Soc. v. 18 n. 1. Porto Alegre, jan-abr 2006.

SPOSATI, A. (coord). **Mapa da exclusão/inclusão social – uma metodologia**. Núcleo de estudos e pesquisas sobre seguridade e assistência social (NEPSAS). PUC - São Paulo: 2000. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/geopro/exclusao/oficinas/metodologia_mapa.pdf> Acesso em: abril de 2006.

VASCONCELOS, E. M.. **O poder que brota da dor e da opressão: empowerment, sua história, teorias e estratégias**. São Paulo: Paulus, 2003.

VELOSO, M. P.. **Turismo simples e eficiente: um guia básico com orientações para municípios**. São Paulo: Roca, 2003.

YOUNG, J.. **A Sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

ZIONI, F.. Exclusão social: noção ou conceito? **Saúde e Sociedade**, v.15, n.3, p.15-29, set-dez, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE 1
TERMO DE COMPROMISSO DA ORIENTADORA

Eu, Águeda L. P. Wendhausen, professora da Disciplina Abordagens Qualitativas em Pesquisa do Curso de Mestrado Profissionalizante e Saúde da Universidade do Vale do Itajaí, concordo em orientar a Tese de Mestrado da mestranda Fernanda Pereira, intitulado: o cotidiano dos trabalhadores de uma Casa de Passagem. A orientanda está ciente das normas para elaboração do trabalho, bem como do calendário de atividades apresentado.

Itajaí SC, julho de 2007.

Prof^a. Águeda L. P. Wendhausen

APÊNDICE 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: O cotidiano dos trabalhadores de uma Casa de Passagem.

Pesquisadora Responsável: Fernanda Pereira.

Telefone para contato: (47) 91854343

O (A) Sr(a) foi informado detalhadamente sobre a pesquisa. O (A) Sr(a) foi plenamente esclarecido(a) de que participará de oficinas em horário e local combinado conforme a sua disponibilidade. Através das oficinas buscaremos atender o objetivo do estudo acima, o qual será de implementar um processo de ação e reflexão (empoderamento) com os trabalhadores que atuam em uma Casa de Passagem, acerca de seu papel junto às crianças abrigadas, através de oficinas utilizando o Círculo de Cultura de Paulo Freire. É uma pesquisa sem interesse financeiro, voluntária e sem direito a qualquer tipo de remuneração. Durante as oficinas as falas poderão ser gravadas, as pessoas fotografadas e estes dados poderão ser utilizados na pesquisa. Os dados trazidos e abordados nas oficinas serão sigilosos, e a divulgação do resultado visará apenas mostrar os possíveis benefícios obtidos. O senhor(a) poderá solicitar informações durante as fases da pesquisa, inclusive após o seu término.

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DO SUJEITO

Eu, _____, RG _____, CPF _____

abaixo assinado, concordo em participar do presente estudo como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve à qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento/assistência/tratamento.

Local e data: _____ Telefone para contato: _____

Idade: _____ Sexo: _____ Naturalidade: _____

Profissão: _____ Tempo de serviço na Casa: _____

Assinatura do Sujeito ou Responsável:

APÊNDICE 3

DINÂMICA REALIZADA PARA LEVANTAR OS TEMAS GERADORES

Dinâmica: Duas ou três coisas que eu sei sobre a Casa de Passagem “Contos de Fadas”.

Tipo de Dinâmica: produção de reflexão.

Objetivo: levantar temas geradores entre o grupo de trabalhadores.

Material: Objetos de Cultura, cartolinas coloridas, pincel atômico e fita crepe.

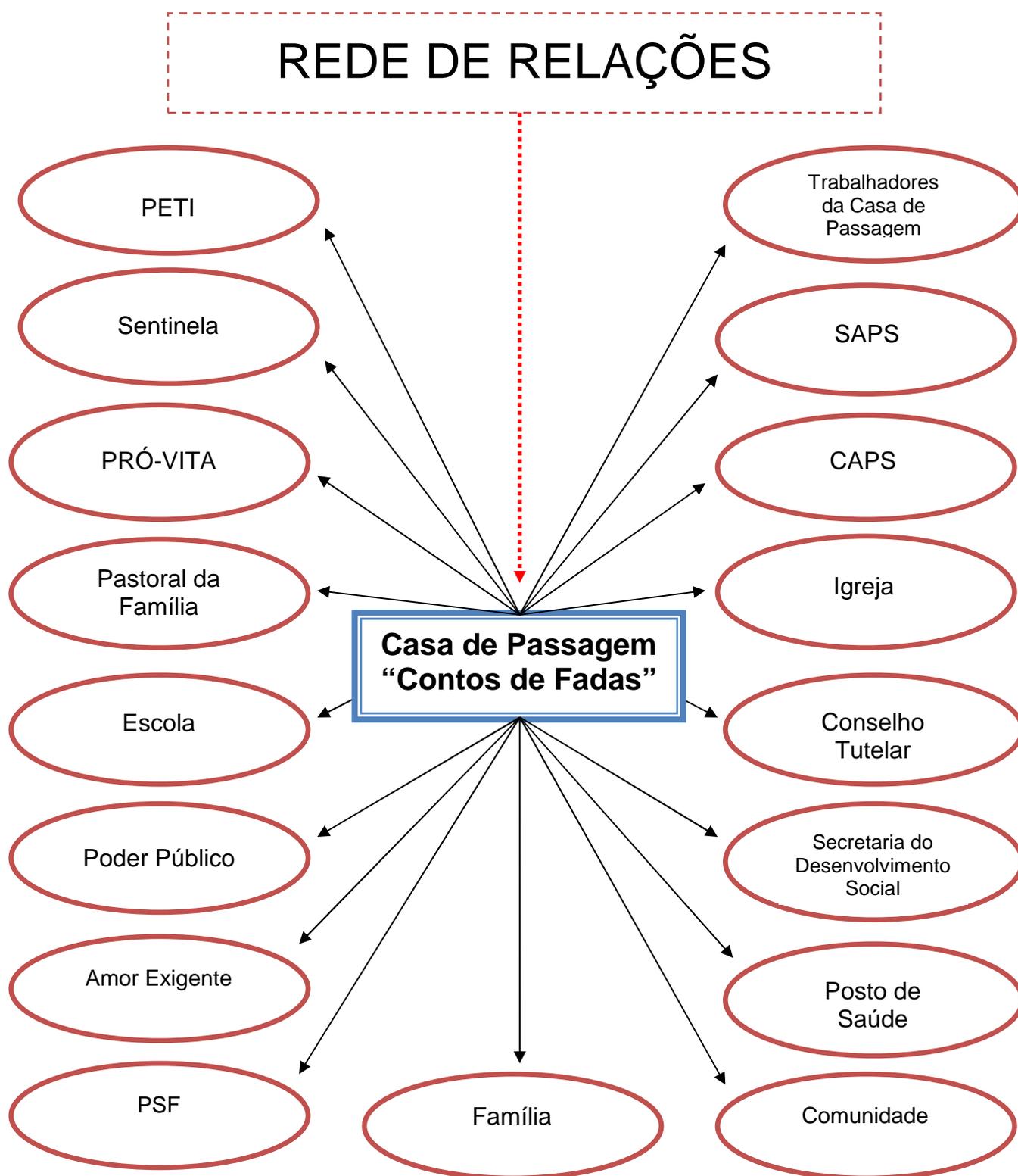
Material de apoio: gravador, máquina fotográfica e diário de campo.

Orientações:

1. Espalhar os Objetos de Cultura sobre uma mesa.
2. Fixar as cartolinas coloridas em uma parede.
3. Pedir para que o grupo de trabalhadores se aproxime da mesa e observe os objetos.
4. Lançar lentamente as seguintes questões:
 - Quais desses objetos estão relacionados com o trabalho de vocês?
 - Quais os problemas que preocupam os trabalhadores da Casa de Passagem em seu cotidiano de cuidado às crianças?
 - Quais as necessidades sentidas ao cuidar das crianças?
 - Quais os temas que as crianças, as famílias e os demais trabalhadores apresentam ou trazem no dia-a-dia?
5. Solicitar para que um dos integrantes ajude a escrever os temas geradores levantados nas cartolinas.
6. À medida que os temas forem levantados, promover um debate sobre eles.
7. Após o esgotamento dos temas, escolher qual deles gera mais preocupação no grupo e destacá-lo na cartolina.

Fonte: Adaptado de Portella e Gouveia (1999, p.65).

APÊNDICE 4
REDE DE RELAÇÕES DA CASA DE PASSAGEM



Fonte: Dados de campo (2007-2008).

ANEXO

**ANEXO I
PARECER COMISSÃO DE ÉTICA**



UNIVALI

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO,
EXTENSÃO E CULTURA

Certificado

Certificamos que o projeto de pesquisa intitulado "Casa de Passagem: um processo de ação e reflexão dos trabalhadores que cuidam de crianças abrigadas.", da pesquisadora **Fernanda Pereira**, com orientação da Professora Águeda Lenita Pereira Wendhausen, está de acordo com a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde/ MS, de 10/10/96, tendo sido aprovado através do parecer nº 564/2007 pela Comissão de Ética em Pesquisa da UNIVALI.

Itajaí (SC), 26 de outubro de 2007.

Prof. Dr. Valdir Cechinel Filho
Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura

Prof. Alfeu Antônio Hausen Beck
Coordenador do CEP/UNIVALI

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAI
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
Gerência de Administração Discente

Certificado registrado sob o nº 5449,
Livro 39 e folha 179.
Itajaí(SC), 22 / 11 / 2007

Pedro Francisco Bettoni

Prof. Pedro Francisco Bettoni, MSc.
el Registro de Diplomas - Responsável

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)